

LEANDRO DE SOUZA SEVERINO

**PÓS-ABOLIÇÃO: LIBERDADE E IMPRENSA NO RIO DE  
JANEIRO (1888-1890).**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile.

Nova Iguaçu  
2014

LEANDRO DE SOUZA SEVERINO

**PÓS-ABOLIÇÃO: LIBERDADE E IMPRENSA NO RIO DE  
JANEIRO (1888-1890).**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile.

**Banca Examinadora**

---

Orientador: Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile - UFRRJ

---

Prof. Dr. Roberto Guedes - UFRRJ

---

Prof. Dra. Surama Conde Sá Pinto - UFRRJ

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, sem a educação deles jamais teria sido aluno desta universidade. Meus pais, sempre foram exemplos a serem seguidos. Lembro sempre dos momentos difíceis que os dois sempre buscaram superar para que nada faltasse em casa. Aprendi, com Dona Tânia e Seu Jozimar, a importância dos laços familiares, do trabalho e de nunca desistir dos desafios.

Nesses anos de graduação, sou muito grato aos professores do Instituto Multidisciplinar. Todos, sem exceção, foram fundamentais para a minha formação. Mas, agradeço em especial ao Prof. Marcello Basile, sem suas aulas, palestras e orientações essa monografia não seria possível.

Agradeço também aos amigos que fiz durante esta jornada, destacando Vinícius Pena, Vinicius Pereira, Carlos Costa Ferreira, Manuel C. Higino, Rodrigo Muniz, Pedro Borges, Bruno Lora, Mayra Pessôa e o fantástico Seu Luiz. Todos os momentos foram inesquecíveis e as lições estão marcadas para sempre.

Agradeço muito a Caroline Pires, pois esta esteve comigo em todos os momentos. O seu apoio, quase que incondicional, me deu força para continuar nos momentos difíceis.

Por ultimo, mas não necessariamente nesta ordem, agradeço a Deus, pois sem ele não seríamos nada.

SEVERINO, Leandro de Souza. *Pós-Abolição: liberdade e imprensa no Rio de Janeiro (1888-1890)*. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. 2014.

## **RESUMO**

Este trabalho tem como foco o Pós-Abolição, mas em meio a várias lacunas que esta temática oferece iremos discutir, neste trabalho, como a liberdade era abordada na imprensa carioca no imediato a emancipação dos escravos. Para debater esta questão iremos abordar também como a cidade do Rio de Janeiro estava configurada no final do século XIX e qual era a dimensão da imprensa naquele momento.

**Palavras-chave:** Pós-Abolição, liberdade, imprensa, Rio de Janeiro.

SEVERINO, Leandro de Souza. *Post Abolition: and press freedom in Rio de Janeiro (1888-1890)*. Monograph (Degree in History). Federal University of Rio de Janeiro. Nova Iguaçu. 2014.

### **ABSTRACT**

This paper focuses on the post-abolition, but amid several gaps that this issue offers we will discuss in this work, as freedom was addressed in Rio press in the immediate emancipation of slaves. To discuss this issue we will also discuss how the city of Rio de Janeiro was set in the late nineteenth and what was the size of the press at that time century.

**Keywords:** Post-Abolition, freedom, press, Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
<b>CAPÍTULO I – Rio de Janeiro: espaço urbano, intelectualidade e espaço público.....</b>	<b>9</b>
1. Rio de Janeiro: espaço urbano e sociedade .....	10
2. Os Intelectuais e as ideias .....	32
3. A rua volta a ser destaque .....	47
<b>CAPÍTULO II – Imprensa: seu uso e um panorama .....</b>	<b>54</b>
1. Imprensa como fonte histórica .....	55
2. Passando a página: a imprensa no final do XIX .....	65
<b>CAPÍTULO III –O “Dia Máximo” e os libertos na imprensa...79</b>	
1. Notas da Abolição: o dia mais glorioso e os libertos na imprensa....	103
CONCLUSÃO.....	121
FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	125
A. Fontes Primárias .....	125
B. Bibliografia .....	125

# Introdução

---

## **Introdução**

O Pós-Abolição como tema de pesquisa, atualmente desperta muita curiosidade entre os historiadores. O assunto traz consigo muitas dúvidas no que diz respeito ao que aconteceu com a população liberta após a lei de 1888. Ainda existe um caminho muito grande para preencher as lacunas existentes sobre o assunto e, numa tentativa de contribuir com a historiografia sobre o tema, este trabalho tem como intuito analisar o Pós-Abolição na imprensa do Rio de Janeiro, no final do século XIX.

A fonte primária em foco serão alguns dos mais importantes jornais em circulação o no período. A pesquisa estará limitada ao ano de 1888, quando é decretada a Abolição da escravidão, até o ano de 1890, época da elaboração do novo Código Penal brasileiro, já na Primeira República.

A relevância social deste trabalho está inserida no tema do Pós-Abolição, tema este crucial para entendermos o que aconteceu com os ex-escravos e em que condições seus descendentes encontram-se hoje em nossa sociedade. Como a Lei Áurea não definiu a dimensão e os significados da liberdade a ser gozada pelos ex-escravos, procurarei, na análise da imprensa, perceber que tipo de liberdade era veiculada para os negros. Buscarei ainda analisar se essa liberdade passada pelos jornalistas definia que tipo de trabalho os negros deveriam escolher, que locais frequentar e o tipo de diversões deveriam procurar.

Os objetivos deste trabalho são: contribuir para a historiografia do Pós-Abolição, entender como a imprensa estava inserida no processo de integração dos negros a os outros setores da sociedade e perceber que tipo de liberdade, na imprensa do Rio de Janeiro, era passada para os negros entre 1888-1890.

A pesquisa insere-se nas concepções da História Social; isto por estar analisando as relações sociais entre os anos 1888-1890, a partir de abordagens sociais e não estruturalistas, reivindicando esta dimensão como uma especialidade, com problemáticas e metodologias próprias e preocupando-se com as dimensões e oscilações de significados da História Social. Em relação a esta dimensão da história, sabemos que ela enfoca objetos de análise como as relações sociais, as classes, estamentos, e as ideologias. Mas, o que será tratado em especial nesta pesquisa, é “a constituição de atores sociais enquanto sujeitos históricos. Estes seriam compreendidos antes como produções (criações) de práticas discursivas (ou simbólicas)



concorrentes e não como produtos sociais efetivos da experiência histórica”<sup>1</sup>. Desta forma, a História Social a ser tratada na pesquisa tem como forma de abordagem “a experiência humana e os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos e identidades coletivas –sociais- na explicação histórica”<sup>2</sup>. Nestas concepções, os sujeitos históricos serão considerados como agentes históricos, e não como indivíduos passivos em meio à sociedade. Buscarei esta concepção através da análise dos principais jornais da cidade do Rio de Janeiro, principalmente a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias*, no imediato ao pós-Abolição, entre 1888-1890.

Estes jornais foram escolhidos, nesta pesquisa, por serem dois dos principais jornais que circulavam na cidade do Rio de Janeiro. Ambos os jornais faziam parte, do que podemos considerar de grande imprensa, pois já estavam consolidados no meio carioca e possuíam uma estrutura de trabalho de caráter empresarial. Assinalamos ainda que, tanto a *Gazeta de Notícias* quanto *Diário de Notícias*, possuíam canais mais aberto ao público, pois, eram vendidos não somente através de assinaturas, mas também de forma avulsa e a preços populares.

Com esta dimensão da história, procurarei um diálogo com a História Cultural, compreendendo as manifestações culturais formais e informais. Neste sentido, procurarei compreender a História Cultural como uma dimensão que não recusa “as expressões culturais das elites ou classes “letradas”, mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anômicas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas. Em outras palavras, a Nova História Cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo *popular*”<sup>3</sup>. Isto estará presente na pesquisa devido ao tipo de fonte a ser utilizada, que é a imprensa da cidade do Rio de Janeiro. A cultura será enfocada também porque, “é a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e da inteligibilidade aos comportamentos sociais”<sup>4</sup>. Assim sendo, poderemos não somente entender a importância da imprensa e a sua dimensão na sociedade carioca como também compreender outras manifestações culturais da época.

---

<sup>1</sup> MATTOS, Hebe. “História Social”. In. : *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs.). Rio de Janeiro. Campus. 1997. Pág. 88.

<sup>2</sup> MATTOS, Hebe. Op. Cit. Pág. 89

<sup>3</sup> VAINFAS, Ronaldo. “História das Mentalidades e História Cultural”. In. : *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs.). Rio de Janeiro. Campus. 1997. Pág. 220.

<sup>4</sup> MATTOS, Hebe. Op. Cit. Pág.86.

Com relação às hipóteses a serem levantadas na pesquisa, podemos considerar, de acordo com as análises pautadas na História Social e Cultural, que a imprensa da cidade do Rio de Janeiro difundiu uma liberdade de caráter restritivo para os negros, em uma tentativa de valorizar costumes de determinados setores da sociedade, em detrimento dos costumes e valores dos afro-brasileiros.

Procurarei demonstrar como essa limitação tinha como objetivo definir que costumes adotar, que lugares frequentar e que tipo de diversões os negros poderiam buscar na cidade do Rio de Janeiro. Analisarei se esses direcionamentos eram colocados na imprensa como tentativa de garantir a ordem vigente e evitar mudanças na estrutura hierárquica. Procurarei demonstrar também que a liberdade possuía significados diferentes tanto para os ex-senhores como para os ex-escravos.

Em termos de fontes primárias, como observei acima, as principais são os jornais de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX. São eles o *Diário de Notícias* e a *Gazeta de Notícias*. O objetivo é analisar estes jornais por amostragem, a partir de datas importantes no calendário do país. Como poderá ser percebido na pesquisa, o enfoque maior será no mês de maio de 1888, mês de comemoração da Abolição, e nos anos seguintes, em virtude da comemoração da Lei libertadora.

O enfoque foi nas notícias em geral e nas crônicas. Estilo literário que surge na imprensa carioca, em meados do século XIX, as crônicas conquistam o público por sua linguagem coloquial e tom muitas vezes satírico.

Quando as crônicas surgiram elas ocupavam um espaço pouco prestigiado pelos periódicos, destinado a coisas sem importância, no rodapé. Entretanto, o sucesso da narrativa fácil, fez com que elas fossem deslocadas para uma posição mais privilegiada da página do jornal.

Sem uma narrativa padronizada, os cronistas produziam os seus textos relatando o cotidiano da vida social da cidade do Rio de Janeiro. Esta nova forma de expressar opinião, tinha como objetivo entreter o leitor através do registro da imagem da vida simples, política e literária da Corte. Contudo, as linhas escritas iam além do entretenimento, servindo também para moralizar certos costumes.

As crônicas, neste trabalho, serão focadas porque além de apresentarem os fatos mais importantes ocorridos durante a semana, revelam “os lugares da memória na medida que o cronista é um “historiador do cotidiano” e o tempo é sua matéria-prima”<sup>5</sup>.

Analisando estes jornais, poderemos compreender como a imprensa percebeu as comemorações da Abolição não somente em 1888, mas também nos anos seguintes. Notaremos, ainda, como o significado de liberdade era passado para os leitores.

A imprensa da cidade do Rio de Janeiro será encarada neste trabalho de forma subjetiva; isto porque a imprensa não é encarada como portadora da verdade, uma vez que, os jornais estavam ligados a setores da sociedade e a grupos políticos, possuindo objetivos e públicos específicos. No que diz respeito a isto, será abordado no capítulo dois desta pesquisa os cuidados que devemos tomar ao trabalhar com uma fonte que ao mesmo tempo é bastante rica e cheia de especificidades.

Outras fontes primárias, bastante utilizadas no primeiro capítulo são os censos de 1872 e 1890. Os mesmos são analisados na tentativa de elaborar um perfil social da cidade do Rio de Janeiro de então. Mesmo sabendo dos problemas de abordar censos demográficos, notamos que eles são de fundamental importância para o historiador, uma vez que, apesar das falhas e limitações do documento, eles se aproximam muito da realidade demográfica de uma determinada região.

Quanto à coleta dos dados para elaboração da pesquisa, o foco foram os acervos públicos, em especial a Biblioteca Nacional, onde estão os jornais microfilmados do período que a pesquisa focará. Porém, facilitou o fato de a *Gazeta de Notícias* e o *Diário de Notícias* já estarem digitalizados e disponíveis para consulta no site da instituição. Os censos tratados no trabalho também estão disponíveis para consulta na internet.

Analisando a historiografia sobre o Pós-Abolição, constatamos que somente no final do século XX os trabalhos sobre o tema, no Brasil, ganharam mais profundidade. “Até a

---

<sup>5</sup>EWALD, Ariane. *Crônicas folhetinescas: o renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Museu da República. 2005. Pág. 79.

década de 1990, aproximadamente, apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas”<sup>6</sup>.

Desde os anos 1970, temos muitos avanços quanto às pesquisas sobre o Pós-Abolição. Porém, elas foram baseadas, principalmente, nas preocupações macroeconômicas. Os trabalhos voltados para analisar a experiência dos libertos no Pós-Abolição, no Caribe, tinham como foco perceber as estratégias econômicas utilizadas, pelos ex-escravos, para melhorar suas condições de vida.

Podemos citar, entre outros, o trabalho de Rebecca Scott, em *Emancipação escravaem Cuba: a Transição para o trabalho livre*. Neste trabalho, a autora demonstra que em Cuba, sobretudo na província de Santiago, o acesso à terra foi fundamental para os libertos manterem uma certa distância dos elementos que pudessem lembrar seu passado escravista.

Eric Foner, em *Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado*, por sua vez, aponta que nos estados do sul dos Estados Unidos, o Estado atuou para limitar o acesso da população pobre, composta pela maioria de libertos, a recursos econômicos, tais como a caça, a pesca, e promoveu da mesma forma uma política de aumento de imposto, em que, os mais afetados também foram os libertos.

A partir destes aspectos, abordados por estes pesquisadores, a historiografia brasileira seguiu percurso semelhante. As abordagens sobre o Pós-Abolição buscaram preocupações múltiplas, como “o papel do estado, dos ex-senhores, as condições em que eram exercidas as atividades que empregavam os escravos às vésperas do fim da escravidão, a existência ou não de possibilidades alternativas de recrutamento de mão de obra (imigração) etc.”<sup>7</sup>

Os trabalhos buscavam, em geral, analisar as estratégias de sobrevivência e as múltiplas visões de liberdade, que variava de acordo com a região pesquisada. Porém, cabe destacar, que os estudos sobre o Pós-Abolição nas Américas, apresentaram que os libertos, independente da região, estavam em uma busca generalizada por uma maior autonomia<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup>MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, V. 5, n. 8, Jan.-Jun. 2004. Pág. 170.

<sup>7</sup>MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. Pág. 172.

<sup>8</sup>Por exemplo, os trabalhos de Rebecca. *Emancipação escravaem Cuba: a Transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Ed. Da Unicamp, 1991; FONER, Eric. *Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988; HOLT, T. A essência do contrato. In: SCOTT, Rebecca. COOPER, Frederick. HOLT, Thomas. (Org.) *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho*

Ainda hoje, o tema, no Brasil, é pesquisado mais sob o ponto de vista econômico e político do que social ou cultural, privilegiando a questão da substituição da mão-de-obra escrava, no Oeste Paulista, pelos imigrantes. Sintomaticamente, os trabalhos voltados para aspectos socioculturais, têm como pano de fundo São Paulo<sup>9</sup>. Entretanto, o caso paulista, não pode ser generalizado para se pensar a inserção social do liberto após a emancipação.

Na virada do século XIX, surgem outros trabalhos investigando as estratégias dos libertos em outras regiões. Estes trabalhos<sup>10</sup> buscam entender quais e como foram construídos os novos mecanismos de sobrevivência; assinalam que após a Abolição os libertos, em sua maioria, continuaram trabalhando como camponeses nas áreas rurais onde já possuíam uma rede de sociabilidade.

Sobre a cidade do Rio de Janeiro, podemos considerar que os trabalhos estavam direcionados para também perceber as novas estratégias utilizadas pelos libertos para reivindicar direitos civis e políticos<sup>11</sup>.

Uma melhor discussão historiográfica, sobre o tema, será feita no capítulo três deste trabalho. Entretanto, cabe ressaltar, que cientificamente, este trabalho possui relevância por ainda não existir um trabalho completo, que aborde o discurso da imprensa carioca à respeito da liberdade conquistada pelos libertos.

A pesquisa é composta por três capítulos, que discutem o Pós-Abolição na cidade do Rio de Janeiro, do final do século XIX, por meio da imprensa. Neste sentido, o capítulo um tem como foco analisar a cidade do Rio de Janeiro no final do século. Este capítulo, intitulado

*e cidadania em sociedades pós-emancipação*. RJ. Ed.: Civilização Brasileira, 2005; MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

<sup>9</sup>FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. ANDREWS, George Reid. *Blacks and whites in São Paulo, Brazil – 1888-1988*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1991. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro. UFRJ/EDUSP. 1994.

<sup>10</sup>Ver SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família e solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru, SP: Edusc, 2007. FRAGA FILHO. Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unicamp. 2006. RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005.

<sup>11</sup>Ver VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Tradições Negra na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. *Afro - Ásia*, n.24. 2000. NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” In: GOMES, Flávio Santos (ORGS.) e CUNHA, Olívia M. G. *Quase-Cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

“Rio de Janeiro: espaço urbano, intelectualidade e espaço público” esta dividido em três tópicos: o primeiro pesquisa a composição social da cidade do Rio de Janeiro, analisando também a ampliação do espaço público naquele momento e as consequências disto; o segundo tópico procura entender a movimentação das ideias, no final do século XIX, tentando compreender a geração de 1870, os significados de cidadania de diferentes grupos políticos e o movimento romântico; o terceiro tópico analisa a ampliação do espaço público na cidade, percebendo a expansão da dita grande imprensa, encarada assim devido ao seu caráter empresarial, e da imprensa negra.

O capítulo dois, intitulado “Imprensa: seu uso e um panorama” faz uma análise metodológica do uso da imprensa como fonte pelos historiadores. Entenderemos porque, no início do século XX, ela era desprestigiada e como na década de 1970, com as novas concepções da Nova História, ela passou a ser valorizada pelos historiadores. Este capítulo pretende também pesquisar as principais folhas em circulação na cidade do Rio de Janeiro do final do século XIX; construindo um panorama das principais revistas ilustradas, pasquins e jornais chamados de grande imprensa.

Por fim, o último capítulo, intitulado “O “Dia Máximo” e os libertos na imprensa”, busca perceber a influência da historiografia norte-americana na historiografia brasileira sobre o Pós-Abolição. Entenderemos, como os trabalhos sobre a emancipação nos Estados Unidos e Caribe foram fundamentais para os pesquisadores brasileiros. Pois, a partir destes trabalhos, os pesquisadores brasileiros procuraram analisar aspectos como estratégias de sobrevivência, busca por autonomia e visões da liberdade.

Faz parte também deste capítulo, a análise de como a imprensa relatou as comemorações em torno do “Dia Máximo”, que na cidade do Rio de Janeiro, assim como na Bahia, teve um caráter amplamente popular. Trataremos, principalmente, como a imprensa abordava o tema liberdade. Buscaremos demonstrar, através do exame das notícias e das crônicas, que a imprensa defendia que os libertos não estavam preparados para usufruir da liberdade recém-conquistada.

# Capítulo 1

---

“Rio de Janeiro: espaço urbano, intelectualidade e espaço público”

Este primeiro capítulo tem como objetivo contextualizar a Cidade do Rio de Janeiro. O texto como um todo analisa os libertos após a Lei Aurea de 1888, mas o espaço onde o estudo se situa não pode ser deixado de lado. Cabe destacar que será visto aqui um apanhado geral de algumas das questões mais importante para a cidade no final do oitocentos.

A cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império e posteriormente da República, era a cidade modelo para todo o país, um espaço privilegiado onde se debatiam importantes questões, e abordá-las será fundamental para entender o final do século XIX, principalmente o debate político existente nos periódicos cariocas.

O capítulo esta dividido em três pontos de análise. O primeiro está voltado a analisar o espaço urbano da cidade no final do século XIX; neste tópico observaremos a composição social da cidade, notando o crescimento demográfico e também a ampliação do espaço urbano. No segundo tópico, abordaremos a movimentação das ideias no final do século XIX, tendo como base a geração de 1870, as discussões em torno da cidadania e o Romantismo. O ultimo tópico terá como foco de análise compreender a redefinição do espaço público na cidade no final do oitocentos.

### **Rio de Janeiro: espaço urbano e sociedade**

Neste ponto a abordagem estará centralizada no espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro. O objetivo será demonstrar para o leitor como estava configurado estruturalmente o ambiente local onde está o foco da pesquisa. Assim, tentaremos demonstrar como estava montado o espaço urbano da principal cidade brasileira nos últimos anos do século XIX.

As considerações estarão pautadas nos trabalhos de Mauricio de A. Abreu, em *A evolução urbana do Rio de Janeiro*, estudo que foi resultado de uma pesquisa realizada junto ao Centro de Pesquisas Urbanas e tem como fontes primárias a imprensa, dados estatísticos do período e fotografias. Dados estes reunidos da Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional e Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro. Apesar de o autor tratar da evolução urbana do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX, a abordagem aqui, por conta dos objetivos desta pesquisa, irá ater-se ao final do oitocentos. Outro trabalho valorizado nesse tópico é *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*, de



José Murilo de Carvalho, obra esta que o autor busca entender como foi a primeira década de República no Brasil, analisando aspectos centrais da cidade do Rio de Janeiro, tanto econômicos quanto político-sociais. Atentaremos-nos também ao trabalho de Sidney Chalhoub, em *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*, obra fundamental para entender os problemas de moradias e políticas de higienização na cidade do Rio de Janeiro. Não passarão despercebidos ainda os trabalhos de Adolfo Morales de Los Rios Filho para mergulhar de fato no cotidiano da vida carioca.

A cidade do Rio de Janeiro, capital do Império, era ainda no início do século XIX uma cidade com características modestas. A falta de transporte coletivo fazia com que os moradores morassem perto uns dos outros e próximos aos postos de trabalho. Somente em meados deste século é que a cidade “começa a transformar radicalmente a sua forma urbana e a apresentar verdadeiramente uma estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais”<sup>12</sup>. Até esse momento a capital do Império espregueia-se entre o Morro do Castelo, de São Bento, Santo Antônio e da Conceição. Assim, com praticamente toda a população concentrada no centro, o que distinguia a população pobre da elite não era o local da residência, e sim as formas das mesmas.

O Império brasileiro no século XIX passou por profundas transformações. Em termos econômicos destacamos a decadência do açúcar e a ascensão do café como produto principal de exportação. Quanto aos aspectos sociais, notamos o fim da escravidão, que por mais de três séculos deixou profundas marcas na sociedade brasileira, e, por fim, em termos políticos tivemos no século XIX a Independência em 1822 e a instauração da República em 1889. Cabe destacar que o Rio de Janeiro, sendo a capital do Império e posteriormente Distrito Federal da República, respirou e viveu intensamente todas estas transformações; por conta disto a cidade era o centro da vida política, econômica e intelectual. “O comportamento político de sua população tinha reflexos imediatos no resto do país”<sup>13</sup>.

Em termos demográficos podemos verificar que a cidade do Rio de Janeiro possuía uma população amplamente heterogênea; esta cidade se configurava como uma encruzilhada em que era possível encontrar pessoas dos quatro cantos do mundo. Notamos também um

---

<sup>12</sup>ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. IPP. 2013. P. 35.

<sup>13</sup>CARVALHO. José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987. P. 13.

rápido crescimento demográfico o qual provocou o alargamento do seu espaço urbano. Podemos notar essas questões analisando os censos de 1872 e de 1890.

Analisando o censo de 1872, podemos perceber, conforme consta na tabela I, que o Império do Brasil estava dividido em vinte províncias e um município neutro, apresentando uma população de 9.930.478 habitantes. Desse total, mais de 59% da população estava concentrada em cinco províncias; eram elas Minas Gerais, com 2.039.735 (21%) habitantes, Bahia, com 1.379.616 (14%) habitantes, Pernambuco, com 841.539 (8,5%) habitantes, São Paulo, com 837.354 (8,5%) habitantes, e a província do Rio de Janeiro, com 782.724 (8%) habitantes. Em contrapartida a província do Amazonas era a menos populosa, com um total de 57.610 habitantes.

Em termos de gênero, o Império brasileiro apresentava 5.123.869, ou seja, 51% de sua população masculina, e 4.806.609 ou 49% de população feminina. Visto de uma forma geral estes dados relativos ao gênero não trazem preocupações. Porém, analisando cada caso podemos perceber alguns problemas. O melhor exemplo era o da Cidade do Rio de Janeiro, que possuía 116.206 mulheres para 158.766 homens, dando uma média de 1 homem para cada 0,73 mulher.

Ainda falando em termos de Brasil Imperial, dos 9.930.478 habitantes, 1.510.806 (15%) eram escravos. Desse total, 71% ou 1.076.560, estavam concentrados em cinco províncias. Eram elas: Minas Gerais, com 370.459 (24,5%) escravos, a província do Rio de Janeiro, com 292.637 (19,5%) escravos, Bahia, com 167.824 (11%) escravos, São Paulo, com 156.612 (10%), e Pernambuco, com 89.028 (6%) escravos. A província do Amazonas, com 979 apresentava, em 1872, o menor número de escravos registrados.

Em termos de raça, no que diz respeito à população livre, 1.971.772 (45%) homens foram classificados como brancos, 1.673.971 (39%) pardos, 472.008 (11%) pretos e 200.948 (5%) caboclos. Entre as mulheres, 1.815.517 (44%) brancas, 1.650.307 (40%) pardas, 449.142 (11%) pretas e 186.007 (5%) caboclas. Entre os escravos as categorias foram diferentes das utilizadas para livres: nesse sentido temos entre os homens 252.824 (31%) pardos e 552.346 (69%) pretos; entre as mulheres foram registrados 224.680 (32%) pardas e 480.956 (68%) pretas.

Quanto ao estado civil da população do Império brasileiro, temos, entre os homens livres 2.975.446 (69%) classificados como solteiros, 1.165.866 (27%) casados e 177.387 (4%) viúvos; entre as mulheres livres 2.752.582 (67%) eram solteiras, 1.121.000 (27%) casadas e 227.391 (6%) viúvas. Entre os escravos homens, 711.869 (88,5%) foram registrados como solteiros, 73.079 (9%) casados e 20.222 (2,5%) viúvos, entre as mulheres escravas 622.804 (88%) foram classificadas solteiras, 63.016 (9%) casadas e 19.816 (3) viúvas.

Tabela I

POPULAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL (1872)						
PROVÍNCIAS E MUNICÍPIO NEUTRO	POPULAÇÃO LIVRE			POPULAÇÃO ESCRAVA		
	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
AMAZONAS	30.983	25.648	56.631	487	492	979
PARÁ	128.589	119.190	247.779	13.908	13.550	27.458
MARANHÃO	141.942	142.159	284.101	36.889	38.050	74.939
PIAUHY	90.322	88.105	178.427	11.945	11.850	23.795
CEARÁ	350.906	338.867	689.773	14.941	16.972	31.913
RIO GRANDE DO NORTE	112.721	108.238	220.959	6.571	6.449	13.020
PARAHYBA	179.433	175.267	354.700	10.681	10.845	21.526
PERNAMBUCO	381.565	370.946	752.511	47.023	42.005	89.028
ALAGÔAS	155.584	156.684	312.268	17.913	17.828	35.741
SERGIPE	74.739	78.881	153.620	10.840	11.783	22.623
BAHIA	630.353	581.439	1.211.792	89.094	78.730	167.824
ESPIRITO SANTO	29.607	29.871	59.478	11.859	10.800	22.659
MUNICÍPIO NEUTRO	133.880	92.153	226.033	24.886	24.053	48.939
RIO DE JANEIRO	255.806	234.281	490.087	162.394	130.243	292.637
SÃO PAULO	348.304	332.438	680.742	88.040	68.572	156.612
PARANÁ	59.304	56.858	116.162	5.506	5.054	10.560
SANTA CATHARINA	73.088	71.730	144.818	8.069	6.915	14.984
RIO GRANDE DO SUL	191.022	176.000	367.022	35.686	32.105	67.791
MINAS GERAIS	847.592	821.684	1.669.276	199.434	171.025	370.459
GOYAS	74.968	74.775	149.743	5.372	5.280	10.652
MATTO GROSSO	27.991	25.759	53.750	3.632	3.035	6.667
	TOTAL		8.419.672	TOTAL		1.510.806
TOTAL DA POPULAÇÃO DO IMPÉRIO DO BRASIL						9.930.478

Fonte: Censo de 1872.

No que diz respeito à religiosidade no Brasil, entre os homens livres 4.302.386 (99,6%) foram registrados como católicos e 16.313 (0,4%) acatólicos; entre as mulheres livres temos 4.089.520 (99,7%) católicas e 11.453 (0,3%) acatólicas. Entre os escravos o

interessante é destacar que todos os escravos registrados no censo foram colocados como católicos.

Ultimo ponto que cabe destacar no aspecto geral do Império do Brasil é o grau de instrução da população. Entre os homens livres, de acordo com o censo, 1.012.097 (23%) sabiam ler e escrever e 3.306.602 (77%) eram analfabetos; entre as mulheres 550.981 (13%) sabiam ler e escrever, enquanto 3.549.992 (87%) eram analfabetas. Entre os escravos homens 958 (0,1) sabiam ler e escrever e 804.212 (99,9%) eram analfabetos; entre as mulheres escravas 445 (0,1%) sabiam ler e escrever e 705.191 (99,9%) eram analfabetas.

Através destes dados apresentados podemos perceber de uma maneira geral como estava o Império do Brasil em termos demográficos. Agora analisaremos mais especificamente a cidade do Rio de Janeiro.

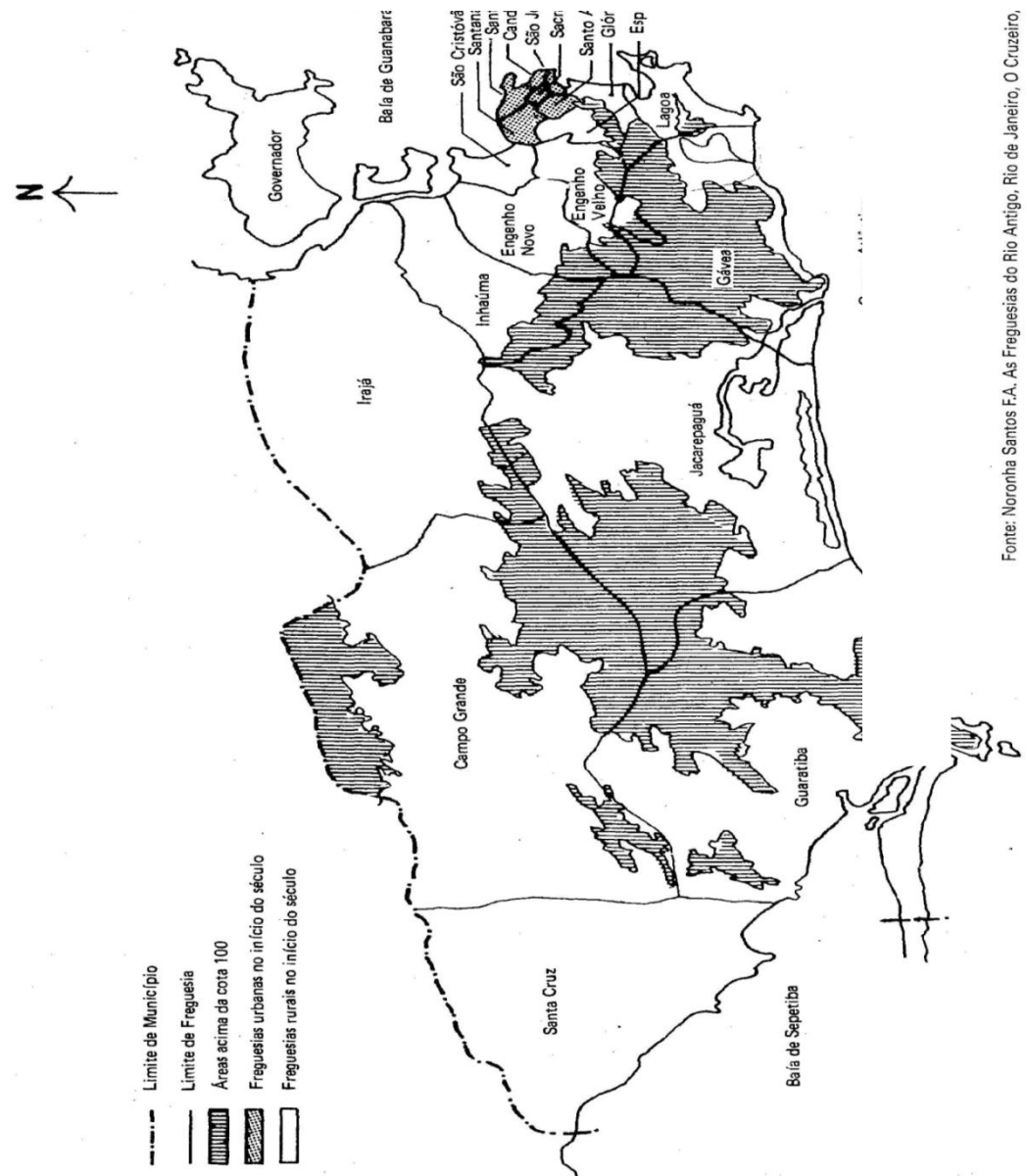
Tabela II

POPULAÇÃO LIVRE DO RIO DE JANEIRO (1872)			
FREGUESIAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
SACRAMENTO	14.468	8.459	22.927
SÃO JOSÉ	10.953	6.425	17.378
CANDELARIA	6.907	1.255	8.162
SANTA RITA	22.048	8.009	30.057
SANT'ANNA	19.378	14.368	33.746
SANTO ANTONIO	8.018	8.738	16.756
ESPIRITO SANTO	6.670	5.427	12.097
ENGENHO VELHO	6.663	5.749	12.412
SÃO CRISTOVÃO	4.631	4.156	8.787
GLORIA	9.978	7.982	17.960
LAGÔA	6.098	4.796	10.894
CAMPO GRANDE	3.404	3.527	6.931
JACAREPAGUÁ	2.912	2.715	5.627
ILHA DO GOVERNADOR	1.219	1.034	2.253
PAQUETÁ	435	468	903
GUARATIBA	2.944	2.920	5.864
INHAÚMA	3.537	2.591	6.128
IRAJÁ	2.449	2.022	4.471
SANTA CRUZ	1.168	1.512	2.680
TOTAL DA POPULAÇÃO LIVRE			226.033

Fonte: Censo 1872.

A capital do Império, em 1872, estava dividida em dezenove freguesias, conforme podem ser vistas nas Tabelas II e III. Sua população total era de 274.972 habitantes, sendo 226.033 (82%) livres e 48.939 (18%) escravos.

MAPA I: AS FREGUESIAS DO RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX



Fonte: Noronha Santos F.A. As Freguesias do Rio Antigo, Rio de Janeiro, O Cruzeiro,

Fonte: NORONHA SANTOS, F.A. *Apud* ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. IPP. 2013. P. 35.

Através do Mapa I, podemos ter uma melhor noção espacial de como a cidade era dividida. Antes de apontar as características demográficas da cidade, vamos abordar algumas particularidades que cada freguesia apresentava, no final do século XIX.

A freguesia mais velha, da cidade do Rio de Janeiro, era a da Candelária. Criada por decreto em 1634 e “situada na parte comercial do Rio de Janeiro, é denominada cidade velha”<sup>14</sup>. A maioria dos habitantes, desta freguesia, no final do século XIX, eram estrangeiros, principalmente portugueses. Nesta freguesia, estavam localizados o Correio Geral, a alfandega do Rio de Janeiro, o Arsenal da Marinha, os principais consulados e a Agência Havas, que ficava localizada na praça XV<sup>15</sup>.

A freguesia de Irajá, criada por decreto em 1644, possuía, no final do século XIX, como aponta Noronha Santos, cinco escolas públicas. Tinha a lavoura mais importante da cidade, sendo o principal celeiro dos mercadores. Fornecia, para os comerciantes, laranja, batata e hortaliças. Os rios Irajá, Meriti e Pavuna, regavam as vastíssimas terras da região. O Irajá e o Meriti desaguavam na Baía de Guanabara, e serviam também de fronteiras naturais com o município de Iguaçú, cidade que pertencia ao Estado do Rio de Janeiro.

Em 1661, foi criado Jacarepaguá. Possuía, no final do século XIX, três escolas públicas e “exportava aguardente, lenha, carvão, milho, muitas ervas e frutas”<sup>16</sup>. Fazia parte de seus domínios as serras da Tijuca e de Jacarepaguá. Suas principais fazendas e sítios, segundo Noronha Santos, estavam situados na Restinga, Taquara, Engenho Novo, Engenho da Serra, Rio Grande, Vargem Pequena e Curicica.

A freguesia de Campo Grande, criada em 1673, possuía uma população que, em sua maioria, eram pequenos lavradores e pequenos comerciantes. Era uma região montanhosa e pantanosa; e fazia a comunicação com o centro da cidade através do ramal de Santa Cruz.

A Ilha do governador, por sua vez, foi criada em 1710. Possuindo trinta e dois quilômetros de circunferência, segundo Noronha Santos, é a maior ilha da Baía do Rio de Janeiro. A pesca era a principal atividade da população pobre, e a comunicação com o continente era feito, no final do século XIX, através das barcas a vapor da Companhia Cantareira.

A freguesia de Inhaúma foi criada por decreto, em 1749. Possuía, no final do século XIX, onze escolas públicas. Sendo a freguesia rural mais importante, tinha “regular comércio

---

<sup>14</sup>NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro. O Cruzeiro. 1965. Pág. 17.

<sup>15</sup> Antes da proclamação da República a praça era denominada d. Pedro II.

<sup>16</sup>NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. Op. Cit. 83.

e bem animada indústria”<sup>17</sup>. Os principais rios da região eram o Inhaúma e o Manguinhos. Os centros mais populosos eram Todos os Santos, Engenho de Dentro, Encantado, Piedade e Quintino. Entre as ilhotas que faziam parte da freguesia, podemos destacar a Ilha do Fundão.

Em 1751, foi criada a freguesia de São José. Estavam localizados em seu território o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, na praia da Santa Luzia; a Câmara dos Deputados, no Largo da Assembleia; a Escola de Medicina, Largo da Misericórdia, O Observatório Astronômico (Atual Observatório Nacional), no morro do Castelo; o Arquivo público (atual Arquivo Nacional); o necrotério, criado em janeiro de 1873, no Largo do Moura, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, criado em 1838, no pavimento superior do antigo Paço Imperial e, por fim, destacamos o Passeio Público.

A freguesia de Santa Rita foi criada, em 1751. Nesta região destacavam-se as casas comerciais de café, principalmente as localizadas na rua São Bento. Estava situada, nesta freguesia, a estação das barcas que conduzia para a cidade de Petrópolis, no Largo da Prainha (atual praça Mauá). Faziam parte também, desta freguesia, o Morro da Conceição, com sua famosa fortaleza; e o Morro de São Bento, com seu mosteiro.

A freguesia rural de Guaratiba foi criada, por decreto em 1755. Apresentava um terreno montanhoso e alagadiço e tinha, no final do século XIX, apenas duas escolas públicas. Foi, segundo Noronha Santos, uma das freguesias mais prosperas da cidade, mas as secas, do final do século, consumiram suas plantações.

Engenho velho, criada em 1762, tinha, no final do século XIX, vinte e quatro escolas públicas. Na região da Tijuca ficava o reservatório que recebia água do rio Maracanã. Em seu território estava localizado a Floresta nacional, famosa pelas suas belas vistas, principalmente, a da vista chinesa. O Jardim Zoológico de Vila Isabel também pertencia a esta região.

Em 1769, foi criada a freguesia de Ilha de Paquetá. Apresenta, segundo Noronha Santos, um comércio regular, exportando cal, lenha, cocos, hortaliças, frutas e muito peixe para o mercado do centro da cidade. Na praia da guarda ficava, no final do século XIX, a fábrica de tecidos. A pesca, assim como na Ilha do Governador, era a principal atividade da população pobre. A ligação com o continente era realizado com as barcas da Companhia

---

<sup>17</sup>NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. Op. Cit. 74.

Cantareira e da Viação Fluminense. Pertenceu a Província do Rio de Janeiro, mas foi anexada a Corte pelo decreto de 1833, separando a ilha do município de Magé.

A Freguesia da Lagoa, criada por decreto, em 1809, apresentava um comércio importante, “rivalizando vários estabelecimentos do bairro Botafogo com os melhores do centro da cidade”<sup>18</sup>. Seu principal bairro era o de Botafogo, que, por sua elegância, era procurado pela aristocracia estrangeira e a alta burguesia brasileira. Foi criado, nesta freguesia, em 1852, o cemitério São João Batista; e também estão situados nesta freguesia a Escola Militar e o Instituto Benjamim Constant.

A freguesia de Santana, a mais populosa da cidade (Ver tabela II), foi criada, em 1814. Segundo Noronha Santos, a freguesia apresentava uma indústria pouco desenvolvida e importantes casas de comércio. Em sua região estavam situados a Secretaria do Ministério da Guerra, o Supremo Tribunal Militar, a estação central da Estrada de Ferro Central do Brasil, o Palácio do Itamarati, na rua Marechal Floriano; a Casa da Moeda e a Biblioteca do Exército.

Em 1826, foi criada por decreto a freguesia de Sacramento. Tinha um animado comércio de importação e exportação; e sua área estava situada nos limites da freguesia da Candelária. Em seu território estavam o Tesouro Nacional, e o Tribunal de Contas, na rua do Sacramento; a Escola de Belas Artes, na Travessa Leopoldina; o Real Gabinete Português de Literatura, criado em julho de 1837, na rua Luís de Camões; o Teatro Variedades, na praça Tiradentes; o Teatro Santana e o Lucinda, localizados na rua Luís Gama.

A freguesia de Santa Cruz foi criada, em 1833. Segundo Noronha Santos, seu comércio era insignificante, possuindo apenas pequenas lavouras. Apesar de distante do polo comercial da cidade, a freguesia tinha um bom elo de comunicação, por conta do ramal de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil. O principal rio da região era o Guandu, que fazia, de forma natural, a fronteira da cidade do Rio de Janeiro com a cidade de Itaguaí.

A freguesia da Glória, criada, em 1834, possuía uma das fábricas de tecidos mais importantes da cidade, a Aliança, “com cerca de mil operários”<sup>19</sup>, localizada nas laranjeiras. A Sociedade Amante da Instrução tinha, nesta freguesia, dois estabelecimentos: o Asilo das

---

<sup>18</sup>NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. Op. Cit. 86.

<sup>19</sup>NORONHA SANTOS, Francisco Agenor. Op. Cit. 57.



Orfãs, na Rua Ipiranga; e a Escola Senador Corrêa, na praça São Salvador. Na região das laranjeiras estava situado o Instituto de Surdos e Mudos e o Instituto Pasteur.

A freguesia de Santo Antônio foi criada por decreto, em 1854. Segundo Noronha Santos, a região apresentava um importante comércio e indústria na rua Riachuelo, do Lavradio, dos Inválidos, na rua Visconde do Rio Branco, na Frei Caneca, na rua do Senado e na praça da República. Em sua região estavam o convento de Santa Tereza e o edifício da Maçonaria.

Em 1856, foi criada a Freguesia de São Cristóvão. A região possuía, segundo Noronha Santos, comércio regular e indústria desenvolvida. As fábricas mais importantes da freguesia eram: a fábrica de vidros, na rua General Bruce; a Companhia Nacional de tecidos de Seda e a Companhia Fábrica de Tecidos São Lázaro, localizados próximos ao Caju.

Por último, temos a freguesia do Espírito Santo, que foi criada, em 1865, por decreto. Possuía, segundo Noronha Santos, duas fábricas: a de gelo, no Estácio de Sá; e a outra de cerveja. Estava situada, nesta freguesia, a Casa de Correção e Detenção, na rua Frei Caneca.

Entre as cinco freguesias mais populosas, quatro se localizavam no centro da cidade e concentravam 44% da população; eram elas: Santana, com 38.903 (14%) habitantes, Santa Rita, com 34.835 (13%) habitantes, Sacramento com 27.077 (10%) habitantes e Santo Antônio, com 20.693 (7%) habitantes.

Como apontado acima, existia no Rio de Janeiro 1 homem para cada 0,73 mulher. Ou seja, na cidade 57,7% da população era masculina e 42,3% feminina.

Quanto ao estado civil da população da cidade do Rio de Janeiro, podemos perceber que, entre os homens livres, 104.036 (78%) foram registrados como solteiros, 25.763 (19%) casados e 4.081 (3%) viúvos, entre as mulheres livres, 64.074 (69%) eram solteiras, 20.174 (22%) casadas e 7.905 (9%) viúvas. Entre os escravos homens, 24.525 (98,5%) eram solteiros, 243 (1%) casados e 118 (0,5%) viúvos, ente as mulheres escravas, 23.584 (98%) eram solteiras, 262 (1%) casadas e 207 (1%) viúvas.

Tabela III

POPULAÇÃO ESCRAVA DO RIO DE JANEIRO (1872)			
FREGUESIAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
SACRAMENTO	1.903	2.247	4.150
SÃO JOSÉ	1.504	1.400	2.904
CANDELARIA	1.224	619	1.843
SANTA RITA	3.380	1.398	4.778
SANT'ANNA	2.328	2.829	5.157
SANTO ANTONIO	1.838	2.099	3.937
ESPIRITO SANTO	947	1.086	2.033
ENGENHO VELHO	1.556	1.788	3.344
SÃO CRISTOVÃO	947	1.227	2.174
GLORIA	1.946	2.579	4.525
LAGÔA	1.268	1.454	2.722
CAMPO GRANDE	1.430	1.386	2.816
JACAREPAGUÁ	1.333	1.258	2.591
ILHA DO GOVERNADOR	417	186	603
PAQUETÁ	358	148	506
GUARATIBA	883	880	1.763
INHAÚMA	657	659	1.316
IRAJÁ	793	646	1.439
SANTA CRUZ	174	164	338
TOTAL DA POPULAÇÃO ESCRAVA			48.939

Fonte: Censo de 1872

No que diz respeito à raça, entre os homens livres temos 96.255 (72%) brancos, 22.762 (17%) pardos, 14.198 (10,5%) pretos e 665 (0,5%) caboclos, entre as mulheres livres 55.544 (60%) brancas, 22.083 (24%) pardas, 14.268 (15,5%) pretas e 258 (0,5%) caboclas. Na classificação dos escravos as categorias eram pretos e pardos, entre os homens 5.275 (21%) eram pretos e 19.611 (79%) pardos, entre as mulheres 5.786 (24%) pretas e 18.267 (76%) pardas.

Quanto à religiosidade, destacamos que, entre os homens livres, 132.552 (99%) foram classificados como católicos e 1.328 (1%) acatólicos; entre as mulheres 91.553 (99%) eram católicas e 600 (1%) acatólicas. Entre os escravos todos foram registrados como católicos.

Sobre o grau de instrução percebemos que entre os homens livres sabiam ler e escrever 65.164 (49%) e analfabetos 68.716 (51%); entre as mulheres livres, 33.992 (37%) e analfabetas 58.161 (63%). Entre os escravos homens sabiam ler e escrever 220 (1%) e

analfabetos 24.666 (99%) e entre as escravas sabiam ler e escrever 109 (0,5%) e analfabetas 23.944 (99,5%).

Com uma população de 274.972 habitantes, muitos não eram brasileiros. Nesse universo temos 84.283 (30%) de estrangeiros. Entre estes a maioria eram os portugueses, com um total de 55.933 habitantes, o que correspondia a 66% dos estrangeiros. Em segundo lugar, estavam os de descendência africana, com 18.065 habitantes, o que correspondia a 21% dos estrangeiros. Em seguida temos 2.884 (3%) de franceses, italianos com 1.738 (2%), alemães com 1.459 (1,7%) e espanhóis com 1.451 (1,7%). Estas eram as nações mais presentes entre os estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro.

Tabela IV

POPULAÇÃO DA REPÚBLICA BRASILEIRA EM 1890			
ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL
ALAGÔAS	250.480	260.960	511.440
AMAZONAS	80.921	66.994	147.915
BAHIA	960.270	959.532	1.919.802
CEARÁ	394.909	410.778	805.687
DISTRITO FEDERAL	293.657	228.994	522.651
ESPIRITO SANTO	69.813	66.184	135.997
GOYAZ	112.583	114.989	227.572
MARANHÃO	212.586	218.268	430.854
MATTO GROSSO	47.196	45.631	92.827
MINAS GERAES	1.627.461	1.556.638	3.184.099
PARÁ	166.357	162.098	328.455
PARAHYBA	219.833	237.399	457.232
PARANÁ	128.209	121.282	249.491
PERNAMBUCO	503.555	526.669	1.030.224
PIAUHY	133.707	133.902	267.609
RIO GRANDE DO NORTE	130.712	137.561	268.273
RIO GRANDE DO SUL	459.118	438.337	897.455
RIO DE JANEIRO	445.673	431.211	876.884
SANTA CATARINA	141.989	141.780	283.769
SÃO PAULO	708.011	676.742	1.384.753
SERGIPE	150.892	160.034	310.926
TOTAL	7.237.932	7.095.983	14.333.915

Fonte: Censo 1890.

Notamos então que, em 1872, a população do Rio de Janeiro estava concentrada no centro da cidade. A maioria de sua população era masculina, solteira e predominantemente

católica e com sua composição bastante heterogênea, era significativa a presença de imigrantes.

Passaremos agora a fazer uma comparação com os dados do censo de 1890. Neste censo notamos algumas mudanças consideráveis. A primeira é que, uma vez que no Brasil não existia mais escravidão, a população não estava mais dividida em livres e escravos. Outra mudança que cabe destacar esta relacionada à proclamação da República; com ela as províncias passaram a ser denominadas de estados. Temos então, em 1890, uma República dividida em vinte estados e um Distrito Federal conforme tabela IV.

Notamos que, em 1890, o Brasil possuía uma população de 14.333.915 de habitantes o que representa um aumento de quase 31% em comparação com o censo de 1872. Deste total, 59% da população estavam concentrados nos cinco estados mais populosos. Eram eles: Minas Gerais, com 3.184.099 de habitantes, Bahia, com 1.919.802 de habitantes, São Paulo, com 1.384.753, Pernambuco, com 1.030.224 e Rio Grande do Sul, com 897.455.

Em termos de gênero podemos perceber que no Brasil 50,5% da população era masculina e 49,5% feminina. Porém, na cidade do Rio de Janeiro havia uma relativa superioridade masculina; temos 56% da população masculina enquanto a feminina é de 44%. Dessa forma, existia na capital da República, em 1890, 1 homem para cada 0,77.

Com relação ao Rio de Janeiro, podemos verificar, em 1890, muitas alterações também em seus aspectos demográficos. Notamos, analisando os dados do censo daquele ano, que o Rio de Janeiro é apresentado não mais em termos de freguesias, mas sim paróquias, como podemos notar na tabela V. A capital do país não estava mais dividida em dezenove regiões, como no censo de 1872, em 1890 eram vinte e uma regiões (as novidades foram Gávea e Engenho Novo). Outra novidade que cabe destacar ainda sobre este censo é que ele contabiliza não somente a população residente, mas também a população em trânsito pela cidade. Por conta disto, notamos na tabela V dados sobre a população flutuante. Temos também contabilizado neste censo o número de divorciados, que é considerado de acordo com o número total de casais separados, e não somente os que já estão com sentenças determinadas.

A freguesia de Engenho Novo, criada, em 1873, ficava na área rural da cidade. Possuía, em seu território, um terreno bastante montanhoso; e seus principais bairros eram:

Mangueira, São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Engenho Novo, Meier e Todos os Santos, que após a criação, desta freguesia, foi desmembrado da freguesia de Inhaúma.

Em 1873, foi criada a freguesia da Gávea. Fazia parte de seu território o Morro do Corcovado, Dois Irmãos e o jardim Botânico, criado por D. João VI. Apresentava, no final do século XIX, apenas três escolas públicas.

Em 1890, a população do Rio de Janeiro era de 522.651 habitantes, entre eles 293.657 homens e 228.994 mulheres. Notamos que as cinco paróquias mais povoadas possuíam 45% da população; eram elas Santana, com 67.533 habitantes, Santa Rita, com 46.161, Glória, com 44.105 habitantes, São José, com 42.017 e Santo Antônio, com 37.660 habitantes.

Em termos de raça percebemos que 327.789 (63%) habitantes foram classificados comobrancos, 64.538 (12%) pretos, 17.445 (3%) caboclos e 112.879 (22%) mestiços. Quanto ao estado civil, temos 374.929 (71,5%) de habitantes solteiros, 115.602 (22%) de casados, 30.573 (6%) viúvos e 1574 (0,5%) de divorciados.

Notamos ainda que, de um total de 522.651 habitantes, apenas 230.976 (44%) haviam nascido na cidade do Rio de Janeiro, 136.473 (26%) em outros estados brasileiros e 155.202 (30%) eram estrangeiros. O que significa que a população de estrangeiros em 18 anos havia mantido seu índice em relação à população total, mas aumentado 84%. Quanto a esses estrangeiros, destacamos que 106.461 (69%) eram portugueses, 17.789 (11,5%) italianos, 10.750 (7%) espanhóis e 5.402 (3,5%) africanos; os outros pertenciam a outras nacionalidades, em números pouco significativos.

Com relação ao grau de instrução, notamos que, do totalde 522.651 habitantes em 1890, 270.330 (51,7%) habitantes sabiam ler e escrever, sendo 189.943 (70%) de brasileiros e 80.387 (30%) de estrangeiros. Por outro lado, 252.321 (48,3%) não sabiam ler e escrever, sendo 84.419 (33,5%) de brasileiros e 167.902 (66,5 %) de estrangeiros.

No que diz respeito à religiosidade da capital da República temos, em 1890, 513.366 (98,2%) registrados como católicos, 6.824 (1,3%) protestantes, 202 israelitas, 171 islamitas, 377 positivistas, 1306 que cultuavam outras religiões e 405 registrados sem culto.

Tabela V

POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO 1890						
PAROQUIAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	POPULAÇÃO FLUTUANTE		POPULAÇÃO DE FATO
				TERRESTRE	MARÍTIMA	
CANDELARIA	7.966	1.580	9.546	155	-	9.701
SÃO JOSÉ	24.533	15.078	39.611	403	2.003	42.017
SANTA RITA	28.017	15.584	43.601	204	2.356	46.161
SACRAMENTO	19.394	11.025	30.419	244	-	30.663
GLORIA	22.332	21.419	43.751	354	-	44.105
SANTANNA	38.238	29.147	67.385	148	-	67.533
SANTO ANTONIO	20.920	16.477	37.397	263	-	37.660
ESPIRITO-SANTO	14.820	16.418	31.238	151	-	31.389
ENGENHO VELHO	19.493	17.332	36.825	163	-	36.988
LAGÔA	14.408	14.029	28.437	304	-	28.741
SÃO CRISTOVÃO	11.346	10.742	22.088	114	-	22.202
GAVEA	2.732	1.964	4.696	16	-	4.712
ENGENHO NOVO	14.468	13.294	27.762	111	-	27.873
IRAJÁ	6.902	6.224	13.126	4	-	13.130
JACARÉPAGUÁ	8.362	7.683	16.045	25	-	16.070
INHAÚMA	9.243	8.178	17.421	27	-	17.448
GUARATIBA	6.439	6.214	12.653	1	-	12.654
CAMPO GRANDE	8.446	7.501	15.947	3	-	15.950
SANTA CRUZ	5.622	5.307	10.929	25	-	10.954
ILHA DO GOVERNADOR	2.434	1.555	3.989	2	-	3.991
PAQUETA	1.375	1.318	2.693	16	-	2.709
TERRESTRE	2.107	626	2.733			
MARÍTIMA	4.060	299	4.359			
TOTAL	293.657	228.994	522.651			
TOTAL DA POPULAÇÃO DO RIO DE JANEIRO						522.651

Fonte: Censo 1890.

Notamos então que, no final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro estava passando por um grande crescimento demográfico. Em um período de 18 anos (1872-1890), sua população cresceu 90%, conforme pode ser visto na tabela VI. Além disto, notamos uma expansão do seu espaço urbano com o surgimento de duas novas paróquias, Gávea e Engenho Novo.

Tabela VI

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO			
PAROQUIAS	1872	1892	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
CANDELARIA	10.005	9.701	-3
SÃO JOSÉ	20.282	42.017	107
SANTA RITA	34.835	46.161	33
SACRAMENTO	27.077	30.663	13
GLORIA	22.485	44.105	96
SANT'ANNA	38.903	67.533	74
SANTO ANTONIO	20.693	37.660	82
ESPIRITO-SANTO	14.130	31.389	122
ENGENHO VELHO	15.756	36.988	135
LAGÔA	13.616	28.741	111
SÃO CRISTOVÃO	10.961	22.202	103
GAVEA	-	4.712	-
ENGENHO NOVO	-	27.873	-
IRAJÁ	5.910	13.130	122
JACARÉPAGUÁ	8.218	16.070	96
INHAÚMA	7.444	17.448	135
GUARATIBA	7.627	12.654	66
CAMPO GRANDE	9.747	15.950	64
SANTA CRUZ	3.018	10.954	263
ILHA DO GOVERNADOR	2.856	3.991	40
PAQUETA	1.409	2.709	92
TOTAL	274.972	522.651	90

Fonte: Censo de 1872e 1890.

No fim do oitocentos esse crescimento demográfico ocorrido no Rio de Janeiro trouxe alguns problemas. Primeiramente, destacamos a falta de empregos legais em oferta pela cidade. Por conta disto, muitas pessoas executavam trabalhos que não eram fixos ou ilegais. Muitas dessas pessoas eram consideradas potencialmente perigosas;

eram ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e dos navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, criados, serventes de repartições públicas, ratoeiros, recebedores de bondes, engraxates, carroceiros, floristas, bicheiros, jogadores, receptores, pivetes (a palavra já existia). E, é claro a figura tipicamente carioca do capoeira, cuja fama já se espalhara por todo o país e cujo número foi calculado em torno de 20 mil às vésperas da República.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit. Pág. 18.

Estas atividades faziam aumentar as estatísticas criminais, pois contribuía para a desordem e a vadiagem.

Outro problema enfrentado por conta do crescimento demográfico foi certamente a falta de moradia. Em meio à escassez de casas, muitos habitantes se amontoavam em cortiços. “A proliferação dos cortiços na cidade do Rio se deu a partir das décadas de 1850 e 1860, e esteve ligado ao aumento do fluxo de imigrantes portugueses e ao crescimento de alforrias obtidas pelos escravos”<sup>21</sup>. Essas moradias, como aponta Sidney Chalhoub, eram frequentadas não somente por pessoas livres, mas também por escravos, que conseguiam autorização de seus senhores para “viver sobre si”. Nesta circunstância, o escravo possuía maior autonomia em relação ao senhor para desempenhar suas atividades produtivas, em contrapartida o senhor também saía em vantagem, pois cobrava uma jornada maior a seu escravo e se via desobrigado a arcar com as despesas de sustento de seu escravo.

Os cortiços no final do XIX, em meio à falta de moradias, eram alternativas cada vez mais viáveis para muitos escravos; lá encontraram auxílios e uma rede de solidariedade para realizar seu sonho de comprar a alforria a seus senhores. Cabe destacar também que os cortiços, como aponta Chalhoub, eram excelentes esconderijos aos escravos que estavam em fuga.

Porém, em meio a sua proliferação, as autoridades públicas promoveram uma verdadeira batalha contra essas moradias. O Estado, com sua política de higienização, passou no final do século XIX, a relacionar os cortiços a focos de doenças. Febre amarela, varíola e cortiços eram assuntos indissociáveis.

O Rio de Janeiro daquela época passava por sérios problemas de saúde. A cidade, que já convivia com as epidemias de malária e tuberculose, passou também a sofrer com varíola e febre amarela. Os dados referentes à febre amarela eram alarmantes, “de 1891 a 1902 haviam ocorrido 22.826 óbitos”<sup>22</sup>.

Associada à proliferação de doenças, as autoridades de higiene passaram a defender os cortiços como nocivos à sociedade. Nesse sentido, não somente os cortiços, mas também seus

---

<sup>21</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996. Pág. 26.

<sup>22</sup>RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. O Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 274. 1967. Pág. 41.



residentes eram mal vistos; os cortiços eram visto como problema de saúde pública e seus moradores eram encarados como um perigo para a manutenção da ordem e controle social.

Com as políticas de higienização desenvolvida pela Inspetoria Geral de Higiene, o poder público buscou, principalmente com o Prefeito Barata Ribeiro, derrubar as estalagens que comprometiam a saúde pública da cidade. Entre as execuções mais importantes, destacamos a derrubada, no dia 26 de janeiro de 1893, do Cabeça de Porco, o cortiço mais célebre do Rio de Janeiro de então. Se, por um lado, a derrubada deste cortiço marca o fim da era dos cortiços na cidade, por outro, como aponta Sidney Chalhoub, marca o início do século das favelas na cidade.

Assim, notamos que com as políticas de controle das epidemias a população pobre foi a mais afetada, pois as medidas de extermínio dos cortiços contribuíram para a expulsão das camadas pobres da sociedade das áreas centrais da cidade. Nesse sentido, o poder público, com sua intervenção, executava tanto uma limpeza sanitária, como de certa forma social, pois as camadas pobres eram consideradas perigosas e vistas como desordeiras.

Cabe ressaltar ainda que os cientistas da Higiene, formulando políticas de melhorias nas condições de salubridade do Rio de Janeiro, priorizavam algumas doenças em detrimento de outras. Nesse sentido, a febre amarela, como era flagelo da população branca, tornou-se o centro dos esforços médicos e de autoridades, praticamente ignorando “a tuberculose, que eles próprios consideravam especialmente grave entre a população negra do Rio.”<sup>23</sup> Assim, o que se depreende da visão de Chalhoub é que as políticas públicas eram voltadas para tornar o ambiente da cidade salubre apenas para um determinado setor da sociedade.

O final do século XIX também reservou à cidade do Rio de Janeiro uma expansão do espaço urbano, que somente foi possível graças à introdução de dois meios de transportes que foram fundamentais para a cidade: o bonde e o trem. O primeiro possibilitou uma expansão do lado sul da cidade e o segundo, uma expansão do lado norte<sup>24</sup>. Com a introdução destes meios de transportes a população pôde, enfim, deixar de se concentrar apenas nas áreas centrais da cidade.

---

<sup>23</sup>CHALHOUB, Sidney. Pág. 9.

<sup>24</sup>Os bairros que surgiram com essa expansão formam o que conhecemos hoje como Zona Sul e Zona Norte do Rio de Janeiro.

Sobre o transporte de carris podemos destacar que a primeira concessão tem data de 1856, “quando fora outorgada a Thomas Cochrane, para fazer circular, do centro da cidade até o bairro Andaraí Pequeno, um novo sistema de carros de passageiros, sobre trilhos, puxado por animais.”<sup>25</sup> Em 1861, o governo imperial impôs a substituição dos animais por locomotivas. Porém, devido a condições financeiras este serviço é interrompido em 1866.

Em 1868, a Botanical Garden Railroad Company (posteriormente Companhia Ferro Carril do Jardim Botânico) inaugurou sua primeira linha de bonde<sup>26</sup>, ligando a rua Gonçalves Dias ao largo do Machado, servindo assim a Glória, que, como podemos verificar nos censos teve entre 1872-1890 um crescimento populacional de 96%. Em 1871, a mesma empresa estendeu sua linha até o bairro de Botafogo permitindo pela primeira vez sua ligação rápida com o centro da cidade.

O sucesso da Companhia do Jardim Botânico gerou o surgimento de outras empresas, como a Rio de Janeiro Street Railway Company (posteriormente Companhia São Cristóvão), “servindo aos bairros de São Cristóvão, Andaraí Pequeno (Tijuca), Saúde, Santo Cristo, Gamboa, Caju, Catumbi e Rio Comprido.”<sup>27</sup> Assim, enquanto a companhia Jardim Botânico possibilitava a intensificação das freguesias da região sul da cidade, principalmente a Glória, as outras companhias contribuíram para integrar a região central da cidade.

Ao mesmo tempo em que eram bastante populares, os bondes da cidade eram perigosos, isto porque mensalmente os bondes vitimavam os desavisados que, despreocupados, atravessavam as vias públicas. Outra característica fundamental dos bondes era sua função social, pois “ele congregava as pessoas de uma mesma rua e, por que não dizer, de um mesmo bairro.”<sup>28</sup> O bonde pode ser considerado como uma pequena sala.

Do outro lado da cidade, a expansão aconteceu em direção ao subúrbio. Evolução que esteve diretamente relacionada, como dito acima, aos trens. Estes “foram responsáveis pela rápida transformação de freguesias que, até então, se mantinham exclusivamente rurais”<sup>29</sup>.

---

<sup>25</sup> RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. Op. Cit. Pág. 62.

<sup>26</sup> O transporte de Carris, que circulava nas ruas da cidade, passou a ser denominado de bonde por conta da falta de moeda na cidade. Por conta disto, as empresas passaram a emitir um título de obrigação chamado *bond*, que dava direito à passagem; daí para bonde foi um pulo.

<sup>27</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. Pág.44.

<sup>28</sup> RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. Op. Cit. Pág. 68.

<sup>29</sup> ABREU, Maurício de Almeida. Op. Cit. Pp. 50.

Em 1858, foi inaugurado o primeiro trecho da Estrada de Ferro Dom Pedro II, ligando a freguesia de Santana (centro do Rio de Janeiro) à atual estação da cidade de Queimados. Ainda neste ano, como assinala Maurício Abreu, foram inauguradas as estações de Cascadura, Engenho Novo e Maxambomba (atual Nova Iguaçu). Em 1859, foram inauguradas São Cristóvão e Sapopemba (atual Deodoro), em 1861, São Francisco Xavier, permitindo-se assim, uma grande ocupação entre a estação de Cascadura e o centro. Esta ocupação foi tão significativa e ampla que, na década de 1890, outras estações tiveram que ser abertas, como Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Sampaio, Quintino, Méier, Mangueira, Encantado e Madureira.

Acompanhando esse processo ferroviário surge, ainda em 1883, a Estrada de Ferro Rio D'Ouro, ligando a Quinta Imperial do Caju à represa Rio d'Ouro, na Baixada Fluminense, promovendo a ocupação de pequenos núcleos ao longo da linha, como Vicente de Carvalho, Irajá, Colégio, Areal (atual Coelho Neto) e Pavuna. Em 1886, a Estrada do Norte foi inaugurada, ligando São Francisco Xavier e Mirity (atual Duque de Caxias), contribuindo para o povoamento de Bonsucesso, Ramos, Brás de Pina, Olaria, Penha, Cordovil, Lucas e Vigário Geral. Finalmente em 1893, foi inaugurada, a Estrada de Ferro de Melhoramentos do Brasil, ligando Sapopemba (atual Deodoro) a Mangueira, sendo esta uma linha auxiliar à Central do Brasil.

Destacamos também que, no final do século XIX, a cidade passou por mudanças político-administrativas. Com a proclamação da República, em 1889, a cidade continuou sendo denominada de Município Neutro, sua administração de forma provisória passou ao Governo da República e continuou também a ser a sede do Poder Executivo.

Porém, o decreto de 7 de dezembro de 1889 dissolveu a Câmara Municipal e criou o Conselho da Intendência Municipal, composto por sete membros, nomeados pelo Governo Provisório. Através deste Conselho o Governo Provisório promovia uma série de intervenções na cidade, que somente foram resolvidas com a criação do Distrito Federal pela Constituição de 1891.

Mesmo com a constituição do Distrito Federal, a cidade somente ira ter um governo próprio com a Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 20 de setembro de 1892. Pela lei a cidade deixaria de ser administrada pelo Conselho de Intendência Municipal e haveria

um Conselho Consultivo, composto por intendentess escolhidos por eleição e um Prefeito, nomeado pelo Presidente da República e com mandado de quatro anos.

Ainda de acordo com a referida lei, ficava transferido da União para a Municipalidade os seguintes serviços:

“limpeza da cidade e das praias; assistência à infância; abrangendo a Casa de São José e o Asilo de Meninos Desvalidos; a higiene municipal; o Asilo de Mendicidade; o Corpo de Bombeiros; a instrução primária (inclusive o respectivo material e pessoal); os esgotos da zona urbana; a iluminação pública.”<sup>30</sup>

Consolidada a Lei Orgânica, a cidade passou a ser administrada pelo Conselho Municipal, como órgão legislativo constituído de dez Intendentes, sendo um deles escolhido para presidir o conselho, e pelo cargo e Prefeito, como órgão executivo. O mandado dos membros do conselho durava dois anos improrrogáveis e os mesmos recebiam 40\$000 réis durante as sessões ordinárias, que ocorriam duas vezes por ano. Os prefeitos, nomeados pelo Presidente da República e com mandato de quatro anos, tinham um vencimento anual de 36:000\$000 réis. Na qualidade de pessoa jurídica o Município podia comparecer em juízo.

Apesar das constantes intervenções do Governo Federal na cidade do Rio de Janeiro, não podemos considerar, como alguns pesquisadores<sup>31</sup> apontam, que a história política da cidade confunde-se com a história política nacional. Como aponta Surama Conde Sá Pinto, em *Só para iniciados...o jogo político na antiga capital federal*, livro que consiste em uma versão da sua tese de Doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS) da UFRJ, a política carioca não era absorvida pelo debate político nacional.

Surama Conde Sá Pinto, prova em seu trabalho, sobre a cultura política carioca, que alguns enunciados recorrentes na historiografia, que tinha como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro, não se sustentavam. Eram eles:

às ideias da origem heterogênea dos membros das elites políticas cariocas, das debilidades das instituições partidárias da cidade, de que o Senado era o órgão supervisor das instituições e/ou árbitro na política carioca, da falta de coesão da bancada carioca no Congresso, pelo fato de essas elites terem sido, em grande

<sup>30</sup>RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. O Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 272. 1967. Pág. 5.

<sup>31</sup>Entre outros podemos citar CARVALHO. José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.

medida, absorvidas pelo debate político nacional, e a de que o prefeito era um mero administrador ou interventor do governo federal no campo político da cidade<sup>32</sup>.

Neste sentido, percebemos que mesmo a cidade carioca estando no centro dos conflitos políticos nacionais, conseguia manter certa autonomia para debater seus principais assuntos políticos.

Analisando a política carioca, entre os anos de 1909 e 1922, a autora apresenta que a heterogeneidade da elite local estava em sintonia com a composição social da cidade, uma vez que, como percebido no censo de 1890, menos da metade da população da cidade do Rio de Janeiro haviam nascido na cidade. Mas, neste aspecto, cabe ressaltar que, como aponta Surama Conde, a formação acadêmica desta elite dava um caráter homogêneo aos políticos da cidade, uma vez que, a maioria deles eram formados em Direito, Medicina e Engenharia.

Notamos que a ação interventora do Poder Federal não impediu que a política carioca fosse organizada em siglas partidárias. Podemos citar, como exemplos, a atuação do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF) e a Aliança Republicana (AR), que diferentemente dos partidos que surgiram na cidade, no final do século XIX, não tiveram rápida duração.

O papel desempenhado pelo Senado na política da cidade, traduzida no exame dos vetos dos prefeitos do Distrito Federal a projetos de lei elaborados pelo Conselho municipal, revela que “o Conselho Municipal, por meio de seus representantes, reagiu às iniciativas intervencionistas”<sup>33</sup>, buscando elaborar projetos em que determinados dispositivos jurídicos eram ignorados.

Quanto aos prefeitos, podemos perceber que, como aponta Surama Conde, mesmo com alguns deles não sendo natural da cidade, estavam comprometidos com os principais assuntos locais, uma vez que, de acordo com a cultura política local, era fundamental para a carreira de um político manter uma rede de reciprocidade com os eleitores. Portanto, o que entendemos é que os prefeitos do Distrito Federal não eram meramente interventores e as atuações destes políticos não devem ser subestimadas.

---

<sup>32</sup>PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro. Mauad X: FAPERJ, 2011. Pág. 25.

<sup>33</sup>PINTO, Surama Conde Sá. Pág. 233.

Desta maneira, assinalamos que apontar que a cidade não possuía uma história política local, por conta das intervenções do Governo Federal é um equívoco, uma vez que, os políticos cariocas e os órgãos do município, buscavam outros mecanismos para executar seus interesses.

Assim, entendemos como o Rio de Janeiro estava configurado no final do século XIX. Entendemos a heterogeneidade de sua população, os efeitos sociais, econômicos e políticos das transformações sofridas pela cidade. Observando esses aspectos, podemos compreender o ambiente em que foi feita a abolição dos escravos.

### **Os Intelectuais e as ideias**

Buscando entender os debates que estavam acontecendo na corte no final do século XIX é fundamental entender os intelectuais e as ideias que circulavam. Assim, poderemos compreender movimentos como o abolicionista, o republicano e todas as reformas que estavam sendo pensadas para o Brasil.

Nesse tópico, então, o foco central será discutir as ideias propostas pelos intelectuais no final do século XIX, abordaremos então a importância da Geração de 1870 e seus apontamentos, as discussões em torno da cidadania e o movimento romântico.

Como aponta Angela Alonso, em *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*, notamos que a historiografia costuma tratar a geração de 1870 de forma bastante equivocada, colocando-o ligado diretamente a questões exógenas, “dando maior familiaridade com seus congêneres estrangeiros que com as questões nacionais”<sup>34</sup>. A intelectualidade no final do século XIX é vista como “um contínuo embora versátil esforço de adequar ideias nascidas da cultura ocidental, a que estamos ligados, à nossa circunstância”<sup>35</sup>. Muitos autores chegam a esta conclusão por analisar as obras dos intelectuais do movimento como filosóficas, mas essas obras devem ser analisadas a partir de suas reflexões políticas; isto porque os temas abordados pelos intelectuais não tinham caráter doutrinário e sim político, tais como questões sociais, institucionais, trabalhistas e etc.

---

<sup>34</sup>ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002. P.165.

<sup>35</sup>COSTA, João Cruz. O Pensamento brasileiro sob o Império. In.: *O Brasil monárquico, tomo II: reações e transações/por Francisco Iglésias...[et al.]* Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997. Pp.324.

A partir das análises das obras, observamos, com Angela Alonso, que os temas não possuíam um caráter doutrinário, pois estavam relacionados com a agenda política em debate; os intelectuais estavam buscando uma intervenção política, desestabilizar de forma significativa a ordem saquarema<sup>36</sup>. Pretendiam com suas ideias “remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país”<sup>37</sup>.

Outra razão para não encarar o movimento intelectual da Geração de 1870 como teóricos filosóficos é que “nem mesmo na “matriz” havia teorias puras e bem delineadas à disposição para simples cópia”<sup>38</sup>. O contexto intelectual europeu trazia argumentos políticos fortes, mas teorias frouxas. Teorias bem definidas ainda estavam em construção na Europa. Porém, como aponta Angela Alonso, os intelectuais europeus também buscavam intervenção política e reformas.

Assim, devemos entender o movimento intelectual do final do oitocentos a partir de questões nacionais. As obras não possuíam um caminho teórico de matriz estrangeira, até porque as teorias ainda não estavam esquematizadas. Todavia, não cabe dizer que os estrangeiros não estavam presentes como referência da Geração de 1870. Estes, principalmente os autores da geração de França e de Portugal, eram usados para legitimar os argumentos políticos e rendiam muito mais politicamente do que teoricamente.

Quanto à França, os mais citados eram Émile Littré e Pierre Laffitte. Já na geração de Portugal estavam Oliveira Martins e Théophile Braga. Autores que tinham em comum — com exceção de Oliveira Martins, que era defensor de uma monarquia esclarecida— além do cientificismo, ideias anticlerical, anti-românticas, republicanas e federalistas. Estas duas gerações eram as mais citadas, mas não às únicas; notamos também autores ingleses, alemães, italianos, norte-americanos e sul-americanos. Compete destacar, em meio a esses, o inglês Stuart Mill.

As citações eram feitas conforme a filiação política. Isto porque, em meio ao movimento intelectual da Geração de 1870, percebemos correntes políticas divergentes, tratando as reformas de acordo com seus ideais. Logo, intelectuais brasileiros republicanos

---

<sup>36</sup>Para entender a ordem saquarema ver Ilmar de Mattos em “*O Tempo de Saquarema*”.

<sup>37</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Brasiliense. 1999. Pp.83.

<sup>38</sup>ALONSO, Angela. Op. Cit. Pp. 170.

iriam fazer citações de republicanos. Percebemos com isso que os “pensadores mais populares, como Comte, Spencer, Stuart Mill, Renan, não eram referidos enquanto filósofos, mas como teóricos da reforma da sociedade”<sup>39</sup>.

Ressaltamos assim que a Geração de 1870 no Brasil apoderou-se dos escritos estrangeiros como recurso para legitimar suas posições políticas em favor de mudança e reforma. Os autores viraram ferramentas para interpretar a política imperial e questionar o domínio saquarema. A proposta era promover uma intervenção no debate político a fim de derrubar o mundo sustentado pelos saquaremas. Lembrando que o movimento intelectual possuía propostas e seguiam ideais que iam além das formuladas e defendidas pelo Partido Liberal. O pensamento contemporâneo foi então utilizado como pano de fundo para uma reinterpretação da tradição nacional, ou seja, para questionar as bases do Segundo Reinado,

esta mudança de ótica revela que aquele movimento intelectual nem era alheio à realidade nacional, nem visava formular teorias universais. As teorias estrangeiras não eram adotadas aleatoriamente, sofriam um processo de triagem: havia um critério político de seleção<sup>40</sup>.

Nesse ponto de vista, o pensamento contemporâneo é colocado por Angela Alonso como política científica, em referência a Charles Hale, em *The transformation of liberalism in late nineteenth-century Mexico*, em estudo do mesmo gênero, porém que diz respeito ao México.

Compreendemos assim que o movimento intelectual no Brasil ao final do oitocentos promoveu, utilizando como repertório a política científica, uma reinterpretação do Brasil. Produziram obras de cunho político e não doutrinário, os quais buscavam analisar a decadência do Império e apontar linhas de ação para os grupos marginalizados. O movimento, porém, não pode ser visto de forma homogênea, deve ser encarado com todas as suas especificidades. Portanto, apontarei aqui, baseado na estrutura fornecida por Angela Alonso, que levou em consideração suas posições políticas e não meramente de acordo com correntes intelectuais europeias, tais como cientificismo, liberalismo, positivismo, spencerianismo ou darwinismo social. Assim sendo, temos quatro grupos no movimento. São eles: os Liberais Republicanos, os Novos Liberais, os Positivistas Abolicionistas e os Federalistas Científicos.

---

<sup>39</sup>ALONSO, Angela. Op. Cit. Pp. 175.

<sup>40</sup>ALONSO, Angela. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.15, n.44, out. 2000. Pp.36.



A proposta a partir de agora será então, produzir um breve relato dos grupos, atentando principalmente para suas diferenças entre si e críticas ao Segundo Reinado.

O primeiro grupo abordado é o dos Liberais Republicanos. Defensores, como diziam, do liberalismo democrático, tinham como principais obras e autores: *Trabalhadores Asiáticos* (1881), de Salvador Mendonça, *A Crise da Lavoura* (1868) , *A Questão Social* (1879) e *Colonização asiática* (1870), de Quintino Bocaiúva, sendo os dois últimos séries de artigos de jornal. Mas o principal texto em que se pode identificar a maior voz de contestação é , como aponta Angela Alonso, *O Manifesto Republicano*, redigido por Bocaiuva e Mendonça. “O *Manifesto* expressa as tensões dos liberais republicanos com a tradição inventada pelos saquaremas em vários sentidos”<sup>41</sup>.

No que diz respeito à política científica, compreendemos que, para os liberais republicanos, ela foi fundamental na interpretação política do Segundo Reinado. Sobretudo na apropriação do conceito de crise como uma visão de “decadência” da sociedade e do sistema de governo, ou seja, na produção deste primeiro grupo nota-se que não somente as instituições políticas como também a sociedade estavam em ruína.

Fazendo uma crítica à colonização, os intelectuais deste grupo apontavam as instituições como herança portuguesa e ressaltavam que “a independência não teria alterado o status quo colonial; a ausência de participação popular na fundação do Primeiro Reinado e a constituição outorgada seriam provas de que a monarquia teria sido uma imposição”<sup>42</sup>, e não uma escolha da sociedade civil.

Analisando o Manifesto Republicano, Angela Alonso assinala que os republicanos viam a Regência como um período de liberdade entre os dois reinados despóticos. Criticavam a monarquia centralizadora, apontando que era inadequada ao país. Assim, a monarquia para os liberais republicanos não garantia as liberdades individuais, políticas e econômicas.

Como solução à crise política e reforma das instituições imperiais decadentes com muitos de seus cargos vitalícios os intelectuais liberais republicanos defendiam como forma de governo moderno uma república nos moldes dos Estados Unidos, ou seja, federalista.

---

<sup>41</sup>ALONSO. Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Op. Cit. Pp. 179.

<sup>42</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 183.

Ressaltamos ainda que estes intelectuais indicavam como outro elemento de crise a grande demanda por justiça, “à qual o regime monárquico era incapaz de responder”<sup>43</sup>. Porém, não defendiam uma revolução socialista. Defendiam, acima de tudo, uma reforma gradual, apontavam ainda que estas reformas evitariam a revolta das massas. “A expansão de direitos políticos seria a única solução pacífica”<sup>44</sup>.

Deste modo, historiamos as principais características dos liberais republicanos. Estes se aproveitavam, como visto acima, do repertório disponível da política científica e da tradição imperial para questionar as bases do Segundo Reinado e formular soluções. Porém, nem todos os grupos possuíam as mesmas convicções.

Outro grupo de extrema importância no movimento intelectual da Geração de 1870 foram os novos liberais, o qual possuía como principal obra de referência *O Abolicionismo* (1883), de Joaquim Nabuco. O grupo também é composto por André Rebouças, com sua produção de artigos em jornais que deu origem à série *Abolição na miséria* (1888) e seus opúsculos *Agricultura nacional - estudos econômicos* (*Propaganda abolicionista e democrática*) (1883) e *Garantia de Juros* (1871).

De uma forma geral, como assinala Angela Alonso, percebemos que, em *O Abolicionismo*, estão presentes as principais propriedades deste grupo. Assim como nas obras dos liberais republicanos, o foco dos novos liberais é a crítica à dominação saquarema. Mas esses dois grupos afastam-se em temas importantes.

Cabe ainda retornar à questão de que o livro de Joaquim Nabuco não pode ser visto como uma teoria doutrinária, e sim, como todas as obras do movimento intelectual aqui estudado, como uma obra de contestação política que se apropria da política científica com o intuito de analisar a decadência das estruturas imperiais.

Com uma construção da sociedade de forma orgânica, semelhante aos liberais republicanos, os novos liberais percebiam a escravidão como doença e defendiam uma cirurgia como reforma. Influenciados pela teoria da história contemporânea, apegavam-se às concepções de estágios de civilização. Deste modo, Joaquim Nabuco em seu livro indicava que a escravidão revelava o determinado estágio de civilização no qual se encontrava o Brasil.

---

<sup>43</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 186.

<sup>44</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 187.

Estágio visivelmente defasado. A principal referência de Nabuco nessa ideia foi o alemão Theodor Mommsen que, em *História de Roma*, utilizou teoria semelhante.

Outra luz de interpretação de Joaquim Nabuco veio do português Joaquim Oliveira Viana, em *O Brasil e as colônias portuguesas*. O lisboeta possuía um tom pessimista com relação à Ibéria e também possuía uma linguagem organicista. Um dos elementos centrais do português é que ele indica “que a colonização do Brasil acontecera em meio à decadência da metrópole”<sup>45</sup>, e essa ideia caracteriza em muito os pontos de *O Abolicionismo*. Apropriando-se desta percepção, o pernambucano atribui os aspectos negativos do Brasil à colonização portuguesa. A estrutura social brasileira e suas instituições eram um resultado da colonização.

Ao contrário dos republicanos liberais, Nabuco apega-se como explicação das estruturas brasileiras ao fator econômico, apontando que o sistema de produção ditou as regras da formação social brasileira. A forma de colonização explicaria a nação. Porém, a miscigenação ocorrida na colonização é vista de forma positiva e, ao distinguir os indivíduos desta nação, faz uma hierarquização a partir de suas ocupações, e não a partir da cor.

Fazendo ainda uma análise da crise brasileira, Nabuco aponta, como ressalta Angela Alonso, que “o regime escravista teria afetado a sociedade, o Estado e a economia”,<sup>46</sup> promovendo um rebaixamento do trabalho. A escravidão não afetou somente a economia, como também a sociabilidade; isto porque a sociedade estava marcada pela

Imprudência, a rotina, a indiferença pela máquina, o mais completo desprezo pelos interesses do futuro, a ambição de tirar o maior lucro imediato com o menos trabalho próprio possível, qualquer que seja o prejuízo das gerações seguintes<sup>47</sup>.

Em uma reflexão diferente dos liberais republicanos, os novos liberais não admiravam a república dos Estados Unidos. Porém, o modelo de sociedade pensado para o Brasil é o daquele país, que havia instituído ainda em 1863 o trabalho livre como regra e se verificava a presença forte da pequena propriedade. As repúblicas sul-americanas também eram vistas de forma negativa, mas, desta vez, um exemplo a não ser seguido.

Notamos que a política científica, sobretudo autores franceses e portugueses, forneceram repertórios para que os novos liberais legitimassem seus argumentos;

<sup>45</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 193.

<sup>46</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 195.

<sup>47</sup>NABUCO, Joaquim *Apud* ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 196.

principalmente no que diz respeito a apontar para uma herança colonial construída com elementos da decadência da metrópole. Porém, a forma monárquica de governo é vista como um aspecto positivo do legado português. Por conta disto, valoriza a monarquia brasileira pacífica e generosa, em detrimento das repúblicas latinas.

Assim, Nabuco aponta críticas à centralização político-administrativa do Império. Assinala também que o regime de governo excluía certa classe de indivíduos. Logo, a cidadania plena dos indivíduos era impossível. A partir deste entendimento, aponta que “para haver liberalismo seria preciso generalizar direitos individuais”<sup>48</sup>. Com isso, o pernambucano constrói sua crítica à exclusão de um segmento da população das decisões políticas. Para ele, liberalismo e escravidão eram uma contradição. Apesar de todas essas críticas, a forma de governo não é questionada. Isto se deve ao fato de Nabuco ter tido como fontes liberais monarquistas como Oliveira Martins e Mommsen. Nesse sentido, os novos liberais mencionavam que a monarquia garantiria a unidade nacional e era o caminho para promover a reforma. Portanto, o projeto dos novos liberais era focado no reformismo monárquico. E deveria vir de forma pacífica e ordeira. Quanto à forma republicana, esta era afastada.

A abolição como um de seus temas centrais também estava na agenda dos positivistas abolicionistas. A produção literária deste grupo é grande; entre os opúsculos mais importantes Angela Alonso sinaliza: *A Pátria brasileira* (1881), *A universidade* (1882), *A liberdade espiritual e a secularização dos cemitérios* (1887), de Teixeira Mendes; *O projeto de casamento civil – Carta ao ministro do Império* (1887), de Miguel Lemos; e *Abolicionismo e clericalismo* (1888), também de Teixeira Mendes.

Mas os principais livros deste grupo foram *A fórmula da civilização* (1883), de Aníbal Falcão, e uma seleção de textos editados por Miguel Lemos, *O Positivismo e a escravidão moderna* (1884), tendo entre os textos escolhidos alguns de Comte. Estes livros indicam “as causas histórico-estruturais dos problemas nacionais através de uma teoria positivista da formação brasileira”<sup>49</sup>.

Liderado por Miguel Lemos, o qual deu tons e institucionalizou o movimento, o grupo buscou formular um panteão de heróis nacionais e pensar a crise brasileira a partir de repertórios positivistas. A ênfase dos argumentos era em teorias, termos e autores positivistas,

<sup>48</sup> ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 202.

<sup>49</sup> ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 206.

como Auguste Comte, Émile Littré e Pierre Laffitte. Mas a referência maior foi Pierre Laffitte. Desses autores veio a influência nos argumentos contrários dos positivistas abolicionistas à imigração chinesa, defendida pelos liberais republicanos, e a defesa da secularização dos cemitérios.

Lemos aponta em sua obra que, enquanto o país caminhasse com o regime escravista, não estaria apto para desenvolver o capitalismo. Isso porque entendia que a industrialização, a vida social e a atividade econômica exigem uma sociedade livre. Portanto, a escravidão era vista como um empecilho à modernidade, como um elemento essencialmente colonial “que teria permanecido indevidamente na nação independente”<sup>50</sup>. Da mesma forma que Nabuco, apontava que a escravidão segregava e excluía um dos componentes legítimos da nação à cidadania plena.

Enquanto Lemos analisa fatores econômicos, Aníbal Falcão, em *A fórmula da civilização brasileira*, faz uma análise cultural. Centra sua abordagem na colonização. Diferentemente dos novos liberais, Falcão festeja a colonização portuguesa, sobretudo a herança católica. Aponta que “o catolicismo supriria na história brasileira o papel de mantenedor da ordem, comporia e preservaria a comunidade nacional”<sup>51</sup>. Apontava também, como ponto positivo da colonização portuguesa, a manutenção da unidade territorial.

Destacamos ainda que, adeptos da lógica do oportunismo, assim como os republicanos liberais, eles indicavam que os estadistas brasileiros, e não a massa popular, deveriam derrubar a escravidão. Porém, diferentemente daqueles, não eram adeptos da república como forma de governo, nem tampouco valorizavam a monarquia parlamentarista que os novos liberais queriam preservar.

Por último, temos os federalistas científicos. Composto por paulistas e gaúchos em sua maioria, produziram muito mais obras que os outros grupos. Conforme Angela Alonso destaca, os paulistas principais eram Francisco Eugênio Pacheco da Silva, com *A zona paulista*, Joaquim Fernando de Barros, com *A pátria paulista: cartas de propaganda separatista*, Martim Francisco (o filho), com *São Paulo independente: propaganda separatista*, Alberto Sales, em *A pátria paulista*, e Ubaldino do Amaral, com *A democracia moderna*. Obras que foram produzidas em 1887.

<sup>50</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 213.

<sup>51</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 216.

Pelo lado gaúcho, destacaram-se Ramiro Barcelos, com *A revolução riograndense do sul* (1881), Alcides Lima, com *República Federal* (1882) e *História Popular do Rio Grande* (1882) e Assis Brasil, com *O oportunismo e a revolução* (1880), *A república federal* (1881), *A república de Piratinim (História da República rio-grandense)*, (1882) e *Unidade Nacional* (1883). Toda a produção destes livros é composta por crítica ao império brasileiro, sobretudo ao domínio saquarema, propondo também soluções.

A obra que melhor ressalta o ponto de vista dos federalistas científicos é *Política republicana* (1882), de Alberto Sales. Dedicado à teoria do partido Republicano, o autor rompe com a forma de pensar da tradição liberal, e, utiliza como ferramenta para criticar as bases do Império a política científica.

Em termos de bases intelectuais, Sales condena principalmente “o ecletismo “metafísico”, o contratualismo e o utilitarismo”<sup>52</sup> por falta de legitimidade destes elementos. Seu apego ao cientificismo é verificado nas passagens de Comte, Spencer e Stuart Mill, mas “a tese geral é comteana: a evolução das sociedades seria contrabalanceada pelo espírito de conservação do Estado”<sup>53</sup>.

Sales aponta ainda que receava os efeitos que a sociedade moderna traria ao Brasil. Deste modo, indicava que o Estado deveria regular estes efeitos. O que é uma contradição no discurso dos federais científicos, pois estes condenavam a intervenção do Estado na economia.

Quanto aos autores da política científica, o mais presente nos argumentos de Sales e Maximilien-Paul-Emile Littré, médico e um dos mais importantes homens públicos franceses. Apega-se principalmente à linhagem de republicanos oportunistas.

Sua visão histórica do mundo tinha como principal marca as concepções de Littré, pois percebia a sociedade em constante evolução e caminhando para a república. Portanto, encarava a evolução histórica seguindo para o mesmo tipo de governo.

---

<sup>52</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 224.

<sup>53</sup>ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 224.

Para fortalecer sua tese, Sales recorre ao chileno José Victorino Lastarria, “político militante e defensor de uma reforma científica e descentralizante do Estado”<sup>54</sup>. Sales apega-se a Lastarria para indicar que

Quanto maior o grau evolutivo de uma sociedade, maior seu afastamento em relação ao tipo de “governo de privilégios” (monarquias absoluta e constitucional; repúblicas oligárquicas), e mais perto se encontraria do “governo semacrático” regime com poder político limitado por direitos individuais e sociais, igualdade perante a lei e organização nacional de administração formada por funcionários eleitos.<sup>55</sup>

Nessa percepção teórica de história, a sociedade estava caminhando, sem poder evitar, para um estágio de evolução em que os privilégios seriam eliminados. Assim, a monarquia constitucional seria um governo de transição.

As críticas de Sales ao Império apontam para uma monarquia anárquica, violenta e discriminatória. Assinala que os problemas políticos brasileiros eram resultados das escolhas feitas pela elite imperial. Assim, percebe que “o grande mal não estaria na forma da colonização, nem no tipo de colonizador, mas nas instituições inadequadas, mantidas por lideranças políticas incapazes”<sup>56</sup>.

Esta crítica atingia toda a elite imperial, incluindo os liberais, citados como coniventes com os objetivos dos saquaremas. Com essa estrutura, a monarquia compactuava com a reprodução endógena da elite imperial. Assim sendo,

a decadência não seria, pois, resultado da exaustão de uma formação sócio histórica, mas consequência de um conjunto de decisões políticas que tinham consolidado uma forma “artificial” de governo, a monarquia; uma elite política inepta; e cristalizado o Estado como *locus* de práticas patrimonialistas.<sup>57</sup>

Quanto à escravidão, assinalava, como os novos liberais e positivistas abolicionistas, argumentos morais para condená-la. Porém apontava como os liberais republicanos, que a escravidão era um grande empecilho para o desenvolvimento econômico.

<sup>54</sup> ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 227.

<sup>55</sup> ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 227.

<sup>56</sup> ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 231

<sup>57</sup> ALONSO. Angela. Op. Cit. Pp. 232.

Outra perspectiva de análise das ideias em debate no final do oitocentos é compreender as discussões a respeito da expansão da cidadania, que, com a proclamação da República, ganha um foco maior e é feito por vários setores da sociedade. Passaremos agora a abordar esse debate.

Com o advento da República, a expectativa por uma maior participação política aumentou na população brasileira, por conta disto o debate em torno dos direitos políticos dominaram a agenda de vários grupos sociais. Porém, como aponta José Murilo de Carvalho, com o novo regime pouco foram os ganhos, tanto em termos de direitos civis como de direitos políticos, as mudanças eleitorais derrubaram a exigência de renda, imposição adotada na constituição de 1824, mas manteve a de alfabetização.

Em 1881, o Brasil havia passado por uma reforma eleitoral, que introduziu a eleição direta. Antes desta reforma, “o processo indireto permitia razoável nível de participação no processo eleitoral, em torno de 10% da população total”<sup>58</sup>; com a reforma o número de participação foi reduzido para menos de 1% e com a República aumentou para 2% da população.

Em meio a essa restrição de participação política estavam as ideias de que a sociedade estava dividida entre civil e política. Nesta concepção, a população estava classificada em cidadãos ativos e cidadãos inativos, em que os primeiros possuíam os direitos civis e políticos e os últimos somente os direitos civis. Assim, somente os primeiros eram vistos como cidadãos plenos. Isto porque o direito político não era encarado como um direito natural, mas como uma função social, sendo concedido apenas aos merecedores. Portanto, ficava fora da sociedade política a maior parte da população.

Temos então que com a República, principalmente após a Constituição de 1891, houve um maior endurecimento no que diz respeito à ortodoxia liberal e aos direitos. “Pode-se dizer que houve um retrocesso no que se refere a direitos civis”<sup>59</sup>. Sendo assim, com a falta de expansão da cidadania política, o governo ficou entregue aos setores dominantes.

Porém, a propaganda republicana não prometia isto. Cabe destacar que Silva Jardim, um dos principais propagandistas do movimento, sempre buscou apoio e participação popular.

---

<sup>58</sup>CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit. Pág. 43.

<sup>59</sup>CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit. Pág. 45.



Talvez por isso que, com a República instaurada, o radical foi boicotado, não conseguindo eleger-se, pela cidade do Rio de Janeiro, nas eleições de 1890 para a Constituinte.

Entretanto, cabe destacar que a ala radical de atuação dos republicanos possuía uma concepção de cidadania que se aproximava da desenvolvida por Rousseau. Desta forma, Silva Jardim percebia o povo de forma abstrata, heterogênea e com interesses comuns. Outra ideia dos republicanos radicais que difere dos conservadores é a concepção de pátria: enquanto os conservadores, defensores da federação, viam a pátria como a província, os radicais falavam em pátria integradora, comunitária e orgânica das relações dos cidadãos.

Em meio a esses debates por uma expansão política, cabe destacar também a participação dos militares. Estes estavam insatisfeitos quanto a suas limitações de cidadania, passando a reivindicar, ao final do século XIX, uma cidadania plena. Assim, passaram a buscar um maior peso nas decisões políticas, objetivando criar o soldado-cidadão.

Porém, com as limitações políticas impostas pela República, segundo José Murilo de Carvalho, os militares passaram a lutar de dentro para fora. Não renunciando a condição de integrantes do Estado, os militares passaram a buscar uma maior participação através da máquina pública. Nesses termos, não se trata de cidadania e sim de *estadania*.

Outro grupo integrante do Estado e que viu na República uma oportunidade de redefinir seu papel na sociedade foram os operários do Estado. Estes eram principalmente os operários dos arsenais do Exército e da Marinha, os ferroviários da Estrada de Ferro D. Pedro II, os gráficos da Imprensa Nacional os operários da Casa da Moeda e de alguns setores portuários.

Baseado em princípios positivistas, os operários buscavam se organizar com o intuito de fazer parte da sociedade política. Porém, mesmo se aliando ao setor privado e tentando criar um partido operário, o que percebemos é que, igualmente como os militares, a ampliação da cidadania dos operários se deu por meio de membros da máquina pública.

Neste conjunto de ideias e reivindicações encontramos três princípios de debate: o positivista, o socialista e o anarquista. A ação positivista encarava a cidadania não muito diferente dos republicanos, pois defendia que nela não estavam incluídos os direitos políticos,

“assim como não aceitava os partidos e a própria democracia representativa”<sup>60</sup>. Desta forma, entendemos que a cidadania para os positivistas estava limitada apenas aos direitos civis e sociais. Porém, fazendo justiça, destacamos que diferentemente dos republicanos, que com o novo regime endureceram a ortodoxia liberal, os positivistas entendiam que a educação primária e a proteção da família eram obrigação do Estado. Quanto aos direitos políticos, os positivistas compreendiam que os mesmos deveriam ser concedidos de forma paternal pelos governantes. Assim, somente graças a ação iluminada do Estado e da benevolência do governante a sociedade política iria ampliar-se.

Os socialistas, de uma forma geral, se aproximavam do modelo clássico de expansão da cidadania. Estes entendiam que o regime republicano “viera possibilitar a extensão do direito de intervir nos negócios públicos a todos os cidadãos”<sup>61</sup>. Os operários marginalizados na sociedade buscavam uma maior participação e uma nova identidade. As várias entidades socialistas que surgiram no final do XIX buscavam reformas, principalmente sociais, através do mecanismo da representatividade. Porém, a expectativa inicial com a República logo foi diminuindo por conta das restrições política adotadas pelo novo regime.

Os anarquistas, por sua vez, eram divididos entre o grupo dos comunistas e o dos individualistas, tendo como principal porta voz de suas bandeiras a imprensa. A ala dos comunistas, mais numerosa, “eram pela revolução social, pela abolição da propriedade e do Estado, mas admitiam o sindicalismo como arma de luta”<sup>62</sup>. Os individualistas, seguiam os postulados de Max Stirner e, como a denominação já indica, possuíam um individualismo exacerbado. Apesar de algumas divergências, cabe destacar que, os dois grupos repudiavam qualquer tipo de autoridade, principalmente a estatal. Desta forma, entendemos a crítica às organizações socialistas, dado que os anarquistas eram contrários à luta através de partidos e eleições. Defendiam, principalmente, a luta através de greves, manifestações públicas e formação de federação de sindicatos.

Mais uma possibilidade de análise das ideias no final do oitocentos no Brasil é verificar a importância do Romantismo nesse contexto, principalmente sua colaboração na constituição da nação brasileira.

---

<sup>60</sup>CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit. Pág. 54.

<sup>61</sup>CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit. Pág. 55.

<sup>62</sup>CARVALHO. José Murilo de. Op. Cit. Pág. 57.

O movimento romântico pode ser entendido como “uma transformação estética e poética desenvolvida em oposição à tradição neoclássica setecentista, e inspirada nos modelos medievais”<sup>63</sup>. Apesar de ter se manifestado em vários espaços não pode ser visto de forma universal, pois “suas significações são múltiplas e profundamente impregnadas por especificidades regionais”<sup>64</sup>.

O romantismo possuía um estilo de vida próprio e individual da época, que refletia um inconformismo com o intelectualismo e convencionalismo clássico. A razão, que era o princípio norteador do estilo anterior, daria lugar à imaginação, emoção e paixão dos românticos e, o foco de referência deixa de ser a França e muda-se para a Inglaterra.

Foi nesse contexto de estilo literário, o qual permitia a inspiração dos artistas, que o Brasil consegue “sua independência literária, conquistando uma liberdade de pensamento e de expressão sem precedentes, além de acelerar, de modo imprevisível, a evolução do processo literário”<sup>65</sup>.

Cabe destacar que, no Brasil, o movimento não se pautou pela simples imitação do que acontecia no exterior. Aqui, o movimento foi adaptado ao ambiente brasileiro, não somente em termos artísticos como também sociais e políticos. O movimento romântico era apontado pelos artistas como expressão da nacionalidade, devendo ter linguagem e temas brasileiros, sobretudo indígenas. Somente assim a literatura brasileira conseguiria sua alforria.

O movimento foi tão importante que notamos que os escritores românticos são os mais populares entre os escritores brasileiros. Entre os mais importantes temos Gonçalves Dias, Casemiro de Abreu, Álvares de Azevedo, Castro Alves e o impar José de Alencar, que com *Iracema* e *O Guarani*, promoveu uma renovação da literatura brasileira, valorizando o regionalismo e exaltando o índio como símbolo nacional.

Uma das principais atitudes do romantismo brasileiro foi, cabe destacar, a valorização da história e do passado nacional. Com esse intuito foi criado, em 1838, nos moldes do francês Institut Historique, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reduto dos

---

<sup>63</sup>COUTINHO, Afrânio. O movimento romântico. In: COUTINHO, Afrânio. (org), *A literatura no Brasil: era romântica*. Vol. 3. 7. Ed. rev. e atual. São Paulo. Global. 2004. Pág. 5.

<sup>64</sup>GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: GRIMBERG, Keila. SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial. Volume II: 1831-1870*. 2 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011. Pág. 431.

<sup>65</sup>COUTINHO, Afrânio. Op. Cit. Pág. 14.

românticos, que tinha como objetivo central construir a história do país, tornando-se nos anos 1850 “um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais”<sup>66</sup>.

A partir daí entendemos os românticos como participantes da construção da nação, uma vez que estavam intimamente ligados à sociedade e elaborando a história do país. Nesse contexto, o IHGB buscava fundar a História do Brasil, pautada na história de grandes personagens e exaltando-os como heróis. O instituto, composto por membros da “boa elite” e literatos selecionados, como aponta Lilian Schwarcz, tinha como objetivo construir o “ser brasileiro” e criar um caráter nacional.

O projeto romântico, que tinha como colaborador o IHGB, que por sua vez tinha como grande aliado o Imperador D. Pedro II, tinha um cunho nacionalista e atuava na construção de uma cultura genuinamente nacional.

Partindo desta lógica, foi grande o número de trabalhos do Instituto que visava valorizar o indígena como símbolo nacional. Deixava de lado aquela visão de selvagem e exaltava o índio como herói, tendo como paisagem a floresta brasileira. Porém, não somente os índios foram valorizados como heróis na construção desta cultura e memória nacional.

O Instituto Histórico, além de romances que tinham o indígena no centro, publicou também em sua revista oficial várias biografias. Esta prática, bastante presente na revista do instituto no século XIX, tinha como objetivo “exemplificar uma conduta e um conjunto de valores éticos e políticos”<sup>67</sup>, ou seja, criar uma identidade cultural e política.

Com esta série, os brasileiros biografados eram apresentados como ilustres, sendo destacados não somente personalidades do mundo literário, como também do meio político. Vale lembrar também que, os biografados nem sempre eram figuras já falecidas, muitos deles ainda estavam vivos no momento da publicação do texto que o exaltava. Nos onze primeiros anos de atuação da revista oficial do IHGB, 68 textos biográficos foram publicados, muitos destes assinados por Francisco Adolfo de Varnhagen, o fundador da historiografia brasileira.

---

<sup>66</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo. Companhia das Letras. 1998. Pág. 178.

<sup>67</sup>GONÇALVES, Marcia de Almeida. Op. Cit. Pág. 436.

Nessa atividade de produção biográfica, o Instituto tinha como intuito elevar personalidades ao nível de heróis, fazer com que suas vidas fossem confundidas com a da própria nação. Escrita para possuir um caráter pedagógico, essas biografias apresentavam história de homens reais que deveriam integrar a memória nacional.

Assim, entendemos como foram múltiplas as ideias que circulavam no Brasil do oitocentos. Compreender a geração de 1870 foi fundamental para entender os questionamentos que eram feitos ao Império brasileiro. Observamos também que, no final do século XIX, os debates em torno da cidadania foram ampliados, mas a expectativa em torno desta foi frustrada pelas restrições imposta pelo regime republicano. Notamos, por fim, a importância do Romantismo para o século XIX, entendendo o movimento muito além da sua estética, pois os românticos, como colocado, foram fundamentais na construção de uma cultura e memória nacional.

### **A rua volta a ser destaque**

Em uma breve contextualização, veremos agora o alargamento do espaço público na década de 1880. A partir daí, perceberemos o ambiente político e social em que foi assinada a Lei Aurea de 1888.

Nesse ponto, o diálogo será feito com Maria Tereza Chaves de Mello, que abordou o assunto em sua tese de Doutorado defendida na PUC-Rio em 2004, a qual foi premiada pela Anpuh-Rio e transformada no livro *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império* publicação da FGV. Abordaremos também Flávio Gomes, em *Negros e Política*, para entender a importância da imprensa negra na virada do século XIX.

Para legitimar seus argumentos, Maria Tereza Chaves de Mello utiliza como fontes os periódicos da época, tais como *Diário de Notícias*, *OPaíse* e *Revista Ilustrada*. Emprega também as memórias escritas pelos contemporâneos do período, opúsculos, manifestos, conferências e discursos. A partir da análise destas fontes, a autora demonstra como se realizou a ampliação do espaço público no Rio de Janeiro na década de 1880. Perceber isso é fundamental para entender os libertos no Pós-Abolição a partir da leitura dos periódicos.

O conceito teórico fundamental para entender a proposta de Maria Tereza Chaves de Mello é espaço público, conceito extraído de Jürgen Habermas<sup>68</sup>. Segundo a autora, o espaço público existe quando pessoas privadas discutem assuntos gerais de interesse público. Assim, o espaço público se constitui como um espaço informal de sociabilidade política e literária, ocorrendo também fora dos espaços tradicionais, como o parlamento. Nesse sentido, o espaço público se manifesta como um mediador entre a sociedade civil e o Estado.

Examinando suas colocações podemos compreender que, na década de 1880, a sociabilidade no Rio de Janeiro passou por uma ampliação. O espaço público foi estendido e valorizado. Verificamos então que, além da literatura, como visto no mundo das ideias acima, outros espaços vão ganhando destaque e também passam a ter papel de intervenção política.

Desde o início da década, Maria Tereza Chaves de Mello verifica o aumento dos periódicos na cidade, sobretudo ligado a causas políticas, como *O Paíz*, *Gazeta da Tarde*, e *Gazeta de Notícias*. Foram criadas várias associações com objetivo também de alargar o debate político. “Essa intensidade vazou do Parlamento para as ruas e encheu as salas de conferências e os teatros com peças antiescravistas”<sup>69</sup>. Notamos, assim, o papel fundamental da opinião pública na década de 1880.

Podemos fazer uma comparação com o período regencial, quando, após um racha na elite no final do Primeiro Reinado, a sociabilidade também se amplia. Nesse período de “experiência republicana” houve uma “politização das ruas, impulsionada, sobretudo, pelo avanço sem precedentes da imprensa”<sup>70</sup>. Deste modo, notamos que, tanto no período regencial como na década de 1880, a opinião pública desempenhou um papel fundamental no alargamento do debate político. Sobretudo as camadas populacionais marginalizadas conseguindo participar deste debate e exercer sua cidadania.

Neste cenário, como situa Maria Tereza Chaves de Mello, a rua, que sempre foi associada pelo Império à desordem, sobretudo pela elite saquarema, passa agora a ter um novo papel. A crítica à decadência do Império não vinha apenas dos intelectuais em suas

---

<sup>68</sup>Ver HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

<sup>69</sup>MELLO, M. T. C. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro. Editora FGV. Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. Pp 26.

<sup>70</sup>BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004. Pp. 15.

obras, mas também das ruas, como na Revolta do Vintém no início de 1880, que contou com “um contingente de 4 mil a 5 mil pessoas envolvidas na rebelião”<sup>71</sup>. A rua representava então desde o início da década um grande espaço de debate, manifestação e ambiente de exercício da cidadania. A rua não obedecia mais à lógica imperial, perdia o sentido de lugar de anarquia.

A cidade do Rio de Janeiro, dita por muitos contemporâneos como o último reduto monarquista, passava por um momento de grande efervescência política. “Nos dois anos finais do Império, a tônica foi a intensa politização da sociedade da corte. Palestras, *meetings*, comícios - pela Abolição ou pela República -, tudo acompanhado por espíritos exaltados e por intensa repressão policial”<sup>72</sup>.

Mediante os espaços informais de sociabilidade, o palco político estava ampliado e isto significava uma maior oportunidade para o exercício da cidadania. Neste sentido, entendemos o aumento no número de periódicos na Corte, o aumento da participação nas manifestações, nas festas populares e a grande concorrência para participar das conferências de figuras públicas importantes, como Silva Jardim.

Contribuiu também para este alargamento do espaço público o fato da cidade do Rio de Janeiro ser a capital do Império e por conta disto modelo para todo o país, monopolizando os debates mais importantes do país, “se a vida nacional se concentrava na Corte, a vida desta se espremia na rua do Ouvidor”<sup>73</sup>. Apesar de ser considerada por muitos uma viela, a rua era a principal da capital do Império, e por extensão do país, pois ali se tinha toda a movimentação política, social e literária. Nela pulsava a vida do país, como ressalta Maria Tereza Chaves de Mello. Isto por estarem localizados ali ou em suas imediações os principais cafés, hotéis da cidade, papelarias, charutarias, lojas elegantes e ficava também a sede dos principais jornais da cidade, tais como *Diário de Notícias*, *O paízea Gazeta de Notícias*, redações que serviam “de ponto de encontro para políticos, literatos, intelectuais, jornalistas e pessoas gradas”<sup>74</sup>. Voltaremos a importância da rua no capítulo 3 deste trabalho.

---

<sup>71</sup> MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.23.

<sup>72</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.36.

<sup>73</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.56.

<sup>74</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.57.

Este ambiente ajudou em muito a produção dos intelectuais da Geração de 1870 que trouxeram para este espaço público a discussão de vários assuntos importantíssimos para a cidade do Rio de Janeiro e para todo o Império. Cabe ressaltar ainda que era nesta cidade que os principais intelectuais de renome residiam, pois ela reunia os principais postos de trabalho.

Percebemos, assim, que a cidade do Rio de Janeiro era fundamental para quem buscava ascender profissionalmente; isto porque era um grande palco em que a repercussão de determinados assuntos ganhava uma escala nacional. Nesses termos, ela era fundamental não somente para os políticos que buscavam se perpetuar nos cargos públicos, como também para os literatos, porém, ela era mais importante ainda para os homens da imprensa. “A intensa atividade política e cultural do decênio final do Império, o debate por reformas, o movimento abolicionista e a propaganda republicana deram ensejo à renovação e à ampliação da imprensa brasileira”<sup>75</sup>. Nessa ampliação, os homens de imprensa ganham destaque social.

Os periódicos mais dinâmicos nessa ampliação eram: *Gazeta de Notícias*, de Ferreira de Araújo, *O Paíz*, de João José dos Reis, *Diario de Notícias*, de Rui Barbosa e *Diário do Comércio*, do poeta Filinto de Almeida. A admiração pela *Gazeta de Notícias* era tanta no período que Olavo Bilac, em um testemunho, lembra que “quando as minhas mãos abriam a *Gazeta* (...) eu imaginava tocar um ídolo”<sup>76</sup>.

Apesar dos jornais no final do século XIX possuírem grandes tiragens, a *Gazeta de Notícias* imprimia, por exemplo, vinte e dois mil exemplares; ela não significava muito, pois “um mesmo exemplar passava de mãos em mãos”<sup>77</sup>, e ainda temos o fato de que “por nossa tradição de oralidade, notícias, folhetins, fofocas, anúncios eram lidos em voz alta para um público predominantemente ágrafo”<sup>78</sup>. Portanto, os jornais possuíam um público muito maior do que sua tiragem informava.

Soma-se a isto o crescimento da população da Corte e a expansão das camadas médias que consumiam estes jornais. Os homens da imprensa viraram celebridades, sendo reconhecidos sempre que estavam em meio a discussões acaloradas na rua do Ouvidor.

---

<sup>75</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.76.

<sup>76</sup>BILAC, Olavo *Apud*MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.77.

<sup>77</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.79.

<sup>78</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.79.



Nesse sentido, o ambiente de agitação política contribuiu para a ampliação da imprensa, tornando-a causa e efeito de sua intensificação. “A importância que a imprensa adquiriu na vida social de então é sem paralelo com os dias atuais”<sup>79</sup>, causando um temor maior às aristocracias do que os movimentos populares. Isto porque a maior marca da imprensa de então era a combatividade crítica, ou seja, a imprensa estava voltada e aberta a debater questões políticas, sociais e doutrinárias. Portanto, percebemos que temos na imprensa da Corte a mesma intenção da Geração de 1870 à de intervir politicamente no debate político.

Outra perspectiva que possibilita constatar também a redefinição do espaço público é entender a ampliação da imprensa negra no final do século XIX e início do XX. Analisaremos agora o papel dela, que apesar de ser a parte mais conhecida em termos de mobilização negra nas primeiras décadas do século XX, a organização negra não pode ser reduzida a sua importância, como ressalta Flávio Gomes.

Os primeiros jornais editados por negros e que tinham o preconceito como principal tema surgem no final do século XIX; são eles: *O Treze de Maio* (1888), *A Pátria* (1889), *O Exemplo* (1892), *A Redenção* (1899), *O Baluarte* (1903), *O Propugnador* (1907) *O Combate* (1912) e *O Patrocínio* (1913), e tinham como objetivo “refletir sobre os desdobramentos do pós-emancipação e a situação dos “homens de cor””<sup>80</sup>.

Podemos perceber, com Flávio Gomes, que a mobilização negra não pode ser reduzida à atuação da imprensa negra porque muitos dos periódicos estavam ligados a associações negras, que tinham em seus jornais o principal veículo de divulgação de suas ideias e atividades.

Os editoriais da dita imprensa negra tinham como foco principal a questão racial, indicando de maneira pedagógica os caminhos de conscientização e mecanismos de “ascensão do negro”. Os jornais eram “instrumento de comunicação de inúmeros intelectuais, grupos, associações e entidades negras, tanto com seu público específico [...] como com outros setores sociais”<sup>81</sup>. Os jornais buscavam, acima de tudo, serem instrumentos de educação e formação,

---

<sup>79</sup>MELLO, M. T. C. Op. Cit. Pp.79.

<sup>80</sup>GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro Jorge Zahar. Ed.2005. Pág.28.

<sup>81</sup> GOMES, Flávio dos Santos. Op. Cit. Pág. 31.

visto que promoviam a valorização e exaltação da população negra e de suas formas políticas, culturais e religiosas.

Por conta da ampliação da imprensa negra no início do século XX, fica difícil analisá-la de forma homogênea, uma vez que ela é rica na diversidade de formatos, tendências e objetivos. Assim sendo, fica difícil definir os possíveis produtores do jornal, apesar de alguns historiadores colocarem a “elite negra” como produtora da imprensa negra.

Cabe destacar também que o surgimento, a ampliação e a consolidação da imprensa negra se deve ao fato da proliferação dos espaços de lazer voltados exclusivamente aos negros, nos salões alugados para os bailes os valores culturais e raciais eram referenciados. O comportamento nos bailes dançantes eram matéria-prima para a imprensa negra, que buscava também definir os costumes e valores do seu público.

Assim, analisando o final do século XIX no Rio de Janeiro, podemos perceber que ele estava passando por um momento de redefinições. Verificamos, neste capítulo, que o espaço urbano da cidade estava em ampliação e sua população crescendo de forma acentuada. Esse crescimento trouxe uma série de problemas para a cidade, visto que a mesma não possuía estrutura para suportar aquela população. Observamos também que o final do oitocentos assistiu a uma grande movimentação de ideias, as quais buscavam questionar as bases do Império, conquistar a ampliação da cidadania e legitimar uma cultura nacional. Por fim, notamos que a cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, passou também por uma redefinição do seu espaço público e com isso uma proliferação da imprensa, que também buscava participar de forma ativa dos debates políticos e sociais.

Perceber o Rio de Janeiro no final do século XIX é fundamental para essa pesquisa, visto que ela está inserida nesse espaço urbano e público da cidade. Porém, como o tema central é analisar os libertos no Pós-Abolição, tendo como fonte principal a imprensa da cidade do Rio de Janeiro, devemos melhor detalhar a imprensa da cidade.



# Capítulo 2

---

## “Imprensa: seu uso e um panorama”

Segundo Nelson Werneck Sodré, em *História da Imprensa no Brasil*, a história da imprensa está intimamente ligada aos debates políticos. Aqui, consideraremos esta concepção, pois notamos que a imprensa e política são temas indissociáveis. Sendo uma fonte primordial para os historiadores, nela podemos verificar amplos aspectos de uma determinada sociedade. Por conta disto, são inúmeros os trabalhos que utilizam a imprensa como fonte principal, sobretudo quanto ao século XIX no Brasil.

A imprensa é uma ferramenta indispensável para quem busca observar o cotidiano, uma vez que com ela o historiador fica familiarizado “com as ideias que marcaram o período

e também fornece subsídios para desvendar como os contemporâneos observavam aquelas sociedades”<sup>82</sup>.

Este capítulo se pautará nas observações a respeito da utilização da imprensa como fonte histórica, entendendo, sobretudo como ela vem sendo tratada pela historiografia. Faremos também uma análise dos principais periódicos do final do século XIX, focando as principais revistas ilustradas, pasquins e jornais de grande circulação.

### **Imprensa como fonte histórica**

*A Gazeta de Notícias* completa hoje tresannos de existencia, isto é tres longas datas de labor e de preocupações.

Começada modestamente, dependendo tão só de seus minguados recursos, unicamente ao publico deve o que hoje é, e pouco mais que espera ser.

*Acredita ter cumprido os seus deveres de imprensa livre, alheia ás paixões e ás intrigas de particulares e imparcial nas contendendas partidárias.*

D’isso não se orgulha, e sim tem a calma satisfação de haver sido leal ao publico do qual sómente tira a sua seiva e ao tempo que a inspira e impõe-lhes as idéias.

Nas luctas dos partidos não tem tomado logar, mas porque é só do publico e pelo publico, porque só tem á vista o bem da Patria, tem sido jornal de opinião o que é o mesmo que dizer: a guarda, o tribunal e o asylo de todos os direitos e de todas as queixas fundamentadas na justiça.

A’s censuras dos interessados que almejam uma imprensa muda, e portanto condescendente, e portanto de má fé e parcial, responde a *Gazeta* que atravessando o paiz uma época de crise, crise na política, crise nas finanças, crise no direito, crise social, faltará a ella suas obrigações não dizendo o que pensa e o que lhe parece de melhor.

Quem sustenta este jornal e quem n’elle escreve é o publico, e a política da *Gazeta* é uma só: o bem da nação de par com o progresso moral e intelectual.

A *Gazeta* não tem o odios nem paixões; inútil é dizer que não se aluga nem se vende, e affiança com prazer e honra que nenhum de seus escriptores tem preocupações ou veleidades políticas.

Que o publico e o tempo permittam-lhe ser o que almeja: um jornal concorde com a civilisação do mundo e com as aspirações da pátria<sup>83</sup>.

<sup>82</sup>MACHADO, Humberto. F. A atuação da Imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, v. 448, p. 31-62, 2010. Pág. 31.

<sup>83</sup>*Gazeta de Notícias* 02/08/1878. Artigo comemorando três anos de existência do jornal. Grifos meus.

A partir deste trecho da *Gazeta de Notícias* que lembrava os seus primeiros três anos de existência, podemos notar algumas das características que a imprensa buscava passar no final do século XIX. Imprensa livre e imparcial era recorrente nas páginas dos periódicos. Porém, analisando mais a fundo a imprensa da época, verificaremos que a imparcialidade e a neutralidade passavam longe.

Até a década de 1970 ainda eram poucos os trabalhos que se valiam da imprensa como fonte. Jornais e revistas eram pouco utilizados devido à visão dominante da passagem do século XIX para o XX, que visava o ideal de busca da verdade dos fatos. “Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo.”<sup>84</sup> Nesta concepção, portanto, os jornais e revistas não eram adequados na busca dos vestígios do passado, pois forneciam registros fragmentados, realizados a partir de interesses e paixões, produzindo imagens parciais distorcidas e subjetivas.

Entre os historiadores críticos da imprensa como fonte podemos citar, de acordo com Tania de Luca, Jean Glénisson, o qual defendia a ideia de que trabalhar com jornais era complexo e desanimador. José Honório Rodrigues, intérprete do Brasil, por sua vez afirmava que, apesar de ser uma das principais fontes, a imprensa é uma mistura do imparcial e do tendencioso, ou seja, possuía um caráter duvidoso. As críticas baseavam-se na ideia de que a imprensa era uma “instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos.”<sup>85</sup> Porém, apesar das críticas o que percebemos é que o periódico é uma das fontes mais valiosas. “Enningún otro lugar encontraríamos informaciones más numerosas, más seguras, para la historia moral, política y literária de diversas naciones”<sup>86</sup>.

Tanto a escola positivista como a historicista renegavam os periódicos, principalmente quando se constituíram como instituições de poder da sociedade. Para estas escolas, os jornais não eram parciais e neutros. Valorizavam apenas os documentos oficiais. “Como si dentro de

---

<sup>84</sup>LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. : PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3ed. São Paulo. Contexto. 2011.Pag.112.

<sup>85</sup>LUCA, Tania Regina de. Op. Cit. Pag.116.

<sup>86</sup>HATIN, Eugéne. *Apud* FERNANDEZ, Celso Almuiña. La prensa escrita, como documento histórico. In.: *Haciendo historia: Homenaje ao professor Carlos Seco*. Madri: Ed. Univ. Comp. de Madrid.1989. Pag.615.

este tipo de documentación “clásica” las falsificaciones y las visiones parciales e interesadas no estuvieron al orden del día “<sup>87</sup>.

Observamos então, como aponta Celso Fernandez, que a imprensa é uma fonte de natureza bem distinta. Porém, com especificidade não isenta de relativa complexidade. E possui um valor polissêmico, rico em interpretação. “Aunque la fuente es rica en significados y significantes, no quiere decir que sea universal.” <sup>88</sup> Comprendemos ainda que o periódico não é simplesmente uma massa de notícias desordenadas. A ordem das notícias não obedece ao simples acaso e sim uma planificação prévia discutida pela equipe editorial. “Así cada periódico tiene su propio invariante y aunele jemplar de cada día supropia y definida personalidad.” <sup>89</sup>

Somente em meados da década de 1970, porém, a imprensa passa a se constituir de fato como objeto de pesquisa histórica no Brasil. Podemos perceber esta mudança, de acordo com Tania de Luca, a partir dos trabalhos das historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, em *Breve Matutino*. Nesta obra, as autoras apresentam outra perspectiva metodológica de se trabalhar com jornais e revistas:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere. <sup>90</sup>

Assim, a partir deste e de outros trabalhos a imprensa passou a ser mais aceita nas pesquisas históricas. Não apenas como fontes de dados econômicos e demográficos, mas também na análise das ideias e projetos políticos. Os historiadores, nesta perspectiva, buscavam compreender, a partir dos periódicos, questões sociais, influência do Estado e da censura, analisando também os comportamentos e o cotidiano. Cabe destacar ainda que a imprensa deve ser vista como um “relato de alguém sobre o que aconteceu” <sup>91</sup> no passado e não a realidade de fato.

---

<sup>87</sup>FERNANDEZ, Celso Almuiña. Op. Cit. Pag.618.

<sup>88</sup>FERNANDEZ, Celso Almuiña. Op. Cit. Pag.620.

<sup>89</sup>FERNANDEZ, Celso Almuiña. Op. Cit. Pag.621.

<sup>90</sup>CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia. Apud LUCA, Tania Regina de. Op. Cit. Pag.118.

<sup>91</sup>DARNTON, Robert. Apud MACHADO, Humberto. F. Op. Cit. Pág.33.

A imprensa era usada, no final do século XIX, “como detentora das “verdadeiras informações””<sup>92</sup>, o que contribuiu para o seu abandono pelo historiador ao longo do século XX. Porém, ela é encarada hoje como protagonista, agente histórico que intervém nos debates e episódios. Nesse sentido, testemunhamos que, ao longo do tempo, a imprensa foi trabalhada de forma distinta.

Na tradição historicista<sup>93</sup>, a imprensa é abordada como reprodutora fiel e “autêntica de acontecimentos, de verdades cristalizadas através do impresso”<sup>94</sup>, e vista também de forma imparcial e neutra. A concepção marxista<sup>95</sup>, predominante nos anos 1960 e 1970, colocou a imprensa em uma posição subalterna, pois ela seria apenas reflexo superficial de ideias. Com essas acusações a imprensa foi deixada de lado sendo somente revitalizada pelas novas formas de abordagem da Nova História, voltando a ser importante tanto como documento quanto objeto. Nessa perspectiva<sup>96</sup>, a ideia que sobressaiu apontava que “os textos difundidos nos periódicos fazem parte de um movimento dialético com o contexto sócio-histórico”<sup>97</sup>.

Com essa forma de análise da imprensa percebemos que a relação entre autor, leitor, texto e contexto passa a fazer parte do debate. O jornalismo passa a ser visto não mais como uma simples “fábrica de notícias”, e sim como um veículo com a capacidade de reconstruir os fatos. Os jornalistas, de certa forma, contribuem para a construção de memórias, pois reconstruindo fatos privilegiam uma narrativa em detrimento de outra. Valorizam um ponto e esquecem (ou abandonam) outros. É um exercício de poder, pois os jornalistas têm “o privilégio de atuar para a formação da própria identidade, da trajetória e das percepções de um

---

<sup>92</sup>MOREL, Marco. Prefácio. In.: BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X. 2010. Pag. 7.

<sup>93</sup> O principal autor desta corrente é FERNANDES PINHEIRO, J. C. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876. T. 1.

<sup>94</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição – Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006. Pág. 28.

<sup>95</sup>Dentre outros pensadores desta concepção podemos citar RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. 3 ed. Ver., São Paulo. Companhia Editora nacional, 1968. e GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos Estudos Históricos*. 5. Ed. São Paulo. Bertrand, 1986.

<sup>96</sup>Dentre outros autores ligados as novas abordagens da Nova História, que contribuíram para a valorização da imprensa como fonte podemos citar CAPELATO, M. H. R. ; PRADO, M. L. C. *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: O Jornal O Estado de S.Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. E BORGES, V. H. F. P. ou (Vavy) .*Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: História de uma Esperança e muitos desenganos*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979. v. 1.

<sup>97</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. Cit. Pág. 29.



grupo”<sup>98</sup>. Os jornalistas eram “senhores da memória” ao selecionar “o que deve ser lembrado e ao esquecer o que deve ficar em zonas de sombra e silêncio”<sup>99</sup>

No final do oitocentos, como colocado no capítulo anterior, a rua passou por uma ressignificação. Paralelo a isto, verificamos também uma ampla mudança na forma de fazer jornal. A cidade do Rio de Janeiro possuía as condições ideais para essa proliferação. Com transformações sociais, urbanas, políticas e econômicas a cidade oferecia as possibilidades essenciais para os jornais assumirem uma nova configuração.

O marco desta configuração é a instalação da primeira agência de notícias no Rio de Janeiro, a Havas, em 1874. A partir daí os principais jornais da cidade passaram a publicar os telegramas internacionais que a agência distribuía. Depois da instalação da agência de notícias surge na cidade inúmeras publicações e a leitura passa a ser um hábito cada vez mais forte.

Lembramos que esta proliferação ocorreu em várias cidades do país, mas foi no Rio de Janeiro que isto se deu de modo mais expressivo “num único ano, 1881, aparecem 95 novos periódicos e, no ano seguinte, mais 64. Até o final da década esses números permanecem nos mesmos patamares: em 1883, aparecem mais 56 novos periódicos e no ano seguinte, mais 37. Em 1888, há outra explosão, contando-se 45 novos jornais e revistas e um ano depois, mais 29 outros títulos”<sup>100</sup>.

Em clima de modernização de costumes e valores esses periódicos também contribuíram para transmitir e valorizar tais símbolos dos novos tempos. Buscando uma nova civilização, a imprensa disseminava no público os novos ideais. A imprensa, deste modo, tem um papel de destaque na construção do moderno e destruição do atraso colonial.

Com essas condições disponíveis os jornais passam de empresas familiares a empresas em moldes industriais. Todavia, “a transformação da imprensa após 1880 não atinge todos os periódicos de maneira uniforme”<sup>101</sup>. Independentemente disto, cria-se no Rio de Janeiro um novo jornalismo, que muda o padrão editorial das publicações. “Agora, os textos pretendem,

---

<sup>98</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. Cit. Pág. 34.

<sup>99</sup>BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pag. 131.

<sup>100</sup>BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pag. 118.

<sup>101</sup>BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pág. 120.

sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade [...] procuram construir uma representação ideal da sociedade”<sup>102</sup>.

Para um jornal se constituir como popular não era necessário apenas custar barato, como a *Gazeta de Notícias*, que custava 40\$ (quarenta réis), ou simplesmente possuir venda avulsa. Era preciso também manter um canal de diálogo permanente com os leitores e possuir em suas equipes literatos de prestígio. Por conta disto, muitos jornais publicavam folhetim, crônicas, poesias e mantinham também a seção de publicações a pedidos. Nesta seção em especial, os leitores mandavam publicar comentários críticos, em geral às empresas privadas contratadas pelo Estado para fornecer serviços públicos, tais como limpeza urbana, os transportes, o fornecimento de energia elétrica etc. Mas, a seção também era usada para outros fins, como denegrir a imagem de desafetos com xingamentos e acusações.

Com relação à seção de correspondência que eram publicadas na imprensa, o trabalho mais completo sobre o assunto é de Eduardo Silva, em *As queixas do povo*. Neste trabalho o historiador pesquisa a seção de correspondência do *Jornal do Brasil* verificando as características das reivindicações da população da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1900, 1905 e 1910.

Entre o surgimento do *Jornal do Brasil* e o recorte de pesquisa de Eduardo Silva o periódico havia passado por três fases distintas que vale destacar. Quando o jornal surge, sob a direção de Rodolfo Dantas, a tendência dos trabalhos era monarquista (1891-1893), esta fase foi de combate direto aos interesses da República recém-instalada, principalmente, com os artigos de Joaquim Nabuco “Ilusões Republicanas” e “Outras ilusões Republicanas”. Não conseguindo enfrentar a repressão por parte do Estado, o jornal assume outra proposta editorial iniciando, assim, sua segunda fase (1893-1894), sob a direção de Rui Barbosa, neste período o impresso teve uma postura de defensor da Constituição e, “por via de consequência, de oposição à ditadura do Marechal Floriano”<sup>103</sup>. A última fase (1894-1918), mais importante para o trabalho de Eduardo Silva, corresponde a uma linha editorial mais popular, nesta fase o foco do periódico estava voltado para o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, ganhando, inclusive, o apelido de “o popularíssimo”. Neste período, o jornal evitava os maiores conflitos

<sup>102</sup>BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pág. 121.

<sup>103</sup>SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro. Paz e terra. 1988. Pág. 41.

com o Estado, uma vez que promovia a “crítica política sem o perigoso envolvimento com as questões “políticas””<sup>104</sup>.

A seção “As queixas do povo”, segundo Eduardo Silva, era o elo mais forte de ligação com o público que o *Jornal do Brasil* possuía. Apesar de *O Paize a Gazeta de Notícias* publicarem seções semelhantes, esta seção do *Jornal do Brasil* possuía um caráter único, que impulsionou a popularidade do periódico, uma vez que ela era publicada gratuitamente e “não era necessário saber escrever, já que os interessados podiam queixar-se pessoalmente na redação ou nas agências do jornal”<sup>105</sup>.

Analisando as queixas da população da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Silva observou que em mais de 70% delas os queixosos se declaravam como moradores e menos de 30% como trabalhadores. Entre os trabalhadores, nos anos pesquisados a maioria das queixas vinham de pequenos comerciantes, trabalhadores do Estado, vendedores ambulantes, transportes urbanos, policiais e militares. Neste sentido, notamos como aponta o historiador, que essas categorias eram as mais interessadas em promover queixas por estarem mais sujeitas à fiscalização do Estado e por serem também as categorias que mais dependem do mesmo.

Quanto à origem geográfica das queixas, percebemos que por ser a região da cidade com maior concentração de habitantes, como observado no capítulo I, a área central apresenta o maior número de queixas, sendo Santana, Espírito Santo e Santo Antônio as mais queixosas, como aponta Eduardo Silva.

Quanto à natureza das reclamações, o que percebemos é que a prioridade dos queixosos era com relação à segurança e serviços básicos, demandas que estão diretamente ligadas à atuação do Estado. Nos anos pesquisados por Eduardo Silva, a principal reclamação dos queixosos estava ligada a polícia e forças armadas, em segundo lugar estão os assuntos ligados a saneamento e limpeza pública. O fato da principal reclamação estar ligada a polícia e forças armadas justifica-se, como aponta o historiador, pela insegurança instalada na cidade naqueles anos. A violência era praticada pelos agentes do Estado em forma de truculência (no uso exagerado da força) e negligência no atendimento prestado a população. Mas cabe destacar, que a violência não era monopólio do Estado. “Uma parcela significativa da

<sup>104</sup>SILVA, Eduardo. Op. Cit. Pág. 47.

<sup>105</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *Apud* SILVA, Eduardo. Op. Cit. Pág. 50.

população adulta não encontra lugar no sistema produtivo, e, por toda parte, uma massa considerável de desempregados e subempregados adota os pequenos goles e expedientes.”<sup>106</sup>

Nos serviços básicos ligados diretamente ao Estado, as principais queixas são sobre luz, água, saneamento, limpeza pública, meios de comunicação e transporte. Essas queixas assumiam, segundo aborda Eduardo Silva, um caráter reivindicatório, servindo para lembrar a administração pública os principais problemas de determinada região.

As queixas eram acionadas também para atuar na regulamentação das relações de trabalho. O Estado, neste tipo de queixa, era colocado, como aponta Eduardo Silva, como o grande patrão e o grande regulador. Desta forma, a população fazia pedidos ao Estado que intervisse na falta de pagamento de salário e de demissões sem motivo algum.

Por fim, o que notamos nestas queixas analisadas por Eduardo Silva, é que em um ambiente de direitos políticos restritos, como visto no capítulo I, outras instâncias eram utilizadas para reivindicar os direitos do cidadão. Entendemos assim, que o papel da imprensa neste processo foi fundamental.

Nos discursos dos jornais, podemos notar que os jornalistas, conforme aponta Marialva Barbosa, difundiam uma espécie de missão e tarefa das quais eles estavam encarregados. Eles se viam como fiscalizadores dos poderes públicos. O jornalista, do fim do oitocentos, entendia que o seu papel era “denunciar e, sobretudo, instruir a voz dos fracos e oprimidos”<sup>107</sup>.

Os jornais deste período colocavam-se como intermediários entre o público e a sociedade política. Essa era uma autoimagem corriqueira em todos os jornais. O artigo citado acima, o qual lembra os três anos de existência da *Gazeta de Notícias*, ressalta a imparcialidade do jornal. Imparcialidade esta que é considerada por todos os jornais, como um ponto fundamental para ganhar popularidade e credibilidade.

No dia dois de agosto de 1888, dia em que a *Gazeta de Notícias* completou treze anos, o periódico traz em sua segunda página uma reportagem parabenizando o *Diario de Noticias* pelo seu primeiro aniversário. Em uma breve análise deste jornal o autor destaca que

---

<sup>106</sup> SILVA, Eduardo. Op. Cit. Pág. 116.

<sup>107</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 130.

Em tão pouco tempo de vida para um jornal, o *Diário* soube fazer-se acreditar, soube fazer-se aceitar pelo público, e soube-o á custa de constantes esforços, não só desenvolvendo brilhantemente a parte litteraria e noticiosa da folha, como apreciando com muito criterio, *sob ponto de vista completamente imparcial*, as diversas questões de interesse público, com especialidade as que têm relação immediata com os negócios da província. <sup>108</sup>

Observamos assim que era recorrente a construção de uma autoimagem imparcial nos jornais do final do século XIX. “O jornalismo é o lugar da imparcialidade e da neutralidade e os jornais são a expressão da verdade” <sup>109</sup>.

A imprensa colocava-se como instituição portadora da verdade. Isto era um consenso entre os jornalistas, e não uma opinião isolada. Diante dos direitos políticos restritos, o jornal era pensado como um “parlamento dos oprimidos”. Isto porque era função da imprensa trazer para o debate o futuro político do país. Assim sendo, através dela “a política não seria um campo exclusivo dos profissionais, seria o campo de todo o individuo honrado e com trabalho intelectual” <sup>110</sup>.

A imprensa, como porta voz dos anseios da sociedade, acreditava poder intervir por meio do debate político nas decisões e ações dos políticos que estavam nos locais tradicionais de discussão, uma vez que a opinião pública difundida nos periódicos era amplamente inserida na sociedade.

Compete ainda destacar que até mesmo o leitor compactuava com esta imagem difundida pelos jornais. Eles aceitavam a ideia de que os jornais realmente eram imparciais e portadores da verdade. Muitos convencidos de que a imprensa era porta voz dos fracos e oprimidos recorriam a ela para exigir melhorias nos serviços públicos, e não somente ao poder público.

Frequentemente também os leitores iam até as redações dos jornais, como aponta Andréa Pessanha, para fazer denúncias de abusos nas relações trabalhistas. O público, sabendo ler ou não, reconhecia que os jornais eram um dos melhores veículos para denunciar as arbitrariedades tanto do poder público como do privado. “O importante é ressaltar o papel e a imagem sobre a imprensa constituídos pelo público de então, representações que eram a

<sup>108</sup>*Gazeta de Notícias*. 02/08/1888.

<sup>109</sup>BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 131.

<sup>110</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. Cit. Pág. 50.

todo tempo alimentados pelos homens que escreviam nos jornais”<sup>111</sup>. Isto porque os jornalistas buscavam uma identidade de denunciador e reparador das injustiças cometidas. A imprensa era o porto seguro para os desprovidos de prestígio.

Outra missão dos jornais do período, relatado pelos próprios jornalistas, era o desenvolvimento da nação. O jornalista deveria, antes de tudo, “ser um patriota e estar preocupado com o progresso do país”<sup>112</sup>. Cabia à imprensa atuar de forma constante para o país melhorar seu patamar de civilidade. Deveria a imprensa encaminhar a sociedade padrões de costumes ditos civilizados. Um trabalho difícil, mas gratificante para os jornalistas. Contribuía, assim, para erguer o nível moral e intelectual da sociedade.

Neste sentido, era também recorrente a associação entre imprensa, civilização e desenvolvimento do país. A imprensa era responsável por fazer a nação ter a impressão de que velejava pelas águas do progresso e da estabilidade.

Porém, o que cabe destacar é que a construção destas identidades e autoimagem devem ser encaradas como mitos. Isto porque os jornais não eram imparciais e livres. E também é muito dizer que eles foram responsáveis pelo progresso da cultura da nação. Os jornais estavam de uma forma ou de outra ligados a alguma corrente política, sobretudo ligados ao poder público através de subvenções recebidas. Logo, a principal renda dos periódicos não vinha das vendas e sim “das ligações políticas com os grupos dominantes”<sup>113</sup>. O *Jornal do Commercio*, por exemplo, ficava “com mais de 50% das quantias pagas por Campos Sales à imprensa do Rio.”<sup>114</sup>

Observamos também que, apesar de a imprensa manter canais de comunicação direta com os leitores através da seção de publicações a pedido, e de se colocarem como defensores dos oprimidos, ela não buscava alterar a ordem social vigente. Estava ali representando os valores da elite de então.

Percebemos então que de fato não existia imparcialidade na imprensa, uma vez que o final do século XIX no Brasil foi altamente conturbado tanto social quanto politicamente. E,

---

<sup>111</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. Cit. Pág. 54.

<sup>112</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. Cit. Pág. 56.

<sup>113</sup>BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 125.

<sup>114</sup>Ibidem.

nesse contexto, os periódicos não queriam ficar de fora dos debates. Posicionavam-se tanto a respeito da abolição da escravidão quanto da mudança para o regime republicano.

### **Passando a página: a imprensa no final do XIX**

Entre a imprensa que se destacava no final do XIX cabe destacar alguns impressos. A partir deste reconhecimento de campo entenderemos melhor o panorama jornalístico deste período. De início, destacaremos as revistas ilustradas, periódicos que possuíam grande apelo público. Em seguida, os pasquins e, por último dois dos jornais da “grande imprensa”.

A história das revistas ilustradas no Brasil no século XIX, ainda é um assunto com inúmeras lacunas. “Embora há muito tempo amplamente utilizadas por historiadores como fonte, o olhar dirigido a elas como objeto de estudos é fenômeno recente.”<sup>115</sup> Isto talvez se justifique por conta dos historiadores buscarem mais como fonte primária a imprensa do Primeiro Reinado, da Regência e da Primeira República em detrimento da imprensa do Segundo Reinado.

As revistas ocupam um lugar de destaque na história editorial brasileira, sendo um dos principais veículos de publicação. O sucesso destas publicações, entre outros motivos, justifica-se pela riqueza visual de suas páginas uma vez que a pobreza do leitor em termos de cultura letrada era significativa.

Notamos uma grande dificuldade para definir revista. Apesar de ser evidente o que seja uma revista, explicá-la não é a mesma coisa, uma vez que cada uma possuiu uma particularidade. Quando o assunto é revistas ilustradas, a dificuldade ainda é maior. Pois fica a questão que, somente a ilustração definiria a revista como ilustrada? “em caso afirmativo, devem ser consideradas como “revista ilustradas” uma série de periódicos nem sempre classificados assim pela historiografia.”<sup>116</sup>

Conforme aponta Rafael Cardoso, o *Museu Universal: jornal das famílias brasileiras* (1838-1844) foi a primeira revista ilustrada brasileira, conseguindo ampla circulação no Brasil, diferente da *Lanterna Mágica* (1844-1845) que era considerada por Nelson Werneck

---

<sup>115</sup> CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In.: *Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Paulo Knauss ... (et al.), organizadores. Rio de Janeiro. Mauad X. FAPERJ. 2011. Pág. 17.

<sup>116</sup> CARDOSO, Rafael. Op. Cit. Pág. 20.

Sodré e pelos pesquisadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) como a primeira revista ilustrada brasileira, em uma clara invocação nacionalista.

Quando o *Museu Universal* parou de circular em 1844, como aponta Rafael Cardoso, já haviam aparecido outras revistas ilustradas, atendendo a demanda por informação visual. Cabe destacar *Correio das Modas* (1839-1840), *Minerva Brasiliense* (1843-1845), *Ostensor Brasileiro* (1845-1846), *Museu Pitoresco, Histórico e Literário* (1848), *O Jornal das Senhoras* (1852-1855) e *O Brasil Ilustrado* (1855-1856).

Ilustrações somente foram possíveis nos periódicos por conta dos avanços tecnológicos ocasionados pela invenção da litografia por Alois Senefelder no final do XVIII. Mas, a técnica só ganhou adesão e destaque no país “a partir da década de 1840, quando a litografia se difundiu e permitiu a reprodução de imagens com alguma qualidade”<sup>117</sup>.

Entretanto, era grande a dificuldade técnica para introduzirem as ilustrações litográficas nas revistas da época. “Antes do advento da prensa litográfica rotativa, por volta de 1854, fazia-se necessário imprimir manualmente cada estampa, em número suficiente para compor a tiragem total da revista.”<sup>118</sup>

Apesar de outras revistas já terem em suas publicações caricaturas, o aparecimento da *Semana Ilustrada* (1860-1876) foi um divisor de águas, pois a mesma “consolida a crítica de costumes como vocação”<sup>119</sup>, tinha o governo como principal alvo e foi a primeira revista ilustrada a superar a barreira de dez anos de publicação.

A *Semana Ilustrada*, dirigida pelo imigrante estabelecido no Rio de Janeiro Henrique Fleiüss, possuía oito páginas, sendo metade destas de caricaturas. Além das caricaturas, o semanário publicava também poesias, contos e crônicas. Por lá passaram conhecidos escritores e jornalistas, como “Machado de Assis, Quintino Bocaiuva, Pedro Luís, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Nabuco, Bernardo Guimarães, etc.”<sup>120</sup> Conforme aponta Sodré, a revista não possuía um tom crítico ao Estado, focando mais nas campanhas por melhorias na

<sup>117</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: submundo da imprensa na Core Imperial (1880-1883)*. Editora Multifoco. Rio de Janeiro. 2012. Pág. 47.

<sup>118</sup> CARDOSO, Rafael. Op. Cit. 23.

<sup>119</sup> CARDOSO, Rafael. Op. Cit. 26.

<sup>120</sup> SODRÉ. Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro. Mauad. 1999. Pág. 205.



rede de esgoto. Com essas características, consegue manter-se por dezesseis anos, tornando-se a revista ilustrada mais importante daquele período.

Destacamos também que a *Semana Ilustrada* consegue elaborar um “modelo de negocio”<sup>121</sup> que se transforma em um padrão no período. Este modelo apesar de desenvolver-se de forma precária é copiado por outras revistas e constitui-se “na concentração de todas as facetas da produção em poucos indivíduos, quase sem divisão de tarefas, com o intuito de minimizar custos”<sup>122</sup>.

Porém, no quesito popularidade, sem dúvida merece destaque a *Revista Ilustrada* (1876-1898). Criada pelo italiano Angelo Agostini, que antes já havia trabalhado na revista *Diabo Coxo* (1864-1864) e *O Cabrião* (1866-1867), o surgimento da revista foi “um dos grandes acontecimentos da imprensa brasileira”<sup>123</sup>.

Agostini, diferentemente de Henrique Fleiüss, não buscava apenas o divertimento de seus leitores, “fazia de suas revistas libelos contra a ordem social vigente”<sup>124</sup>. Aproveitava as inúmeras notícias sobre o cativo para, em tom crítico e irônico, transformá-las em imagens e aumentar a publicidade do abolicionismo.

A política ocupava um lugar de destaque nos periódicos do final do século XIX, e com a *Revista Ilustrada* este ponto de vista era diferente. Na série “cenas da escravidão”, a revista, através de suas ilustrações, denunciava a crueldade do regime escravista. Isto em cenas de torturas “que somente seriam revividas setenta anos depois, nos campos de concentração do nazismo”<sup>125</sup>.

Apesar de a revista publicar em suas páginas sobre diversos assuntos, o que prevalecia eram “temas associados, sobretudo, ao parlamento, ao poder executivo e ao imperador”<sup>126</sup>. Neste sentido, podemos notar que os leitores da revista eram um público com sede de política.

---

<sup>121</sup>Encarado aqui apenas como uma rotina de trabalho e produção. Diferente da visão moderna.

<sup>122</sup>CARDOSO, Rafael. Op. Cit. 28.

<sup>123</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág. 217.

<sup>124</sup>ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 48.

<sup>125</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág. 218.

<sup>126</sup>BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 101.

Saindo uma vez por semana e custando \$500 (quinhentos réis) o exemplar, sua popularidade foi tanta que a *Revista Ilustrada* chegou a atingir uma tiragem de quatro mil exemplares, “índice até ai não alcançado por qualquer periódico ilustrado na América do Sul”<sup>127</sup>. No entanto, custando mais de dez vezes mais caro que os periódicos diários, como entender a popularização da revista?

Cabe destacar que a revista não penetrava nas casas somente através da compra. Seus exemplares passavam de mão em mão e suas mensagens eram comentadas por um grande público. De fato, como veremos mais adiante, a *Revista Ilustrada* possuía mais ouvinte do que leitores.

Saindo um pouco do conteúdo de suas folhas e olhando para o público, percebemos que seus leitores, como aponta Marialva Barbosa, estavam inseridos nos grupos dominantes da sociedade. Outra característica desses leitores era que eles sempre esperavam por novidades; mesmo quando não havia, “o leitor queria a cada dia notícias novas, bombásticas, saber o que se passava no mundo e ao seu redor, de maneira compulsória e compulsiva”<sup>128</sup>.

Mas, apesar de ser uma revista pautada política e socialmente na luta em favor do abolicionismo, notamos que muitas das imagens publicadas estavam “imersa no mesmo mundo onde os escravos são vistos como “peças”, “coisas” ou “mercadorias””<sup>129</sup>, suas imagens eram contaminadas por esses ideais.

Apesar da importância significativa da *Semana Ilustrada* e da *Revista Ilustrada*, não devemos cometer o erro de subestimar a papel das dezenas de outros títulos que também foram publicados no mesmo período daquelas revistas. Por conta disto, destacamos também *Bazar Volante* (1863-1867), *Ba-ta-clam* (1867-1871), *O Mosquito* (1869-1877), *A Estação* (1872-1904), *O Diabo a Quatro* (1875-1879), *O Mequetrefe* (1875-1893), *A Semana* (1885-1895) e *A Vida Fluminense* (1868-1875).

Sobre estas revistas podemos perceber que o *Bazar Volante* foi inovador quando, ainda em seu primeiro ano, aplicou cores às suas charges de capa. *A Vida Fluminense* representava um grupo coeso de jornalistas que buscavam uma crítica forte ao governo imperial e ao clero, em suas páginas Rafael Cardoso observa também algumas inovações

<sup>127</sup>SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág. 217.

<sup>128</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 103.

<sup>129</sup> BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 105.

editoriais, pois a revista estava comprometida ainda em abordar os costumes, fatos, os ridículos e tudo de mau. Oferece igualmente litografias de personalidades importantes do período e lança, a partir de 1869, *As Aventuras de Nhô-Quim*, considerada como a precursora das histórias em quadrinhos no Brasil<sup>130</sup>.

Passemos agora para a análise de um tipo de periódico que é deixado de lado há muito tempo na historiografia. Porém, possui um papel importantíssimo nesta ressignificação da rua que ocorre no final do século XIX. Falo dos pasquins.

O termo pasquim era dado a uma imprensa específica. Quando um periódico era rotulado de pasquim, significava que se valia de suas páginas para difamar. Ou seja, pasquim era um termo pejorativo, usado para atacar determinado periódico. Em alguns casos, estes mesmos jornais eram chamados de “imprensa pornográfica”.

Os pasquins que surgiram na década de 1880, período chamado por Rodrigo Araujo, de surto pasquineiro, possuíam algumas semelhanças. O programa dos periódicos, embora não cumprissem à risca, “enunciava o intuito de se combater os “vícios” políticos e morais da sociedade”<sup>131</sup>.

Apesar do grande número de pasquins que surgiram no final do oitocentos, pouco se escreveu sobre o assunto. Como lembra Rodrigo Araujo, os que buscaram trabalhar o tema se concentraram mais no *Corsário* ou sobre a vida de seu proprietário, Apulco de Castro. Nesses poucos trabalhos pouco se fala dos outros pasquins. Entre estes vale a pena destacar um trabalho, a coletânea de artigos de Raimundo Magalhães Junior<sup>132</sup> em “*O império em Chinelo*”. Nesta obra, o autor aborda as diferentes facetas dos pasquins, analisando não somente o *Corsário*, mas outros pasquins importantes, como o *Tagarellae* o *Carbonario*.

Neste sentido, Raimundo Magalhães Junior foi um dos poucos a perceber que, em meio à ampliação da esfera pública no final do século XIX, os pasquins também foram partícipes ativos e concorrente com o Estado. Assim, os pasquins, juntamente com a grande imprensa, eram veículos questionadores da ordem política e social estabelecida.

<sup>130</sup>Ver CIRNE, Moacy. *História e crítica dos quadrinhos brasileiros*. Rio de Janeiro: Funarte, 1990.

<sup>131</sup>ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 11.

<sup>132</sup> Ver MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *O império em chinelos*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1957.

Apesar das acusações de que os pasquineiros visavam com suas difamações apenas ganhar dinheiro, eles não podem ser vistos somente por esta lógica. Ainda que muitos jornalistas dos pasquins visassem em primeiro lugar o dinheiro, “não podem ser desconsideradas suas intenções em formar uma opinião pública de acordo com as posições políticas que elas sustentavam”<sup>133</sup>. E, mesmo na busca constante por dinheiro, seria incoerente entender os pasquins como incompetentes em exercer influência política. Com essas críticas de mercenários não é difícil entender o lugar social que esses jornalistas ocupavam no período. Mas, apesar das fortes acusações, não faltavam leitores para tais folhas.

A capacidade de exercer influência política é nítida, uma vez que, assim como os jornais ditos da grande imprensa, os pasquins também estavam “ligados ao movimento republicano, ao abolicionista, à Questão Religiosa, à Revolta do Vintém e à reforma eleitoral de 1881”<sup>134</sup>.

O primeiro pasquim a conseguir rápido sucesso e alterar os limites da esfera pública da Corte imperial foi o *Corsario*. De acordo com Rodrigo Araujo, os pasquins que surgem após o *Corsario* se parecem muito com este. “Não apenas estão envoltos nas mesmas discussões, com semelhante linguagem e disposição para polêmicas, mas também tinham, em geral, as mesmas disposições políticas — obviamente cada qual com sua tonalidade particular”<sup>135</sup>.

Considerado por Raimundo Magalhães Junior como o mais bandido dos pasquins, o *Corsario* surge em dois de agosto de 1880 com um linguajar que mesclava a ironia e a sátira, atacando importantes figuras públicas da monarquia. Seu proprietário era Apulco Marcos Martins de Castro, o qual conseguiu fundar seu periódico graças a 200\$ (duzentos mil réis) que conseguiu emprestado.

O predominante em suas quatro páginas eram os ataques a figuras públicas. Os favoritos eram o presidente do Conselho de Ministros, os ministros, o chefe de Polícia e principalmente o Imperador, que esteve presente em quase todas as edições do *Corsario*. Cabe destacar ainda que os ataques eram “com virulência poucas vezes vista na imprensa do Brasil Império”<sup>136</sup>. Por outro lado, este pasquim também atacava com o mesmo tom personagens do

---

<sup>133</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 20.

<sup>134</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 20.

<sup>135</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 54.

<sup>136</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 56.

cotidiano da cidade, considerados “cancros sociais”, como prostitutas, “caftens” e viciados em jogos. Percebemos com isso que o periódico estava em diálogo com diferentes camadas sociais. Até porque o pasquim buscava combater os “piratas da nação”, independentemente do posto que ocupassem, locais que atuavam e posição social.

Apulco de Castro, sabendo dos riscos de atacar personalidades influentes, manteve-se no anonimato nos primeiros meses de circulação do pasquim. Outra estratégia de defesa era a linguagem em tom de sátira e ironia e também a adoção de nomes fictícios.

Notamos ainda que o *Corsario* buscava moralizar a nação. Nesse sentido, a monarquia sempre aparecia como instituição falida em suas páginas e a adoção pela república sempre era apontada como melhor opção. Na busca por essa moralização, D. Pedro II era sempre atacado. Em uma de suas séries “cartas ao vovô”, o Imperador é ridicularizado, chamado em muitos momentos de burro. Esse, porém, não é o ápice dos insultos ao imperador: em outro momento, comentando a viagem do Imperador a Campos, o periódico tem a ousadia de duvidar da orientação sexual do governante.

Outras personalidades eram constantemente atacadas no *Corsario*. Apesar de Apulco de Castro ser a favor da abolição, embora esta posição seja ambígua, ele atacava em seu jornal uma das figuras mais importantes do movimento abolicionista, José do Patrocínio. Em seus ataques, o *Corsario* buscava passar que José do Patrocínio estava mais preocupado em se tornar uma celebridade do que findar o trabalho escravo. Apesar das críticas a José do Patrocínio, compete lembrar que Apulco de Castro não era contra o abolicionismo, ele apenas discordava da forma como os líderes do movimento estavam pensando esta abolição. Apulco de Castro era a favor de uma abolição que não trouxesse grandes males para a nação.

Questões políticas também eram abordadas no *Corsario*. Tratou em suas páginas não somente do elemento servil como também da reforma eleitoral do gabinete Saraiva. Sua posição, diferentemente de importantes jornais do período, foi contrária à lei. Apontava que, com aquela reforma, a maior parte da sociedade brasileira seriam apenas hóspedes diante dos assuntos políticos.

Com essa linha editorial virulenta, o *Corsario* rapidamente transforma-se em um dos periódicos mais populares da cidade. Em fevereiro de 1881 já possuía uma tiragem de 25.000<sup>137</sup> exemplares.

Outros pasquins importantes também fizeram sérios questionamentos ao regime monárquico, mantendo a mesma linha editorial do Corsário. Mas, a maioria dos pasquins que surgiram no início da década de 1880 não conseguiu se consolidar no mercado por muito tempo, com exceção do *Tagarella* do *Carbonario*<sup>138</sup>.

Saindo agora do gênero pasquineiro, o trabalho volta-se para a dita grande imprensa. Até porque é nela que o trabalho se concentra. O termo grande imprensa é colocado aqui devido ao caráter empresarial destes periódicos. Nesse grupo destacarei o *Jornal do Commercio* e a *Gazeta de Notícias*. O primeiro, por sua tradição, e o segundo, por sua popularidade e significação para a imprensa brasileira.

O *Jornal do Commercio*, circulando até os dias atuais, é sem dúvida o jornal mais tradicional da cidade. Fundado no dia 1º de outubro de 1827, em uma oficina instalada na rua da Alfândega 47, a princípio possuía o intuito de abordar apenas assuntos comerciais, tais como “preços, movimento de pacotes, informações sobre importação e exportação, noticiário do país e do exterior e, particularmente anúncios”<sup>139</sup>. Porém, ao longo do tempo, sua linha editorial foi se modificando. Seu primeiro proprietário foi o francês Pierre Plancher, que veio de seu país por motivos políticos, trazendo uma oficina tipográfica completa, que logo que chegou ao Brasil colocou em funcionamento. Como aponta Nelson Werneck Sodré, Plancher tinha “coceira jornalística”.

Quando Plancher retorna a França, o jornal fica sob responsabilidade de Emil Seignot um dos redatores. Mais tarde, em 1834, o periódico é vendido a outros dois franceses, Junius Villeneuve e Réol Antoine de Mougnot, por 52.664\$000rs<sup>140</sup>. Posteriormente, Villeneuve compra a parte de seu sócio e se torna o único proprietário do jornal. E, por fim, em 1890, José Carlos Rodrigues, correspondente de Nova Iorque, adquire o jornal de Villeneuve.

<sup>137</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 80.

<sup>138</sup> O *Carbonario* segundo Rodrigo Araujo encerra suas atividades já no Brasil República.

<sup>139</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág. 109.

<sup>140</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 41.

Quanto às características do jornal, percebemos que ele era “monarquista, com tendências conservadoras e abertamente pago pelo governo para publicação dos debates na Câmara dos Deputados e depois também no Senado”<sup>141</sup>. Recebendo dinheiro do Estado, raramente o *Jornal do Commercio* criticava a política imperial.

Assim, percebemos que o periódico possuía um tom conservador. Enquanto o país passava por momentos conturbados, o jornal sempre se mantinha com a tranquilidade inalterada. Nesse sentido, “é com verdade que se pode dizer que a história do *Jornal do Commercio* confunde com a do reinado”<sup>142</sup>.

Em fins do século XIX, e na busca de mais assinantes, o jornal passa a ter entre seus colaboradores literatos ilustres, publicando em folhetins romances clássicos da literatura brasileira, como *A Moreninha* e *Moço Loiro*, de Joaquim Manuel de Macedo. Mas, o jornal continuou com seu tom moderado, servindo às camadas mais ricas da sociedade. Seu conservadorismo era tanto que Nelson Sodr e o considera um jornal sem virilidade.

O jornal não possuía venda avulsa, somente sendo possível adquiri-lo através da assinatura, e esta custava, na virada do século XIX e início do XX, 30\$000rs semanais e 60\$000rs a assinatura anuais. Com esses valores, compreendemos que certamente seus leitores não pertenciam a camadas sociais humildes. Assim sendo, o *Jornal do Commercio* transforma no “principal veículo de consulta das elites econômicas, vinculadas ao comércio e   lavoura cafeeira, e dos membros da administra o pública”<sup>143</sup>.

A *Gazeta de Notícias* transformou o modo de fazer jornalismo no Brasil. Machado de Assis, quando o periódico fez dezoito anos, faz um breve resumo da importância deste jornal na imprensa brasileira em sua crônica “A semana” onde diz:

A *Gazeta* completou os seus dezoito anos. Ao sair da festa de família com que ela celebrou o seu aniversário, fui pensando no que me disse um conviva, excelente membro da casa, a saber, que os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade foram a *Gazeta* e o bonde. Tens razão, Capistrano. (...). Antigamente as folhas eram são assinadas; poucos números avulsos se vendiam, e, ainda sim, era preciso ir compra-las ao balcão, e caro. Quem não podia assinar o *Jornal do Commercio*, mandava pedi-lo emprestado, como se faz ainda hoje com os

<sup>141</sup> ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares de. Op. Cit. Pág. 42.

<sup>142</sup> SODR E, Nelson Werneck. Op. Cit. Pág. 189.

<sup>143</sup> MACHADO, Humberto. F. Op. Cit. Pág. 44.

livros – (...). As outras folhas – não tinham o domínio da notícia e do anúncio, da publicação solicitada, da parte comercial e oficial; demais, serviam a partidos políticos. (...). Quando a *Gazeta* apareceu, o bonde começava. (...) O bonde foi posto em ação, e a *Gazeta* veio no encalço. Tudo mudou. Os meninos, com a *Gazeta* debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma, tudo por dois vinténs escassos. A folha era pequena; a mocidade do texto é que era infinita. A gente grave, que quando não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos. A leitura impôs-se, a folha cresceu, barbou-se, fez-se homem, pôs casa: toda a imprensa mudou de jeito e aspecto<sup>144</sup>.

A partir de Machado de Assis, podemos entender a importância do surgimento deste jornal. O cronista compara o acontecimento à aparição dos bondes na cidade do Rio de Janeiro. E nesta crônica notamos que, a partir da *Gazeta*, o jornalismo não foi mais o mesmo.

No ano de 1875 o acontecimento jornalístico mais importante foi sem dúvida, como aponta Nelson Werneck Sodré, o surgimento no dia 2 de agosto da *Gazeta de Notícias*. Fundado por Ferreira Araújo, Henrique Chaves, Manoel Carneiro e Elísio Mendes, o periódico “inaugurou uma forma barata e popular de fazer jornais e, com ela, a imprensa ganharia, aos poucos, ares de grande empreendimento comercial, tornando-se verdadeiramente acessível a um número cada vez maior de leitores”<sup>145</sup>.

Em sua primeira edição, o jornal aponta seu perfil, o qual traria rapidamente popularidade. Ainda no prospecto desta edição, anuncia que a venda avulsa deste jornal, que custava já na sua primeira edição \$40 (quarenta réis), seria feita “nos principais kiosques, estações de *bonds*, barcas, e em todas as estações da Estrada de Ferro de D. Pedro II”<sup>146</sup>. Diferenciando-se dos outros jornais, principalmente do mais tradicional *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias* era vendida não somente através de assinaturas e de forma avulsa, mas também por vendedores de ruas, que anunciavam suas notícias aos gritos pelas ruas da cidade. Assim estava mais próxima de seus leitores.

---

<sup>144</sup>“A Semana” in *Gazeta de Notícias*, 6 de agosto de 1893. Apud RAMOS, Ana Flávia Cernic. *Política e humor nos últimos anos da monarquia: a série “balas de estalo” (1883-1884)*. Dissertação de mestrado. Campinas: Unicamp. 2005. Pág. 3. Ver também Machado de Assis. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

<sup>145</sup>RAMOS, Ana Flávia Cernic. Op. Cit. Pág. 4.

<sup>146</sup>*Gazeta de Notícias*. 02/08/1875.



Em busca de um maior público ela anuncia também em sua primeira edição que aceitaria correspondências para publicar em seção especial. Outra estratégia é anunciar certa imparcialidade política, apontando que “não sendo a *Gazeta de Notícias* folha de partido apenas tratará de interesse geral”<sup>147</sup>. Na busca também de um público amplo, outra colocação cabe destacar; no folhetim do prospecto da primeira edição assinado por Bob, o autor ressalta que “o melhor programma d’um jornal que quer agradar ao publico é — agradar-lhe— sem programa”<sup>148</sup>.

Notamos então que era um jornal que buscava alcançar um maior número de leitores possíveis, pois estava sendo vendido em vários pontos estratégicos, anunciava neutralidade política e buscava com o seu programa agradar a todos.

Era um jornal composto, nos seus primeiros anos, por quatro páginas. Mas, na década de 1880, com sua maior tiragem e popularidade, suas páginas aumentam para oito. Na primeira página percebemos onde é sua redação, rua do Ouvidor 70, e sua tipografia, rua Sete de setembro 72. Também na primeira página percebemos o valor de suas assinaturas, que custavam em 1875, 1\$000 a mensal. No final da década de 1870, a *Gazeta* também passa a oferecer assinaturas trimestrais e anuais.

Em termos de editorial e conteúdo jornalístico, em suas páginas percebemos que havia um comprometimento de “além d’um folhetim-romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim de actualidade. Artes, litteratura, theatros, modas, acontecimentos notaveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe trazer ao corrente os seus leitores”<sup>149</sup>. Percebemos também em seu conteúdo os anúncios publicitários que geravam uma receita considerável para o jornal uma vez que a popularidade do mesmo era grande.

Analisando suas páginas mais a fundo, percebemos, como aponta Robert Conrad, que “a *Gazeta de Notícias* foi o primeiro dos grandes jornais que franqueou as suas páginas para a propaganda abolicionista no Rio de Janeiro”<sup>150</sup>. Porém, sua posição era contraditória, pois, ao mesmo tempo em que publicava textos abolicionistas com um de seus principais

---

<sup>147</sup>*Gazeta de Notícias*. 02/08/1875.

<sup>148</sup>*Gazeta de Notícias*. 02/08/1875.

<sup>149</sup>*Gazeta de Notícias*. 02/08/1875.

<sup>150</sup>CONRAD, Robert. Apud MACHADO, Humberto. F. Op. Cit. Pág. 52.

colaboradores e líder abolicionista José do Patrocínio, publicava também anúncios de venda e alugueis de escravos.

Em um âmbito mais amplo, a *Gazeta de Notícias* foi tão importante para a imprensa brasileira que o seu formato foi copiado por outros periódicos, reformulando de forma significativa a imprensa de seu tempo. E a admiração pelo jornal era tanta que, como vimos no primeiro capítulo, Olavo Bilac se emocionava ao abrir a folha. Nesse sentido, a “conquista de um público leitor, por exemplo, é conseguida, ainda em 1880, quando este jornal dobra a sua tiragem, passando de 12 mil para 24 mil exemplares”<sup>151</sup>. Marca conseguida graças às condições técnicas existentes na época. A *Gazeta de Notícias*, no período, já possuía a primeira máquina rotativa Marinoni, capaz de imprimir 20 mil exemplares por hora.

Ferreira de Araújo pretendia conquistar o público não somente oferecendo uma publicação leve, humorada, acessível e “imparcial” ao leitor, mas também com a distribuição de prêmios e brindes aos assinantes.

Com suas publicações constantes de folhetins românticos, a *Gazeta de Notícias* contribuiu para popularização do trabalho literário. Raul Pompéia, por exemplo, em 1888 publicou seu grande romance, *O Ateneu*. Todavia, esse ilustre autor não foi o único a publicar na folha. Destacamos também Eça de Queiroz, Émile Zola, Coelho Neto, Guilherme de Azevedo, Capistrano de Abreu, os já supracitados José do Patrocínio e Machado de Assis, e etc.

Assim, percebemos que, no quesito popularidade, a *Gazeta de Notícias* conseguiu um enorme sucesso, desenvolvendo uma fórmula jornalística que seria copiada por outros jornais do período. Nessa notoriedade que a imprensa brasileira ganha no final do XIX, a *Gazeta de Notícias* também foi um agente histórico ativo, participando de todas as discussões políticas e sociais em voga.

Mesmo com toda a popularidade das revistas ilustradas, pasquins e jornais de grande circulação, a influência destes na formação da opinião pública deve ser encarada com cautela. Dito isto, “não devemos superestimar a imprensa como instrumento de propaganda, pois ela atingia um público pequeno”<sup>152</sup>. No censo de 1872, o Brasil possuía 9.930.478 habitantes e a

---

<sup>151</sup>RAMOS, Ana Flávia Cernic. Op. Cit. Pág. 7.

<sup>152</sup>MACHADO, Humberto. F. Op. Cit. Pág. 49.

Corte 274.972, como vimos no capítulo um. Neste universo, o país possuía 1.564.481 (16%) de alfabetizados e a Corte possuía 99.485 (36%) de alfabetizados <sup>153</sup>.

Mas, apesar de todos esses dados desfavoráveis, “o processo de urbanização propiciou o aumento do número de leitores e não devemos menosprezar a circulação oral das idéias, facilitada pela leitura pública” <sup>154</sup>.

Assim, compreendemos que, mesmo com quase 50% da população da Corte sendo alfabetizada, um número maior da população tinha acesso aos periódicos. Pois, como ressalta Marialva Barbosa, a população aprendia a ler muitas vezes nos espaços não escolares. Muitos dos letrados no final do XIX possuíam uma formação autodidata.

Compreendemos então que as práticas de leitura não foram apreendidas apenas pelos que frequentaram as salas de aula. Nesse sentido, Marialva Barbosa pensou em três tipos de leituras: a de primeira, a de segunda e a de terceira natureza.

A leitura de terceira natureza era aquela que era realizada sem nenhum contato com o impresso. Ou seja, mesmo sem saber ou poder ler os jornais abolicionistas, qualquer cidadão poderia imaginar o tipo de conteúdo que estes possuíam. A de segunda natureza acontecia quando alguém lia em voz alta algum impresso. E, por último, a de primeira natureza acontecia com a realização da leitura direta do impresso.

Desta forma, percebemos que devemos “considerar o letramento como algo diverso da leitura, isto é, da capacidade de alfabetização, uma vez que se pode não dominar o código escrito, mas saber sua função na sociedade e fazer uso dele” <sup>155</sup>. Logo, no final do oitocentos todos possuíam, em maior ou menor grau, capacidade de letramento.

Portanto, mesmo com uma grande população de analfabetos os jornais eram amplamente lidos. Até porque o Brasil havia uma grande cultura oral. Assim sendo, as revistas ilustradas, os pasquins e os jornais de grande imprensa eram mais ouvidos do que lidos. O que não muda muito a capacidade que a imprensa tinha de penetrar na sociedade e suas possibilidades de influenciar a opinião pública.

---

<sup>153</sup>Censo de 1872.

<sup>154</sup>PESSANHA, Andréa Santos da Silva. Op. Cit. Pág. 57.

<sup>155</sup>BARBOSA, Marialva. Op. cit. Pág. 89.



# Capítulo 3

---

## O “Dia Máximo” e os libertos na imprensa

Este capítulo tem como finalidade abordar como foram os festejos da abolição da escravidão na Cidade do Rio de Janeiro, numa tentativa de mostrar seu caráter popular e assinalar a importância da Rua do Ouvidor como palco principal destas celebrações.

Entenderemos também como a imprensa retratava os libertos e como o significado de liberdade era entendido pelos jornalistas. Analisando as crônicas e as notícias, em geral, poderemos apontar que a imprensa promovia um discurso de que os libertos, por não estarem familiarizados com a liberdade, deveriam ser tutelados pelo Estado.

Porém, antes de abordar esses aspectos analisaremos a historiografia sobre o Pós-Abolição, percebendo a influência da historiografia norte-americana nas produções dos pesquisadores brasileiros.

Nos últimos anos, a preocupação com a temática no Brasil foi tanta que se constituiu na ANPUH<sup>156</sup>, em 2013, o Grupo de Trabalho Nacional Emancipações e Pós-Abolição, que tem como intuito consolidar o Pós-Abolição como campo de pesquisa para os historiadores, dissociando os estudos sobre escravidão e relações raciais e entendendo ainda os processos políticos e sociais que levaram ao 13 de Maio. Mas, podemos perceber que o Pós-Abolição no Brasil nem sempre foi um objeto de estudo privilegiado pelos historiadores.

Os primeiros trabalhos sobre o tema foram feitos por sociólogos e antropólogos<sup>157</sup>, buscando entender a sociedade brasileira, porém, os trabalhos enfatizam, de uma forma geral, a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação, como se após a libertação dos escravos todas as ocupações tivessem sido preenchidas pelos imigrantes vindos da Europa. Nessa perspectiva, os ex-escravos “pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus”<sup>158</sup>.

Se, por um lado, os estudos sobre o destino dos libertos após a emancipação nas antigas sociedades escravistas é recente, por outro, são antigas as análises das relações raciais. Até meados da década de 1970 intelectuais afirmavam que “a situação dos “negros” no pós-abolição, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil, era, de forma mais ou menos direta resultado da herança da escravidão”<sup>159</sup>.

---

<sup>156</sup> Associação Nacional de história.

<sup>157</sup> Por exemplo, FREIRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª Ed. São Paulo: Global, 2004. TANNENBAUM, Frank. *Slave and Citizen*. Boston, Beacon Press, 1992. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo. Ática. 1978.

<sup>158</sup> MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, V. 5, n. 8, Jan.-Jun. 2004. Pág. 170.

<sup>159</sup> RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo*. RJ: Cia da Letras, 2005. Pag. 17.

Entre estes intelectuais, como aponta Ana Rios e Hebe Mattos, temos Gilberto Freyre e Frank Tannebaum. Segundo Freyre, as relações étnicas e sociais entre brancos e negros no pós-Abolição eram no Brasil fruto da situação harmônica e acomodada entre senhor e escravo no período da escravidão. Tannebaum, em sua análise para os Estados Unidos, verificou que os conflitos étnicos em seu país podem ser explicados por via religiosa. Este pesquisador aponta que os países de tradição católica já familiarizados com a escravidão herdaram a jurisprudência romana sobre o assunto, o que propiciou uma melhor aceitação e integração social das populações libertas, facilitando ainda sua ascensão econômica e social. Mas, nos Estados Unidos isso não ocorreu, Tannebaum aponta que isto se deve ao fato de o país ser de tradição protestante, gerando assim uma forte segregação.

Persistindo na mesma ideia apresentada pelos autores citados acima, Florestan Fernandes em *A integração do negro na sociedade de classes*, afirma que a herança deformadora da escravidão explicaria a desorganização social das populações negras no pós-Abolição. Segundo Hebe Mattos e Ana Rios, “essa desorganização social traduzia-se na ausência de ligações familiares sólidas, de iniciativa e disciplina de trabalho; de solidariedade de raça ou de classe, levando a um tipo de comportamento por vezes patológico (desregramento sexual, alcoolismo, inclinação para o crime, prostituição etc.)”<sup>160</sup>, ou seja, segundo Florestan Fernandes e seus seguidores<sup>161</sup>, os negros estavam em uma situação de patologia social.

Entretanto, uma nova perspectiva surge em meio às comemorações do centenário da Abolição no Brasil e por conta também, cabe destacar, da ampliação do movimento negro. A ideia de alienação do negro foi sendo abandonada e passou-se a valorizar o negro como agente de transformação de sua própria vida<sup>162</sup>. A partir dos estudos iniciais da brecha camponesa nas ilhas do Caribe, percebe-se que o negro negociava sua condição, assim, surgem os questionamentos dos postulados de Freyre/Tannebaum. Nessas circunstâncias, esses novos estudos também mostraram que o negro possuía família, produção doméstica e

---

<sup>160</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit., p.20.

<sup>161</sup> Podemos citar como exemplo Fernando H. Cardoso em *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

<sup>162</sup>Na historiografia brasileira Sidney Chalhoub em *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Cia das Letras, 1990, demonstra o poder de negociação do escravo com o senhor, gerando muitas vezes conflitos entre as partes, revelando a agência dos escravos.

herança cultural africana<sup>163</sup>. Portanto, o discurso de desorganização social que Florestan Fernandes observou foi desconstruído.

Nesse contexto, os estudos de pós-Abolição passaram a serem produzidos sob uma nova perspectiva, os historiadores buscaram explicar o pós-Abolição não a partir da escravidão, mas, com base no que aconteceu após a emancipação. As análises procuram a partir de então:

recuperar a historicidade dos diferentes processos de desestruturação da ordem escravista e seus desdobramentos, seja no que se refere às relações de trabalho, às condições de acesso aos novos direitos civis e políticos para as populações libertas, bem como às formas de racialização das novas relações econômicas, políticas ou sociais. Ou seja, procura-se desnaturalizar a noção de raça, percebendo as categorias e identidades raciais como construções sociais, historicamente determinadas.<sup>164</sup>

Notamos, então, que a historiografia passa a focar as estratégias de sobrevivência dos libertos nas antigas sociedades escravistas, e não apenas a marginalização destes. Portanto, estudos que enfatizavam preocupações macroeconômicas passaram a sair de moda.

Esse novo enredo historiográfico sobre o tema nos permite destacar uma influência na historiografia brasileira pelos trabalhos norte-americanos. Trabalhos estes que são fundamentais também para entendermos as estratégias dos libertos no Pós-Abolição brasileiro. Os historiadores norte-americanos, sobretudo Eric Foner, Rebecca Scott e Thomas Holt, que realizaram trabalhos respectivamente sobre o Pós-Abolição nos Estados Unidos, Cuba e Jamaica, foram fundamentais para os pesquisadores brasileiros. Isto porque além daqueles pesquisadores analisarem os processos de emancipação, buscaram entender também as estratégias utilizadas pelos ex-escravos que os mantinham longe da influência dos antigos senhores, e compreenderam ainda os diferentes significados de liberdades para os novos cidadãos. Por conta disto, vale destacar, neste trabalho, alguns aspectos dessas pesquisas.

Com sua edição brasileira publicada em 1988, *Nada Além da liberdade*, de Eric Foner, chega em momento oportuno para os pesquisadores brasileiro, pois neste ano se comemorava o centenário da emancipação no Brasil e, por conta disto, era grande o número de trabalhos sobre a escravidão e sobre suas consequências.

Analisando o Pós-Abolição nos Estados Unidos através de cartas, imprensa e documentos oficiais, o objetivo de Eric Foner é demonstrar que “a emancipação não apenas

<sup>163</sup> Robert Slenes. *Na senzala uma flor..* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, nesta obra o autor demonstra que mesmo na estrutura escravocrata, existiam famílias de escravos fortemente estruturadas e organizadas.

<sup>164</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit., p.29.



eliminou uma instituição em crescente antagonismo com a sensibilidade moral da época, como também introduziu questões difíceis acerca do sistema de organização econômica e de relações sociais que substituiria a escravidão”<sup>165</sup>; e, fazendo uma análise comparativa com o Caribe, o autor se propõe igualmente a analisar aspectos cruciais desta nova ordem em construção, tendo como foco o período imediatamente ao fim da escravidão.

A história da abolição dos Estados Unidos pode ser vista, conforme aponta Eric Foner, como única na história. Isto porque a lei que libertou os quatro milhões de escravos foi resultado de uma profunda guerra civil que dividiu o país, e é um caso particular também porque os libertos, poucos anos depois da emancipação, nos estados do norte do país, já desfrutavam de direitos políticos integrais e de poder político.

Independentemente deste aspecto, o que cabe destacar é que nos Estados Unidos, após a emancipação, as políticas foram formuladas a partir das experiências vivenciadas pelo Caribe, principalmente no Haiti e na Jamaica; todas as medidas políticas tomadas pelas autoridades destas regiões que trouxeram problemas sociais e econômicos deveriam ser evitadas nos Estados Unidos. Nesta lógica, que partia de ideologias americanas, a emancipação no Caribe foi um fracasso e, seguindo esse caminho, os brancos do sul achavam que, assim como no Caribe, os negros alforriados não trabalhariam.

Em uma linha de discurso, oposta os abolicionistas americanos consideravam que esta forma de agir dos negros no Caribe apenas demonstrava a vontade de se tornarem proprietários de terra e viver em uma condição mais autônoma, ou seja, longe da condição servil. Compreendemos então, que para estes “a emancipação no Caribe foi uma inspiração”<sup>166</sup> e não um exemplo de agitação.

Mas, essa propaganda abolicionista não foi o bastante para mudar a opinião dos brancos sulistas, que apontavam ainda para os perigos do sufrágio negro, um futuro colapso da economia e a indolência do negro.

Com isso, toda a política se voltou para as questões relacionadas diretamente à organização do trabalho dos ex-escravos, e “foi a necessidade de manter o sistema de grande lavoura que fez do trabalho uma tal obsessão após a libertação dos escravos”<sup>167</sup>. Necessidade que surge porque os libertos possuíam uma interpretação completamente distinta dos antigos

---

<sup>165</sup>FONER, Eric. *Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988. Pag. 17.

<sup>166</sup>FONER, Eric. Op. Cit. Pág. 76.

<sup>167</sup>FONER, Eric. Op. Cit. Pag. 80.

senhores com relação ao significado da liberdade e da emancipação. Portanto, com a abolição tornou-se preciso controlar o trabalho e o acesso a recursos econômicos.

Percebemos nos Estados Unidos, analisando Eric Foner, que a propriedade de terra assegurava ao liberto um grau maior de controle sobre o seu tempo, trabalho e de sua família; aqueles que não tiveram acesso à propriedade de terra permaneceram nas fazendas em um conflito contínuo. O sistema de parceria implementado fazia com que os grandes proprietários conseguissem impedir à maior parte dos negros o acesso a terra, colocando-os em um sistema semi-servil. Porém, a parceria permitiu a muitos agricultores um controle maior na organização do seu tempo, trabalho e família, gerando um progresso econômico maior do que em outros modos de organização de trabalho. Assim, um novo sistema de trabalho precisou ser receitado para evitar o total acesso dos ex-escravos a recursos econômicos.

Por conta disto, ainda no período de Reconstrução<sup>168</sup>, os códigos negros foram criados em vários estados do sul dos Estados Unidos, que objetivavam melhor controlar o acesso a recursos econômicos e delinear os direitos legais a serem desfrutados pelos ex-escravos. Mas, em locais onde os negros dominavam cargos públicos importantes, esses códigos não foram respeitados. A situação da população negra, porém, ficou em piores condições no período da Redenção<sup>169</sup>, quando por vias democráticas uma série de leis foram criadas sem fazer menção a cor, que limitaram as formas de subsistência da população, principalmente dos libertos.

A luta do negro por terra nos Estados Unidos após a abolição não era apenas uma luta por um direito que havia sido reconhecido ainda durante o cativeiro (brecha camponesa); “mais do que isso, apoiava-se na reivindicação de uma compensação pelo tempo de trabalho não remunerado como escravos”<sup>170</sup>.

Enquanto os brancos do sul entendiam que a liberdade para os negros significava livrar-se do trabalho a qualquer custo, os negros entendiam que a liberdade deveria ser

---

<sup>168</sup>O período da Reconstrução nos Estados Unidos é dividido em três fases. A primeira fase é denominada de presidencial e se refere aos primeiros anos, quando o poder local ainda estava dividido entre a classe dos grandes fazendeiros e o governo federal. A segunda é a radical, período no qual o congresso e vários estados foram controlados por republicanos radicais com tendências reformistas, eleitos em 1867. A terceira e última fase é a negra, que se refere ao mesmo período da radical, porém ocorreu em locais que tiveram muitos negros ocupando cargos públicos.

<sup>169</sup>Período em que os políticos do Partido Democrata reassumiram o controle do poder estadual e local, após uma campanha marcada pela violência e intimidação, especialmente no Estado da Carolina do Sul.

<sup>170</sup>FONER, Eric. Op. Cit. Pag.97.

acompanhada de uma parcela do solo. Assim, o direito à terra para alguns libertos era um direito “divino”, porém, negado com a abolição, significando diminuição do nível de vida.

Compreendemos então que essas medidas de controle de acesso à terra gerou muita tensão e conflito, pois os libertos nos Estados Unidos “não acreditaram que o fim da escravidão deveria significar uma diminuição tanto dos privilégios quanto do nível de vida que eles desfrutavam quando escravos”<sup>171</sup>. Portanto, o que percebemos é que recursos que garantiam subsistência nos Estados Unidos foram controlados após a emancipação.

O roubo para subsistência, que era comum e um crime contra o senhor, com a emancipação, segundo Eric Foner, transforma-se em um crime contra o Estado, chegando em alguns estados a ser passível de morte. As leis criadas contra tais delitos, por um lado, passaram a redefinir as relações de classe, de propriedade e acentuar a disciplina do trabalho e, por outro, limitavam as alternativas econômicas disponíveis.

Outra providência tomada foi o cercamento da fazenda, que contribuiu também para diminuir o acesso dos libertos a meios alternativos de subsistência, como a criação de animais, caça e pesca. “Toda a terra não cercada, mesmo propriedade privada, tornava-se de uso público, na qual qualquer um podia pôr o seu gado a pastar”<sup>172</sup>. Porém, com os cercamentos a livre pastagem que era essencial para os libertos criarem seus animais é praticamente extinta no sul dos Estados Unidos.

A caça e a pesca também foram reformuladas com a emancipação, pois, geradoras de recursos econômicos, estas atividades deveriam ser controladas. Nesse sentido, a pesca e a caça passaram a serem proibidas em propriedades privadas, as medidas em alguns estados do Sul foram tão severas que essas atividades passaram a ser vistas como vadiagem. Aumentava-se desta forma a dependência dos negros à fazenda, pois o fim desses direitos consuetudinários diminuía as chances dos libertos ganharem a vida fora da fazenda.

Último aspecto que vale destacar é o sistema de tributação, que na Redenção foi reformulado. Apesar desta reforma tributária ter promovido à redução dos impostos e das despesas estas melhorias, não atingiram por igual todas as classes, até porque a expectativa maior dessa nova tributação era criar uma força de trabalho mais dependente. Assim,

---

<sup>171</sup>FONER, Eric. Op. Cit. Pag.99.

<sup>172</sup>FONER, Eric. Op. Cit. Pag.107.

percebemos nos EUA, como no Caribe, que “os pobres suportavam o ônus maior da tributação e receberam em troca menor quantidade de serviços públicos”<sup>173</sup>.

Portanto, notamos que objetivo dessa doutrina política, a qual se promoveu por via democrática, era manter o negro miserável, pois assim ele iria depender do trabalho na fazenda para poder viver e o fazendeiro garantiria uma oferta de mão-de-obra grande e barata. Com isso, a velha ordem seria mantida. Mas, apesar das dificuldades, a mobilização da comunidade negra criada após a emancipação não foi abalada e desfeita com as medidas adotadas durante a Redenção.

Verificamos assim que a preocupação de Eric Foner em sua pesquisa é com as estratégias utilizadas pela política emancipatória para limitar o acesso dos libertos a recursos econômicos que eram costumeiros no período da escravidão. Percebemos em sua análise que tanto os libertos como os senhores possuíam interpretações da liberdade bem distintas.

Com relação à Rebecca Scott, a obra que influenciou muitos pesquisadores brasileiros é *Emancipação Escrava em Cuba*. Nesta obra, a autora, trabalhando com imprensa, documentos oficiais e biografias, procura demonstrar como se colocaram os ex-escravos nesta nova situação de liberdade.

Assim como Eric Foner, Rebecca Scott, além de analisar aspectos políticos e as estratégias utilizadas pelo Estado para manter os libertos nas *plantations*, também analisa os diferentes significados da liberdade, apontando que, em Cuba, os efeitos da liberdade variavam amplamente e a mesma estava “dentro das limitações impostas pelo sistema político e econômico, tanto como pela coerção direta”<sup>174</sup>. Assim, percebemos que, tanto em Cuba quanto nos Estados Unidos, limitar a liberdade era uma das principais preocupações políticas.

Com a abolição, o ex-escravo das grandes plantações cubanas se via diante de algumas opções: permanecer na propriedade, migrar para outra e trabalhar por jornada ou tarefa; plantar cana-de-açúcar como um colono; e construir certa distancia da plantação com a divisão do trabalho ou migrar para a região Leste da ilha, onde o acesso a terra era mais fácil. Convém lembrar que nem todos os libertos tinham todas essas alternativas disponíveis, isto porque elas variavam conforme a região.

---

<sup>173</sup>FONER, Eric. Op. Cit. Pag.121.

<sup>174</sup>SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a Transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Ed. Da Unicamp, 1991. Pag.233.

Para os que permaneceram nas fazendas, apesar de terem sido inseridos no mundo do trabalho assalariado, a permanência significava “continuar o mesmo tipo de trabalho, sob mesma direção, que já se experimentava como um escravo”<sup>175</sup>. Mas, o recebimento do salário implicou alterações nas condições de vida.

No que diz respeito ao trabalho nas *plantations*, pouca coisa mudou; o ritmo de trabalho, como aponta Rebecca Scott, pouco se alterou. As categorias de trabalho, mesmo sendo divididas por raça, entre os espanhóis que empilhavam e os negros que cortavam, não se constituíram em um elemento de segregação racial; isto porque muitos imigrantes espanhóis eram trabalhadores rurais e alguns libertos possuíam funções nas usinas que exigiam especialização.

Porém, cabe destacar que entre estes trabalhadores das *plantation*s existiam diferenças consideráveis. Os que eram temporários possuíam muito mais autonomia do que os permanentes, pois podiam “regular o andamento do próprio trabalho, submetido apenas à aprovação da tarefa final”<sup>176</sup>. Outra distinção existente era que o pagamento feito aos assalariados variava na forma e no valor de pagamento. A forma de pagamento variava de plantação para plantação. Tentando burlar a falta de moeda existente muitos empregadores faziam o pagamento com vales para que os trabalhadores fizessem compras de mantimentos no armazém da própria fazenda. Dessa forma, o fazendeiro limitava a mobilidade dos trabalhadores, aumentava sua dependência à fazenda e diminuía a despesa das propriedades. O valor do pagamento variava de acordo com a região, com a estação do ano, com as atividades exercidas e também com as manobras dos empregadores e trabalhadores. A remuneração, como aponta Rebecca Scott, variava amplamente até mesmo na própria propriedade.

A falta de braço era uma queixa constante dos empregadores, que não significa dizer que, com a abolição, os libertos se retiraram completamente das *plantations*. Esta queixa rotineira estava diretamente ligada ao interesse dos proprietários em aumentar a oferta de mão-de-obra com o intuito de baratear seus custos e aumentar sua produção. Mesmo com a saída de muitos e não todos os trabalhadores das *plantations*, a produção do açúcar não se alterou em relação aos anos anteriores a emancipação; isto porque a complementação da

---

<sup>175</sup>SCOTT, Rebecca. Op. Cit. Pág. 234.

<sup>176</sup>SCOTT, Rebecca. Op. Cit. Pág. 238.

produção estava relacionada com outro elemento que ganhou novos contornos com a emancipação, falo dos colonos.

Os libertos enquanto permaneceram nas fazendas podiam estar envolvidos tanto em trabalhos assalariado como colonato, produzindo cana-de-açúcar a partir de uma parcela da terra cedida pelo proprietário. Porém, devemos destacar que o colonato era para os fazendeiros mais “um mecanismo para fixar os libertos nas plantações”<sup>177</sup>.

Uma das estratégias utilizadas pelos libertos em Cuba para diminuir a dependência ao trabalho nas plantações de cana-de-açúcar era a melhor divisão do trabalho familiar. Neste sentido, como os trabalhos no campo eram sazonais, muitas mulheres se retiraram da agricultura e passaram a trabalhar nas cidades como empregadas domésticas, voltando apenas quando o salário nas propriedades era vantajoso.

Como o trabalho doméstico na cidade não era sazonal, as famílias de libertos aumentavam com ele suas possibilidades de subsistência; mesmo esta estratégia gerando separação entre os homens e suas famílias “é evidente que alguns ex-escravos realmente organizaram e perpetuaram uma economia familiar envolvendo divisão e complementação de salários e trabalho doméstico”<sup>178</sup>.

Outra estratégia utilizada pelos libertos para aumentar o acesso a recursos econômicos com a abolição foi a pequena propriedade (*conuco*) ou terra para plantio de subsistência. Esses proprietários, entretanto, não podem ser confundidos com camponeses.

No período da escravidão, as pequenas propriedades eram bem vista pelos proprietários, afinal de contas nos períodos entre safra a produção destas diminuía as despesas para manter a *plantation* e ainda reduzia a dependência da fazenda de gêneros alimentícios importados. Porém, com a emancipação, o discurso é modificado e a pequena propriedade passa a ser vista como um elemento que de certa forma afastava o liberto da fazenda, pois, na visão dos grandes proprietários, o liberto estava se tornando autossuficiente fora da plantação.

A pequena propriedade foi um mecanismo bastante utilizado pelos libertos, uma vez que “o cultivo de gêneros alimentícios fornecia uma garantia mais sólida de subsistência para

---

<sup>177</sup>SCOTT, Rebecca.Op. Cit. Pág. 244.

<sup>178</sup>SCOTT, Rebecca.Op. Cit. Pág. 246.

a família e era uma forma de trabalho não imediatamente controlada pela propriedade”<sup>179</sup>. Nessa atividade a produção servia para consumo familiar ou venda, mas a cultura de cana-de-açúcar realizada nas pequenas propriedades era na maioria das vezes voltada para exportação. Assim, os libertos, mesmo indo contra a vontade dos grandes proprietários, estavam multiplicando as atividades possíveis de subsistência.

Contudo, para adquirir um lote de terra, muitos libertos tiveram que abandonar as regiões açucareiras e partir para o Leste da ilha. O leste oferecia um acesso maior à terra, por possuir um terreno “íngreme e montanhoso [...] desfavorável à produção açucareira, deixando espaço para a expansão de um setor diferente”<sup>180</sup>.

A preocupação do Estado e dos proprietários com a limitação de recursos econômicos aos libertos após a emancipação gerou uma política voltada para restringir o acesso à terra em Cuba. Por conta disto, o acesso à terra pelos libertos não pode ser vista de forma generalizada, pois ele varia de acordo com cada província.

Na província de Santiago de Cuba existia um alto número de proprietários negros. Nesse sentido, os libertos da região recusavam-se a trabalhar nas *centrales* em expansão, pois, sendo proprietários de terra, era pouca a dependência com os proprietários. Desta maneira, os proprietários se viram obrigados a importar trabalhadores imigrantes para não terem comprometidas suas lavouras.

O grande número de proprietários negros em Santiago se explica pelo fato da província possuir uma população negra relativamente alta ainda antes da emancipação. Outro elemento que também favoreceu essa especificidade era que a região possuía um padrão de agricultura diferente das demais províncias da ilha, uma vez que o açúcar não era a atividade principal da região.

Em contrapartida, na província de Matanzas, região em que mais se apegou à escravidão, os libertos praticamente não tiveram acesso à terra. Nesta região, por conta disto, os trabalhadores negros após a abolição tiveram que optar pelo trabalho assalariado, uma vez

---

<sup>179</sup>SCOTT, Rebecca.Op. Cit. Pág. 248.

<sup>180</sup>SCOTT, Rebecca.Op. Cit. Pág. 250.

que não tinham condições, devido a várias medidas adotadas para coibir o acesso a terra, de se tornar proprietários.

Assim sendo, o discurso promovido no debate político era de que os libertos de Santiago de Cuba eram insolentes, pois não queriam trabalhar nas *plantations*, enquanto os libertos de Matanzas, que em sua maioria trabalhavam nas *plantations*, eram vistos com bons olhos e taxados de verdadeiros trabalhadores. Mas, estes sofriam pesados controles, pois Matanzas era a principal província no que diz respeito à produção açucareira.

Percebemos assim que estas percepções feitas por Rebeca Scott foram fundamentais para a historiografia brasileira, pois a autora não estava centrada na marginalização dos libertos após a abolição, e sim em suas estratégias de sobrevivência em meio a políticas que buscavam limitar seus recursos econômicos.

Outra perspectiva sobre a emancipação no Caribe que também foi importante entre os pesquisadores no Brasil foi o trabalho de Thomas Holt, que analisa a pós-emancipação na Jamaica. Segundo Thomas Holt, a essência dos estudos sobre as sociedades após a abolição é perceber que ela provocaria a criação de uma nova sociedade.

Com este ponto de vista de análise, o historiador busca entender, abordando a imprensa e principalmente documentos oficiais do governo britânico e jamaicano, como foi realizada a emancipação e quais as medidas que foram tomadas para se formular esta nova sociedade.

Analisando fontes do governo britânico, Thomas Holt percebe que existia uma preocupação de lordGlenels, secretário colonial da Grã-Bretanha, de que com a emancipação as leis que faziam distinção entre europeus e nativos deveriam também serem abolidas. O secretário entendia que a lei de abolição deveria significar “liberdade pessoal, naquele sentido completo e ilimitado do termo que é usado em relação aos outros súditos da Coroa britânica”<sup>181</sup>.

O que Glenels buscava na Jamaica era garantir que nenhum elemento que lembrasse a escravidão sobrevivesse à emancipação. Porém, esta doutrina de igualdade civil e política do

---

<sup>181</sup>HOLT, T. A essência do contrato. In: SCOTT, Rebecca. COOPER, Frederick. HOLT, Thomas. (Org.) *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. RJ. Ed.: Civilização Brasileira, 2005. Pág. 92.



secretário não foi seguida por muito tempo. Charles Grey, um de seus sucessores, estava bastante preocupado com o que o poder de voto dos negros poderia trazer para a administração dos assuntos coloniais. Assim, os ideais democráticos defendidos por Glenelg “dera lugar ao temor crescente de que o poder político na Jamaica pudesse na verdade ser usado para atender aos interesses políticos e econômicos dos negros”<sup>182</sup>.

Essa nova percepção política buscou reduzir o impacto do poder político dos libertos. Sendo assim, em 1854 houve uma mudança na estrutura governamental; em seguida em 1859 impostos de capacitação sobre os eleitores foram criados; e finalmente em 1866 a abolição do governo autônomo com a Jamaica, voltando a ser novamente colônia da Inglaterra.

Tentando entender o intuito de Glenelg, podemos perceber que o mesmo não buscava praticar medidas de igualdade civil e política na Jamaica por conta de idealismo ou praticidade, e sim porque esta política “articulava-se com a evolução mais ampla, ou seja, com um momento específico do liberalismo econômico”<sup>183</sup>. As medidas foram pensadas naquele momento porque a cidadania havia se tornado uma norma da civilidade. Assim, verificamos que o liberalismo clássico<sup>184</sup> serviu na Jamaica como guia essencial na transição da sociedade escravocrata para uma sociedade livre. Porém, com os discursos contrários à ideia de Glenelg, fica claro, conforme aponta Thomas Holt, que os princípios do liberalismo clássico foram postos à prova. A emancipação fez a classe dominante na Jamaica repensar o liberalismo clássico.

Em meados do século XIX, o liberalismo clássico pregava que os indivíduos eram iguais perante a lei e deveriam ter autonomia para acumular bens e recursos em quantidade ilimitada. Os indivíduos eram, portanto, livres para maximizar os seus recursos de modo a satisfazer a vontade materialista. O liberalismo apontava também que os indivíduos organizados em uma esfera privada deveriam estar longe das regulamentações do Estado. Desta forma, a sociedade estaria enriquecendo como um todo.

---

<sup>182</sup> HOLT, T. Op. Cit. Pág.93.

<sup>183</sup> HOLT, T. Op. Cit. Pág. 97.

<sup>184</sup>Entendido, neste trabalho, como um modelo de ordem social na qual existiam divisões básicas e funcionais entre o Estado e a sociedade civil entre a vida pública e privada, não havendo intervenção entre as esferas.

Mas, o liberalismo caiu em contradição porque, para a formação de uma sociedade livre na Jamaica, era necessário primeiro a criação de valores burgueses. Neste sentido, o Estado teria que atuar inevitavelmente até mesmo com dimensões totalitárias na esfera social.

A partir desta intervenção, o Estado buscou introduzir valores burgueses na sociedade, em especial nos libertos, com o intuito de diminuir os comportamentos “selvagens”. Um dos valores impostos foi a valorização do trabalho.

O trabalho deveria ser um valor “motivado pelo refinamento de seu gosto e pela expansão de seu desejo de possuir bens materiais”<sup>185</sup>. Ele era colocado não somente como fundamental para subsistência, mas também para aumentar os laços familiares, pois através dele o indivíduo tiraria a esposa e filhos da lavoura.

Seguindo ainda esta lógica de valores burgueses, o Estado passa também a restringir o acesso à terra. Com as medidas do Estado, a propriedade somente poderia ser adquirida através do trabalho e do dinheiro poupado. Desta forma,

o preço mínimo da terra, portanto, deve ser alto o bastante para fazer com que porção considerável da população seja incapaz de comprá-la até que tenha poupado algum capital com o salário de sua indústria e, ao mesmo tempo, baixo o bastante para encorajar a poupança, tornando a posse da terra um objeto razoável da ambição de todos<sup>186</sup>.

Assim, o Estado esperava que os homens que buscavam ter acesso à terra deveriam desejar o capital, trabalhar e promover a sua acumulação para, em seguida, realizar a compra da propriedade.

Além do trabalho o Estado buscou também elevar aspectos morais, intelectuais e sociais dos libertos, apontando que o progresso material, que viria com o trabalho, deveria ser acompanhado de progresso moral. Portanto, o Estado entendia que os libertos deveriam ser “aprimorados”. Porém, os investimentos para uma educação pública não foram os esperados, uma vez que os antigos senhores temiam o que a educação poderia realizar nos seus suprimentos de mão-de-obra.

---

<sup>185</sup>HOLT, T. Op. Cit. Pág. 109.

<sup>186</sup>HOLT, T. Op. Cit. Pág. 115.

Entretanto, toda essa motivação e esforço de construir uma sociedade burguesa nos moldes de valores ingleses foi um fracasso na sociedade jamaicana e, mediante a esta “falta de progresso moral dos libertos”, um discurso racista foi criado baseado nos princípios liberais.

Segundo este discurso, o processo de aprendizado implementado pelo Estado fracassou, não por conta dos princípios liberais, e sim por conta das deficiências dos libertos. Estes foram vistos como despreparados e incapazes de absorver os valores burgueses; por conseguinte estas deficiências foram utilizadas para legitimar um forte discurso racista que foi difundido e adotado por um público mais amplo.

Portanto, percebemos que na Jamaica, assim como nos Estados Unidos e Cuba, os grandes proprietários e o Estado tomaram medidas para limitar o acesso dos libertos a recursos econômicos com intuito de mantê-los dependentes das *plantations*. Assim, compreendemos que estes autores foram fundamentais na análise das sociedades pós-emancipação porque buscam enfatizar as estratégias e projetos de vida dos libertos e seus significados de liberdade, e não apenas olham para como ficaram marginalizados com a liberdade conquistada. Esses autores, por fim, procuraram analisar a construção da nova sociedade que foi reformulada com a abolição, não ficando centrados apenas em análises macroeconômicas.

Olhando a partir de agora para a historiografia brasileira podemos apontar que uma das primeiras autoras a tratar dos libertos em uma ótica também social foi Hebe Mattos em *Das cores o silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista- Brasil século XIX*. Com esta pesquisa premiada pelo Arquivo Nacional em 1993, Hebe Mattos busca analisar os significados de liberdade no século XIX no que diz respeito aos escravos, libertos, homens livres e senhores.

Tendo como recorte espacial a cidade de Campos do Goitacazes, a autora analisa inventários post-mortem, ações criminais e imprensa para demonstrar, assim como a historiografia norte-americana, que cada agente histórico envolvido possuía referenciais distintos de liberdade.

Hebe Mattos revela que compreender o significado de liberdade é fundamental para entender “as estratégias, identidades e expectativas sociais, desenvolvidas pelos escravos e

pelo conjunto de homens livres em resposta às transformações sócio-econômicas e à crescente perda de legitimidade da instituição escravista, na segunda metade do século XIX”<sup>187</sup>.

Em sua análise, percebemos que os elementos fundamentais para a vida do liberto em termos de recursos de liberdade foram: a mobilidade, o casamento e a propriedade. A mobilidade permitia ao liberto se deslocar quando desejasse, por conseguinte escolher quando iniciar e terminar seus laços sociais. O casamento era fundamental porque, através dele, os laços dos libertos iriam ser ampliados. A propriedade, por sua vez, significava busca por autonomia, o acesso à terra em Campos dos Goitacazes, assim como nas regiões analisadas pela historiografia norte-americana citada acima, era fundamental para diminuir a dependência dos ex-senhores. Por conta disso, seu acesso era essencial para o exercício da liberdade.

Mas Hebe Mattos não foi a única que teve como base de seus estudos os libertos e principalmente o Pós-Abolição. Hoje, podemos perceber que os estudos sobre o tema são diversos e amplamente pautados nas novas condições sociais vivenciadas pelos beneficiários da lei de 13 de Maio. Citaremos agora estudos que se centraram nos projetos de liberdades elaborados pelos libertos no Brasil.

Com relação aos itinerários dos negros no imediato ao final da escravidão, podemos compreender que os libertos não foram em massa para as cidades, pois preferiram permanecer nas mesmas fazendas ou migrar para localidades próximas. Dona Nininha, que tinha sido ex-escrava do Vale do Paraíba, “perambulou de fazenda em fazenda, com sua família”<sup>188</sup>.

No Vale do Paraíba, Ana Rios e Hebe Mattos, analisando documentos cartoriais e principalmente fontes orais, perceberam que, além do exemplo de d. Nininha, havia outros dois tipos de experiência: os grupos que nunca ou quase nunca migravam e as chamadas “terras de negros”.

O primeiro caso tratado neste trabalho será o “campesinato itinerante”. Este grupo era identificado por ex-escravos que tinham no descolamento o traço mais marcante de suas vidas, por isso tinham filhos em diferentes localidades. Logo, este grupo era caracterizado

---

<sup>187</sup>MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. Pág. 20.

<sup>188</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2005. Pag. 193.

pela intensa mobilidade, que acarretava em instabilidade no estilo de vida e precariedade de bens materiais; muitas vezes o deslocamento era causado por conta dos conflitos com os proprietários das terras. Passavam a maior parte de suas vidas, portanto, “sem conseguir um pouso fixo”<sup>189</sup>.

Os itinerantes sempre mudavam em um prazo entre seis meses e um ano, gerando na maioria das vezes um drama, tinham filhos em locais isolados e dificilmente conseguiam parteiras; por conta disto era alta neste grupo a taxa de mortalidade infantil. Porém, estes itinerantes nem sempre tiveram uma vida de intensa mobilidade.

Alguns viravam itinerantes após conflito com o proprietário da fazenda onde viviam, perdendo a “rocinha” e sendo expulsos de suas casas; outros, enquanto viviam com os pais, possuíam uma vida com certo grau de estabilidade, mas, após o casamento, iniciava a vida de mudanças em busca da realização do projeto de liberdade, que estava ligado diretamente com a conquista da “rocinha”. Contudo, esta vida de extrema instabilidade estava relacionada com privações, injustiça e violência.

Por conta das constantes mudanças, a casa permanecia como era erguida, “não valia a pena investir tempo e trabalho nas residências temporárias, o que não quer dizer que a casa não fosse importante”<sup>190</sup>. Uma casa de alvenaria, com cozinha, era um desejo compartilhado por todos, e marcou a vida destas famílias.

Contudo, verificamos que não eram somente famílias inteiras que migravam em busca da realização do projeto de liberdade. Percebemos também indivíduos sozinhos que executavam trabalhos temporários e viviam nos barracões, “a vida nos barracões remete-nos à arquitetura costumes de moradia e trabalho dos tempos de escravidão”<sup>191</sup>. Cabe destacar que eram homens solteiros, que em uma vida cheia de privações e injustiças, viam no casamento a possibilidade de escapar desse modo de vida. Logo, percebemos que a extrema mobilidade é um traço central da vida destes itinerantes diferente das outras formas de experiência.

O “pacto paternalista” foi outro tipo de experiência vivida pelos ex-escravos no Vale do Paraíba. A estabilidade caracteriza esse campesinato. Os ex-escravos que partilhavam deste pacto passavam toda a vida na mesma fazenda ou nas proximidades e conseguiam a tão

---

<sup>189</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 197.

<sup>190</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 201.

<sup>191</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 203.

sonhada “rocinha”. Sendo assim, entendemos que “uma camada da população liberta possuía atributos de extrema estabilidade e certa independência e influência no meio rural da Primeira República. Capazes, portanto, de certa influência entre seus pares e, por que não, no jogo político local”<sup>192</sup>.

A mudança era uma alternativa raramente usada neste grupo e, quando surgia era por motivos pessoais; diferentes dos itinerantes tiveram poucas dificuldades para conseguir sua roça, conseguindo também certo grau de acesso à educação com alguns de seus descendentes concluindo cursos de nível superior. Nesta perspectiva, estes camponeses “pouco se afastaram do local do cativo de seus pais e avós e não sabem o que significa percorrer estradas por dias, acompanhados de filhos pequenos, passando por vezes anos sem rever seus parentes”<sup>193</sup>. Portanto, entre os ex-escravos que conseguiam se fixar, evitando a mobilidade, conflitos e que tiveram acesso à “rocinha”, poucos passaram por injustiça ou situações de exploração e violência.

Outra experiência verificada no Vale do Paraíba são as chamadas “terras de preto”. Nestas comunidades, que surgiram após a abolição e sobreviveram por conta do grande isolamento, percebemos pouca imigração da população, ocorrendo apenas em períodos sazonais.

As “terras de preto” surgiram após doações de terras que tinham como finalidade criar laços de gratidão e fixar seus dependentes, como a comunidade Bias Fortes e a Fazenda São José. Entendemos, através de A. Rios e H. Mattos, que muitos libertos, ao resolverem ficar nas comunidades, “optaram por não fragmentar uma teia de relações construída por mais de uma geração”<sup>194</sup>. Cabe destacar também que os membros das “terras de preto” tinham o direito de erguer sua casa e montar sua roça. Logo, percebemos que as comunidades negras formadas no pós-abolição surgiram de projetos específicos, obedecendo a uma visão de liberdade. Nestas comunidades, de modo geral, o ritmo e o tempo de trabalho eram ditados pelos próprios trabalhadores. Portanto, existia um grau considerável de autonomia. Contudo, se o isolamento contribuiu para a sobrevivência da comunidade e autonomia de seus habitantes, contribuiu também para a pobreza.

---

<sup>192</sup>RIOS, Ana Maria Lugão. Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. *Cadernos IHU idéias*, Unisinos, São Leopoldo, n 76. 2007. Pag.12.

<sup>193</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 211.

<sup>194</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 220.

Saindo do Vale do Paraíba, e agora analisando a Bahia através de Walter Fraga Filho, em *Encruzilhadas da liberdade*, podemos perceber que também lá a migração dos ex-escravos e seus descendentes nos anos imediatos à abolição foi para diversas localidades do recôncavo, e não em massa para Salvador.

Os itinerários estavam vinculados com o projeto de liberdade e as estratégias utilizadas pelos que migravam eram “adoção de outro sobrenome, do aprendizado de uma nova profissão ou reaproveitamento das experiências profissionais e dos laços sociais construídos no tempo do cativo”<sup>195</sup>.

Conseguimos observar para a Bahia uma intensa movimentação de ex-escravos de engenhos para outras freguesias rurais. O abandono das fazendas em que foram escravos era para os libertos a possibilidade de se ver livre definitivamente do cativo. Entretanto, estas migrações causaram temor entre os proprietários, que reivindicaram medidas repressivas contra a vadiagem, que “correspondia tanto à recusa ao trabalho nas lavouras de cana como ao abandono das propriedades”<sup>196</sup>.

Para o ex-escravo, a migração significava se distanciar do passado escravista e a “mobilidade era um componente do que os libertos definiam como liberdade”<sup>197</sup>. A migração significava ainda rever parentes que residiam em outras localidades ou simplesmente migravam, retornando para localidades onde haviam sido retirados.

A decisão de migrar muitas vezes esbarrava nos interesses do ex-senhor e trazia represália, “impondo castigos físicos ou impedindo a saída de libertos dos engenhos”<sup>198</sup>. Outra estratégia encontrada pelos antigos senhores foi assumir o controle dos “ingênuos”, numa tentativa de forçar os pais a permanecerem ou retornarem para os engenhos.

Estas medidas repressivas à migração dos ex-escravos aconteceram porque os proprietários temiam uma migração em massa que provocasse uma perda significativa de mão-de-obra. No entanto, assim como no Vale do Paraíba, na Bahia “a saída de libertos e seus

---

<sup>195</sup>FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unicamp, 2006. Pag. 311.

<sup>196</sup>FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. Pag. 313.

<sup>197</sup>SCOTT, Rebecca. *Apud* FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. Pag. 314.

<sup>198</sup>FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. Pag. 317.

descendentes dos engenhos se foi processando ao longo dos anos que se seguiram à abolição”<sup>199</sup>, e não imediatamente a emancipação.

A decisão de abandonar os engenhos traduzia-se na expectativa de melhorias das condições de sobrevivência e na reparação de laços que foram quebrados pela vida escrava. Esta decisão de migrar estava diretamente relacionada à realização do projeto de liberdade, o qual se pautava, entre outros elementos, no alargamento das possibilidades de sobrevivência fora dos antigos engenhos e distanciar da autoridade dos antigos senhores.

A mobilidade destes ex-escravos nascidos em engenhos dava-se em varias direções: engenhos, usinas, freguesias rurais e cidades. Podemos, perceber, através dos dados de Walter Fraga Filho, que 64% dos libertos optavam por se manter no mundo rural. Logo, a cidade não era a primeira opção no imediato ao pós-abolição. Compreendemos também que parte da movimentação era determinada pelo calendário das colheitas da cana-de-açúcar, fumo e mandioca, retornando para suas residências no final dos trabalhos.

Com relação às cidades, constatamos que a maioria dos que migraram para ela estava ligada às atividades agrícolas, ou seja, exercia nos centros urbanos profissões aprendidas nos engenhos; “muitos ofícios exercidos na zona rural se encaixavam perfeitamente às necessidades do mercado urbano”<sup>200</sup>. Portanto, é um equívoco dizer que os ex-escravos estavam despreparados para a vida nas cidades. Mas, parece que a maioria teve que aprender novos ofícios para sobreviver.

Notamos então que, tanto no Recôncavo Baiano como no Vale do Paraíba, a migração dos libertos para áreas urbanas ocorreu apenas nas décadas posteriores à abolição, os ex-escravos preferiram permanecer nas fazendas porque os laços sociais já estavam enraizados e lá as estratégias de sobrevivência eram mais amplas.

Novos trabalhos produzidos a partir da década de 1980 estão mudando a concepção quanto à agência dos escravos e dos libertos. Em relação ao mito da coisificação do escravo, Sidney Chalhoub é um dos maiores opositores, pois, em *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, o autor apresenta uma série de processos-crimes demonstrando que o escravo não era um agente passivo nas decisões dos seus senhores.

---

<sup>199</sup>FRAGA FILHO. Walter. Op. Cit. Pag. 318.

<sup>200</sup>FRAGA FILHO. Walter. Op. Cit. Pag. 325.



O momento da negociação de escravos em casas de comércio era uma hora de extrema tensão para o cativo, pois significava, segundo Sydney Chalhoub, alteração do seu padrão de vida. Por conta disto, nesse momento de tensão, os escravos cometiam crimes “movidos pela recusa em serem vendidos para uma fazenda de café”<sup>201</sup>. O que estava em jogo em vários conflitos entre os escravos e os comerciantes, no momento de sua venda, não era uma fuga coletiva, e sim o fato de se negarem a serem vendidos para o interior; a prisão para estes escravos era melhor do que a escravidão nas fazendas de café. Era comum, portanto, que os escravos exercessem alguma forma de pressão sobre seus senhores no momento crucial de sua venda; em muitos casos as pressões se manifestavam em atos de atrocidades, porque quando eram mandados às casas de comércio para negociação o espaço de manobra era reduzido.

A partir da análise dos processos-crimes, Sydney Chalhoub, demonstra que os escravos conseguiam de fato interferir na decisão de seus futuros destinos. Separados de familiares, amigos e de seus laços sociais, esses escravos teriam provavelmente que se habituar ainda com tipos e ritmos de trabalho que eram desconhecidos. Portanto, na visão deste historiador, os escravos não eram agentes passivos, pois lutavam pela possibilidade de continuar morando na cidade e continuar exercendo suas atividades profissionais, tanto que os mesmos interviam em suas próprias transações.

Esta mesma agência verificada no período escravocrata por Sidney Chalhoub está presente no pós-abolição. No campesinato do Vale do Paraíba os contratos estabelecidos entre os proprietários de terra e os ex-escravos após a emancipação nos remete ao fato de que muita coisa mudou. Os contratos “apontam para todo um espectro violento, sim, mas num contexto de fixação das novas regras, que veio a reger o estabelecimento dos acordos de trabalho no meio rural do Sudeste e no Vale do Paraíba, em especial”<sup>202</sup>. Deste modo, os conflitos eram gerados pela recusa dos proprietários a não aceitarem as novas regras colocadas pelos ex-escravos.

Os contratos não concretizavam apenas prestações de serviços. Com eles, os proprietários buscavam também lealdade e influência política, sendo formalizados seguindo “critérios pessoais para serem concebidos, negados ou rompidos conforme a vontade do

---

<sup>201</sup>CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras. São Paulo. 1990. Pag.31.

<sup>202</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 238.

proprietário contratante.”<sup>203</sup> Mas, muitas vezes os acordos eram quebrados tanto pelos proprietários quanto pelos ex-escravos.

Com relação à revolta dos marinheiros, percebemos através de Álvaro do Nascimento, também uma busca por realização de projeto de liberdade. Estes marinheiros não buscavam apenas extinção das chibatas, mas também “uma série de reivindicações visando transformar as relações de trabalho a bordo e melhorar suas condições materiais de vida”<sup>204</sup>. A reclamação por uma melhor educação dos marinheiros estava diretamente ligada a evitar rixas e conflitos aos quais eram muito comuns a bordo.

Assim, como em vários setores da sociedade os marinheiros negros carregavam uma série de estereótipos construídos há décadas e legitimados pelas teorias racistas. Logo, muitos marinheiros eram deixados de lado ao concorrer a uma promoção quando estavam disputando com brancos. Os negros fora da marinha também eram injustiçados pelos discursos racistas já que existia um protótipo ideal de trabalhador que era estrangeiro, europeu e branco.

Neste contexto percebemos que ocupar os cargos de marinheiro, apesar de ser de baixa remuneração, fazia parte de um projeto de liberdade, pois trabalhar na marinha poderia acarretar ao ex-escravo prestígio social, uma possibilidade de ampliar seus laços de sociabilidade e ascensão social.

O mesmo projeto de liberdade aconteceu com os trabalhadores da zona portuária do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do XX. Nesta região percebemos uma grande presença negra na formação em 1905 da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, sindicato com uma extrema “estrutura organizacional já firmada, através da qual regulamentara as condições de trabalho, assumira a gestão da mão-de-obra, escolhera um corpo de fiscais subordinado a um fiscal geral”<sup>205</sup> e organizava as punições aos faltosos.

Através da análise da formação do sindicato e da greve realizada em 1906, Maria Cecília Velasco e Cruz verifica que os ex-escravos conseguiram na zona portuária

---

<sup>203</sup>RIOS, A. & MATTOS, H. Op. Cit. Pag. 250.

<sup>204</sup>NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” In: GOMES, Flávio Santos (ORGS.) e CUNHA, Olívia M. G. *Quase-Cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Pag.283.

<sup>205</sup>VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. Tradições Negra na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro - Ásia*.n.24. 2000. Pag. 253.

monopolizar o setor, mesmo com uma grande presença de imigrantes na cidade, e a zona portuária está localizada em uma área de bairros em que a maioria da população era branca.

Em todas as atividades em que houve a penetração dos imigrantes os negros perderam espaços. Entretanto, na zona portuária do Rio de Janeiro os ex-escravos se organizaram em um sindicato e, por conta de seus laços de solidariedade, construíram o seu “campo negro”. Assim, monopolizaram o setor e conseguiram ampliar a possibilidade de realização do projeto de liberdade. Dessa forma, notamos uma vontade política do ex-escravo que se organizara em um sindicato para consolidar seus laços e se inserir socialmente.

Nas ruas também podemos observar os ex-escravos exercendo sua liberdade. Em *O Jogo da Dissimulação*, Wlamyra Albuquerque vê a abolição não como “a conquista de liberdade irrestrita, nem como uma completa fraude, mas como ocasião de tensão e disputa em torno dos sentidos de cidadania da população de cor”<sup>206</sup>. Analisando os dias imediatos após a emancipação, a autora aponta para várias manifestações feitas pelos ex-escravos, comemorações estas realizadas com forte presença de elementos ligados à identidade negra.

Por conta das constantes manifestações, com destaques para figuras ligadas à identidade negra, a repressão policial aumentou e “a conexão entre desordem, vadiagem e população de cor foi insistentemente acionada nos dias que sucederam o 13 de Maio”<sup>207</sup>. Os conflitos aumentaram devido à tensão criada pela abolição e tinham, por um lado, os ex-senhores temendo perder mão-de-obra e prestígio social, e, por outro lado, os ex-escravos buscando negociações que possibilitassem ampliar seus recursos de sobrevivência e exercer sua cidadania.

Em São Carlos, cidade do interior de São Paulo, percebemos também a agência dos ex-escravos. Podemos citar para este caso as contribuições de Karl Monsma, o qual desconstrói alguns mitos construídos pela escola de sociologia de São Paulo e crítica também outros trabalhos voltados para a imigração em São Paulo.

No que diz respeito à pesquisa de Monsma, notamos uma crítica a um consenso na literatura que afirma que os negros no pós-abolição foram afastados das atividades produtivas centrais pela chegada dos imigrantes. Conforme este consenso, segundo Monsma, os

---

<sup>206</sup>ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação*. São Paulo. Cia das letras. 2009. Pag. 97.

<sup>207</sup>ALBUQUERQUE, Wlamyra. *Op. Cit.* Pág. 131.

imigrantes teriam monopolizados os ofícios artesanais, sobrando aos negros serviços domésticos, comércio ambulante e serviços auxiliares. Este autor, assim como H. Mattos e Ana Rios, crítica Florestan Fernandes, que, em seus escritos, apontava que “os libertos eram mal preparados para competir com os imigrantes porque a violência e a desumanização da escravidão haviam lhes deixado anômicos, sem laços familiares e comunitários fortes, sem disciplina interna e com uma tendência de identificar a liberdade com a ausência do trabalho”<sup>208</sup>.

Através de sua pesquisa, Karl Monsma analisa a cidade de São Carlos pelo censo municipal de 1907 e pelos dados da *Estatística Agrícola e Zootécnica* de 1904-1905, conseguindo perceber que os imigrantes não gozavam de monopólio no mercado de trabalho, pois os afro-brasileiros estavam presentes em quase todas as ocupações manuais. Na visão de Monsma, portanto, a afirmação corrente de que a imigração europeia em massa resultou na exclusão dos negros nas atividades manuais simplesmente não é verdadeira. Isto se verifica no censo de 1907, que revela os libertos trabalhando nas fazendas como colonos, assim como os imigrantes. Apesar do racismo dos fazendeiros, os negros conseguiam se inserir nesse tipo de divisão do trabalho, ou seja, os imigrantes não ocuparam de forma exclusiva as atividades nas fazendas.

A ideia existente de desorganização das famílias negras também é superada pelas análises de Monsma. Em São Carlos, as famílias negras estavam em uma sintonia maior com as tradições católicas do que as brancas, uma vez que, elas possuíam, como assinala Karl Monsma, mais homens chefes de família do que as famílias brancas. Outra característica das famílias negras em São Carlos era que seu tamanho era menor do que as famílias brancas, sobretudo dos imigrantes.

Assim, percebemos a partir de suas análises que os negros tiveram possibilidade de acumular dinheiro e ascender socialmente, já que o acesso ao colonato possibilitava esta situação. Porém, em São Carlos não existia uma elite negra para defender os interesses da população negra e denunciar os abusos que os mesmos sofriam dos fazendeiros e policiais e a proporção de negros alfabetizados era muito baixa comparada com as proporções de imigrantes e brasileiros brancos. Logo, os negros foram rejeitados pela elite local por conta do

---

<sup>208</sup>MONSMA, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº3, 2010. Pag.509.

racismo e os imigrantes conseguiram se integrar conquistando seu espaço e ascender socialmente.

Assim, em São Carlos trabalhar no colonato, possuir poucos filhos e não ingressar nas escolas eram escolhas assumidas pelos ex-escravos, numa tentativa de manter uma maior autonomia com relação aos ex-senhores, e isto fazia parte das estratégias e do projeto de liberdade.

Percebemos, enfim, que a historiografia brasileira foi fortemente influenciada pela historiografia norte-americana, uma vez que com relação ao Pós-Abolição os pesquisadores passaram também a analisar questões sociais e culturais, deixando de lado o foco em apenas questões macroeconômicas.

### **Notas da Abolição: o dia mais glorioso e os libertos na imprensa.**

Começamos a viver, 13 de Maio de 1888 – antes eramos um povo de barbaros, no estado primitivo. Depois das náosportuguezas, que descobriram o sólo, era mister alguma cousa que descobrisse as almas – um coração encarregou-se d’isso.

O Brazil deixou de ser o presidio dos negros d’Africa para ser um Estado livre, independente da suzerania dos olygarchas

13 de Maio é a data inicial da nossa historia- Depois do Genesis o Exodo.<sup>209</sup>

Coelho Netto.

Hoje, em pleno século XXI, pouco existe de significado na data 13 de Maio, uma vez que, o movimento negro instrumentalizou as comemorações no dia vinte de novembro, feriado nacional de Dia da Consciência Negra. A modificação da data das comemorações esta vinculada a intenção do movimento negro em desvirtua a princesa Isabel do papel de heroína. A nova data pretende homenagear Zumbi dos Palmares, considerado pelos ativistas, um dos principais representantes da resistência negra à escravidão. Porém, em 1888 a data da abolição da escravidão encheu de orgulho o Brasil de canto a canto, como podemos notar nas palavras do literato Coelho Netto no *Diário de Notícias* no momento de comemoração do primeiro aniversário da Lei.

Nesse tópico, abordaremos como foram as comemorações em volta do treze de maio nos anos imediatos a Abolição (1888-1890), que foi considerado pelos contemporâneos como a data mais gloriosa da história do país, e ainda analisaremos como a liberdade conquistada

---

<sup>209</sup>*Diário de Notícias*13/05/1889.

pelos ex-escravos era vista pela imprensa. Este tema será analisado a partir da cobertura feita pela imprensa da Corte, com ênfase na *Gazeta de Notícias e Diário de Notícias*.

A abordagem não será feita apenas a partir dos noticiários de uma forma em geral, mas também das crônicas publicadas pelos jornais em questão, uma vez que, no final dos anos XIX, o gênero ganha cada vez mais espaço nos periódicos da corte e tratavam do cotidiano com ênfase em questões sociais.

Quanto a este gênero literário, podemos apontar que ele surgiu “ao acaso, da espontaneidade de uma conversa”<sup>210</sup>, tendo como uma de suas principais características a leveza de seus textos. Porém, a crônica nem sempre foi valorizada como fonte para perceber os vestígios da história; alguns pesquisadores afirmaram que o gênero possuía prazo de validade e não servia para a posteridade, e apontavam ainda que a mesma servia somente para divertir, não possuindo nem mesmo um padrão narrativo.

Mas aqui neste trabalho entenderemos a crônica em um sentido mais amplo, pois em suas poucas palavras muito era dito, uma vez que ela dialogava de forma mais direta com os temas e questões de seu tempo com o intuito de manter uma cumplicidade e compartilhar códigos com o leitor e intervir na realidade.

Neste trabalho as crônicas ou, como trata Ariane Ewald em *Crônicas Folhetinescas: O Renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*, as crônicas folhetinescas são abordadas por registrarem um modo de ver e viver a vida cotidiana. “Através do olhar aguçado do autor, a cidade se revela deixando à mostra as vicissitudes da época e, ao mesmo tempo, aquilo que ela apresentava de encantador.”<sup>211</sup> As crônicas representavam, então, “a imagem da vida carioca sendo registrada no pé da página”<sup>212</sup>.

O surgimento das crônicas é marcado pela delimitação de seu espaço: localizado no rodapé do jornal. Mas, é exatamente neste espaço, ao “rés-do-chão” como assinala Antonio Cândido<sup>213</sup>, que ela vai conquistar o seu público, com sede de suas palavras simples, e registrar os acontecimentos mais importantes da semana. Neste espaço, previamente delimitado, a crônica traz o “registro do cotidiano, da vida social, política e literária da Corte,

---

<sup>210</sup>CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Cousas Miúdas*. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2005. Pág.11.

<sup>211</sup>EWALD, Ariane. *Crônicas folhetinescas: o renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Museu da República. 2005. Pág. 39.

<sup>212</sup>Ibidem.

<sup>213</sup>Ver CANDIDO, Antonio(et alii). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Originalmente publicado em *Para gostar de Ler: crônicas*. Vol. 5 São Paulo. Ática. 1981.

seu movimento e sua pulsação, além de registrar uma nova maneira de noticiar e, principalmente, uma nova forma de expressar opinião, divulgá-la e disseminá-la.”<sup>214</sup>

No rodapé dos jornais, da cidade do Rio de Janeiro, também era publicado o “folhetim-romance”, que eram romances publicados em capítulos, ou seja, por etapas. Outra sessão, que possuía o termo folhetim em sua denominação, era o “folhetim crítico-teatral” voltado para a crítica teatral da cidade. Mas a crônica era inconfundível, pois era leve, coloquial e faceiro. Sua narrativa, sem um padrão formal, relatava cronologicamente os principais acontecimentos da cidade.

Com relação à palavra crônica, etimologicamente ela vem do grego *Khrónos*, que significa tempo e “seu sentido está ligado ao relato de fatos históricos sucedidos em algum lugar seguindo a ordem do tempo”<sup>215</sup>.

As primeiras crônicas, publicadas na imprensa do Rio de Janeiro, segundo Ariane Ewald, são as cartas escritas pelo Visconde do Rio Branco, que usava o pseudônimo de José Maria da Silva Paranhos, intituladas “Ao amigo ausente”. Nestas cartas, Paranhos narra com ricos detalhes, a vida na Corte brasileira no final do ano de 1850 e durante o ano de 1851. As cartas, com sua linguagem próxima dos leitores, tornaram-se “ponto de referência semanal das novidades na cidade”<sup>216</sup>.

Com a ideia básica de entreter o leitor, a crônica foi conquistando cada vez mais público, revelando a cidade como um espetáculo no tempo presente. A narrativa é inconfundível, pois faz crítica literária, artística, social e política mantendo-se fiel aos acontecimentos.

As crônicas, analisadas neste trabalho, já não são apresentadas no rodapé dos jornais, por conta do sucesso dos textos elas passaram, no decorrer da segunda metade do século XIX, a parte de cima do jornal, em alguns momentos, sendo apresentadas na primeira página do periódico. Mas, não deixaram de ter a linguagem coloquial, a ligação com o leitor e o sentido cronológico.

Como relatado acima, Wlamyra Albuquerque abordou as comemorações da abolição da escravidão na Bahia em *O Jogo da Dissimulação*. Nesta obra, a autora destaca a impressionante participação popular e principalmente a presença de elementos ligados à cultura negra.

---

<sup>214</sup> EWALD, Ariane. Op. Cit. 39.

<sup>215</sup> EWALD, Ariane. Op. Cit. Pág. 45.

<sup>216</sup> EWALD, Ariane. Op. Cit. Pág. 51.

Ainda antes da lei que poria fim ao elemento servil, as ruas já estavam tomadas pelas comemorações na Bahia, que oficialmente duraram uma semana. Porém, as manifestações populares foram muito além.

Inserir os caboclos nas comemorações da abolição se traduzia em fazer referência, segundo Wlamyra Albuquerque, às celebrações do Dois de Julho (data da comemoração da Independência da Bahia), o qual também era comemorada fazendo uma simbologia à conquista da liberdade.

Outro autor que faz uma reflexão quanto às comemorações da Lei de 1888 na Bahia nos primeiros anos após sua assinatura foi Walter Fraga Filho. Em sua pesquisa, além de perceber a grande participação popular nas festas e manifestações, o autor ressalta o conflito político que envolvia estas manifestações.

Em sua análise, aponta que foi grande a expectativa referente à abolição, tanto que muitos populares se reuniram nas principais redações de jornais e telégrafos para aguardar a tão desejada notícia. Quando às quatro horas da tarde um telegrama anunciou a assinatura da Lei pela Princesa Isabel, entidades abolicionistas, estudantes, populares e ex-escravos ocuparam as ruas e desfilaram pelo centro da cidade de Salvador ao som de músicas e empurrando carros alegóricos enfeitados com caboclos.

Notamos que Walter Fraga Filho também percebe como foi simbólica a associação da comemoração da abolição com o Dois de Julho e sugere que, “na avaliação dos libertos e populares, a liberdade conquistada em 1823 finalmente se completou com o fim do cativoiro.”<sup>217</sup>

Anote-se ainda que o historiador, ao relatar às comemorações dia após dia conforme cobertura da imprensa baiana, compreende também que cada jornal aborda o assunto a partir de seu posicionamento político, considerando os heróis da abolição apenas os que partilhavam das mesmas ideologias políticas.

Cabe destacar também que Walter Fraga Filho ressalta que, apesar de as festas e manifestações terem sido organizadas e planejadas em um aspecto cívico ordeiro, ela foi muito mais além, pois “as celebrações não festejavam apenas o fim da escravidão, mas estavam imersas também nas expectativas do que poderia vir como consequência da

---

<sup>217</sup> FRAGA FILHO, Walter. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social*.n.19. 2000. Pág. 65.



abolição.”<sup>218</sup> Os populares estavam comemorando a chegada do progresso no País, ou seja, estava-se iniciando uma nova era.

Petrônio José Domingues também analisa as comemorações da abolição, mas, diferentemente dos historiadores baianos, aborda os festejos em São Paulo e ainda faz alguns relatos de outros estados; utiliza como fonte para sua pesquisa a imprensa negra paulista e documentos das associações voltadas para os homens de cor.

Assim como Wlamyra Albuquerque e Walter Fraga Filho, o pesquisador Petrônio José Domingues aponta que o dia 13 de Maio foi um dia que botou o país de cabeça para baixo; a aprovação da lei incendiou o cenário social de todo o país. Mas, o que vale destacar em suas considerações é perceber o esvaziamento do 13 de maio e sua simbologia na memória nacional; com a campanha contra o treze de maio iniciado na década de 1970, a Princesa Isabel de redentora passa a ser vista como impostora. Nesse sentido, o treze de maio, que antes era vista como uma data gloriosa, é praticamente retirada do calendário cívico, sendo comemorada apenas em algumas comunidades.

O discurso que surge na década de 1970 faz referência à data como a iniciadora da segregação social, colocando os libertos nos últimos patamares da sociedade, apontando ainda os ex-escravos apenas como espectadores do evento, portanto, nada tinham para celebrar na data.

Porém, na análise da imprensa negra no início da Primeira República, Petrônio José Domingues percebe uma concepção bem distinta desse discurso. “A abolição da escravatura era festejada como símbolo da liberdade, que, em vários aspectos, se fundia com a noção de igualdade”<sup>219</sup>.

Diferentemente do discurso que surge na década de 1970, à historiografia atual aponta que os ex-escravos não assistiram de braços cruzados à abolição; pelo contrário, estes foram protagonistas também do movimento, contribuindo para isto com ações de liberdade junto ao Poder Judiciário e com as fugas para dentro e para fora<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup>FRAGA FILHO, Walter. Op. Cit. Pág. 78.

<sup>219</sup>DOMINGUES, Petrônio José. A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.31. n 62. 2011. Pág. 29.

<sup>220</sup>Para saber mais ver GRINBERG, Keila. *Liberata - a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. 2. ed. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994. Ver também REIS, J. J. & SILVA, E. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo, Companhia da Letras, 1989.

Portanto, comemorar o 13 de Maio significava manter vivas as expectativas de melhorias das condições de vida, deixar vivas as marcas da escravidão e ainda “cumprira um papel moral, se não pedagógico, de reflexão em torno das injustiças, espoliações e atrocidades (violências, maus tratos e humilhações de toda sorte)”<sup>221</sup>, ou seja, as comemorações tinham uma finalidade política e social.

As comemorações tinham como objetivo lembrar às autoridades políticas que outras medidas precisavam ser tomadas para garantir aos libertos sua inserção na sociedade brasileira. A lei de 1888 precisava, portanto, de um complemento. Nesse sentido, a data era utilizada como instrumento para exigir direitos e se opôr a praticas discriminatórias vigentes.

Portanto, o que se destaca em suas colocações é que os libertos não estavam comemorando algo vazio, os ex-escravos nas comemorações não se apresentam como cidadãos que foram enganados e nem estavam submissos e alienados; pelo contrário, os libertos aparecem nas comemorações reivindicando melhores condições de vida e direitos.

Analisando as comemorações na imprensa do Rio de Janeiro, o que podemos perceber é que, da mesma forma como viu Wlamyra Albuquerque, Walter Fraga Filho e Petrônio José Domingues na Corte, a participação popular não foi diferente.

As comemorações começaram na Corte no mês de maio, porém os festejos começaram antes da assinatura da lei devido ao entusiasmo e expectativa pelo fim da escravidão que àquela altura já era praticamente certa. No dia 13 de Maio, o *Diário de Notícias* publica a convocação feita pelo *Cidade do Rio*, jornal do abolicionista José do Patrocínio, e da Confederação Abolicionista para a grande manifestação popular. Na nota publicada o articulista convoca o povo brasileiro para se reunir às 10 horas da manhã na rua do Ouvidor, em frente à redação do jornal, para de lá seguir para o Senado para saudar os ilustres representantes da câmara vitalícia pela passagem da lei da extinção do elemento servil. Em seguida, o povo generoso que sempre amou a liberdade deverá se dirigir ao Paço Imperial saudar a Princesa Isabel, pois o mesmo punho que firmou a Lei do Ventre Livre estava agora findando a escravidão e transformando o dia 13 de Maio no mais glorioso de toda a história da pátria.<sup>222</sup> Esta foi a publicação feita para convocar a população para acompanhar o momento da assinatura da Lei Aurea.

Neste mesmo dia, a Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro também publica homenagens ao acontecimento, desejando felicitações a princesa Isabel, ao governo e

---

<sup>221</sup>DOMINGUES, Petrônio José. Op. Cit. Pág. 36.

<sup>222</sup>*Diário de Notícias* 13/05/1888.

ao Parlamento por ocasião da lei que declarava extinta a escravidão no Brasil. Programava-se também para se reunir e festejar a abolição da escravatura a classe tipográfica no salão do Congresso GymnasticoPortuguez e também as várias comissões das academias<sup>223</sup>. Estas convocações de reuniões para o dia da assinatura da Lei revela como o dia seria cheio de festividades.

No dia 15 de maio, a comissão central da Imprensa Fluminense que havia se reunido dois dias antes no Club Brasileiro de Esgrima e Tiro, anuncia na *Gazeta de Notícias* a programação de suas festividades, que iriam de quinta-feira dia 17 de maio até domingo dia 20. Dia 17 haveria, durante o dia no campo de São Cristóvão, uma missa campal, em que estariam convidados vários segmentos da sociedade, oferecida em ação de graças pela passagem da lei de 13 de maio; à tarde, as brigadas da corte desfilariam pelas ruas da cidade passando pelo paco imperial para saudar a princesa Isabel; ao anoitecer, todas as ruas da cidade receberiam bandeiras e bandas iriam ser colocadas em diversos pontos para saldar a lei gloriosa<sup>224</sup>.

Na sexta-feira, pela manhã seria realizada uma corrida de cavalo no elegante Derby-Club, a qual seria dirigida pelo presidente do clube Sr. Paulo de Frontin, com entrada gratuita para todos. À noite, ocorreria nas ruas distribuição de poesias, iluminações e músicas e também estavam programados espetáculos gratuitos nos teatros Santa'ana, Lucinda e Recreio Dramático<sup>225</sup>.

No sábado, pela manhã aconteceria o préstito de todos os alunos de todas as escolas particulares e públicas da Corte que desfilarão pelas ruas da cidade. Durante a tarde ,o festejo seria uma regata na baía de Botafogo, com a participação de vários clubes da cidade, e a noite, um grande baile popular no Largo do Paço<sup>226</sup>.

Por fim, no domingo aconteceria durante a tarde o grande préstito da imprensa, o qual convocava para participar também do desfile vários segmentos da sociedade. Durante a noite, a programação da imprensa se encerraria com uma grande queima de fogos em vários pontos da cidade<sup>227</sup>. Cabe destacar, analisando esta programação, que também foi publicada pelo *Diário de Notícias*, como esteve presente a imprensa nas comemorações da Abolição na cidade do Rio de Janeiro. Mas, este segmento social não foi o único presente nos festejos.

---

<sup>223</sup>*Diário de Notícias* 13/05/1888.

<sup>224</sup>*Gazeta de Notícias* 15/05/1888.

<sup>225</sup>*Gazeta de Notícias* 15/05/1888.

<sup>226</sup>*Gazeta de Notícias* 15/05/1888.

<sup>227</sup>*Gazeta de Notícias* 15/05/1888.

Os festejos populares eram extraordinários. Ondas de povo percorriam a rua do Ouvidor, outras ruas e praças manifestando o seu entusiasmo pela aprovação da lei gloriosa, todos estavam contaminados pelo “olhar febril” que enchiam de orgulho os cidadãos. Os articulistas mal podiam descrever o que viam diante de tanto entusiasmo, que se traduzia em um quadro belíssimo de um povo agitado pela febre do patriotismo<sup>228</sup>. A rua o Ouvidor era um dos locais preferidos para se fazer desfiles e celebrações pela lei de 13 de Maio, tendo em vista que esta era a principal rua do centro da cidade e eram ali as sedes dos principais jornais da Corte.

No *Diário de Notícias*, a crônica *Na Rua do Ouvidor*, assinada por Souvenir<sup>229</sup>, não deixou de destacar a agitação na rua que o cronista considerava o grande coração do Brasil. Souvenir aponta que, nos dias 13 e 14 de maio, passaram certamente 150 mil pessoas pela rua; era tanta gente que, se algum cidadão jogasse alguma moeda de alguma faixada, certamente esta não cairia no chão. Este povo, contaminado por uma febre inconcebível, era, segundo o cronista, formado por todas as classes sociais. Logo, em meio à massa compacta, estavam presentes senhoras distintas, trajando lindas *toilettes* e riquíssimos chapéus<sup>230</sup>.

Os festejos estavam em todos os lados. Em Petrópolis as ruas ficaram todas enfeitadas com luminárias, arcos de folhagem, lanternas de cores, bandas de musica e foguetes, os escravos saíram às ruas com alegria e ansiedade para ver a princesa Isabel novamente, choravam, gritavam e erguiam as mãos ao céu em agradecimento a Deus. Em Recife, a notícia foi recebida com tanto delírio que rapidamente se organizou uma enorme marcha que percorreu as principais ruas da cidade, levantando vivas a Sua Alteza a Princesa Regente. Por sua vez, em Niterói o povo reuniu-se na praça Pinto Lima e se dirigiu ao palácio do governo provincial para saldar a extinção do elemento servil<sup>231</sup>. O *Diário de Notícias* informa que, na marcha de Niterói, participaram 5 mil pessoas<sup>232</sup>.

O que chama a atenção no discurso da imprensa quanto às comemorações é que a mesma sempre destaca que o povo, ao celebrar a Abolição, está sempre agradecendo a imprensa pelo papel desempenhado na luta contra a escravidão, e também agradecem em especial a José do Patrocínio, redator-chefe e proprietário do periódico *Cidade do*

---

<sup>228</sup>*Gazeta de Notícias* 15/05/1888.

<sup>229</sup>Pseudônimo utilizado pelo literato. Cabe destacar que o pseudônimo não era usado somente para mascarar quem estava segurando a pena era um recurso utilizado também para delimitar um perfil narrativo.

<sup>230</sup>*Diário de Notícias* 15/08/1888.

<sup>231</sup>*Gazeta de Notícias* 15/05/1888.

<sup>232</sup>*Diário de Notícias* 15/08/1888.

Rio. A imprensa, juntamente com os abolicionistas, se colocavam como os grandes responsáveis pela extinção da escravidão, com um discurso que é recorrente tanto na *Gazeta de Notícias* quanto no *Diário de Notícias*.

Sobre isto podemos destacar Souvenir em sua crônica no *Diário de Notícias*. O cronista ressalta que o povo, nas celebrações da lei, sempre que passava em frente às redações fazia uma pausa para saldar a imprensa, porque “o povo sabe que a imprensa é sua arma, o seu escudo, o seu defensor contra as prepotências, contra a tyrannia, contra a ambição, e a injustiça dos governos”<sup>233</sup>. Percebemos que este discurso valorizava o papel da imprensa no ambiente social e político e ainda notamos que ele se assemelha ao que Marialva Barbosa, em *História Cultural da Imprensa*, chama a atenção quando aponta que os jornalistas se colocavam como defensores das classes humildes contra os abusos de poder das autoridades e “o intermediário possível entre o público e a sociedade política”<sup>234</sup>.

Os literatos também celebraram a chegada da Abolição com estilo. No dia 18 de maio de 1888, uma *Matinê Literária* foi organizada para celebrar o fim do cativo. A concorrência, como aponta a nota, foi altíssima e compareceram elementos de todas as classes sociais. Entre os convidados estavam abolicionistas ilustres, como Joaquim Nabuco, Barata Ribeiro, entre outros. O literato Valentin Magalhães, o orador da festividade, iniciou a celebração com um discurso ressaltando que o clamor popular das festas pela Abolição somente revelava que a sociedade brasileira sempre foi abolicionista; lembrou ainda nomes de literatos que trabalharam em favor da abolição, como Castro Alves e Gonçalves Dias. Em seguida, Rodrigo Octavio leu belos versos aos presentes e D. Helena Cavalier leu a poesia *A redentora*, de Valentin Magalhães. Por fim, a celebração foi encerrada com a recitação feita por Sra. Candida Barata Ribeiro de *Navio Negreiro*, de autoria de Castro Alves<sup>235</sup>.

Em meio às comemorações é fundada no dia 13 de maio a Associação Beneficente D. Isabel A Redemptora. Composta por ambos os sexos e sem distinção de cor ou nacionalidade, e tinha como objetivo socorrer seus associados e festejar anualmente o glorioso dia 13 de Maio<sup>236</sup>.

No primeiro aniversário da Lei as comemorações também ganharam grande destaque na imprensa. Um dia antes da data, a Confederação Abolicionista anunciava que, na segunda-

<sup>233</sup>*Diário de Notícias* 18/05/1888.

<sup>234</sup>BARBOSA, Marialva. Op. Cit. Pág. 130.

<sup>235</sup>*Diário de Notícias* 19/05/1888.

<sup>236</sup>*Diário de Notícias* 23/05/1888.

feira (13 de maio), as festividades iriam se iniciar com uma alvorada às 5hs da manhã e com o Hino Nacional. Em seguida, os abolicionistas aguardariam a chegada da Família Imperial para acompanhá-los em uma missa na Igreja do Rosário, dali partiriam para a Igreja de São Francisco de Paula, a fim de assistir a um *Te-Deum* solene celebrado em ação de graças pela aprovação da Lei e 13 de Maio<sup>237</sup>.

Neste mesmo dia, as ruas já estavam enfeitadas para os festejos do aniversário da Lei. A iluminação especial estava por toda a cidade, especialmente nas principais ruas; o que se pretendia era uma gloriosa confraternização de justiça e liberdade<sup>238</sup>.

O dia 13 de maio de 1889 não foi muito diferente do de 1888. O entusiasmo estava presente em toda a capital, as principais ruas estavam enfeitadas e sendo visitadas por várias famílias. Na rua do Ouvidor, já era praticamente impossível transitar às duas horas da tarde, a ansiedade era enorme para ver o desfile das brigadas e da passeata dos homens de cor, a banda militar também era muito esperada e passou com um carro ricamente enfeitado, que carregava o estandarte *Ave Libertas*; o retrato da princesa Isabel também desfilou, sendo levado pelas mãos dos alunos de escola pública da Corte<sup>239</sup>.

A *Gazeta de Notícias* relata ainda que passou pela rua do Ouvidor, em meio aos desfiles, os homens de cor da Sociedade Amante da Liberdade, carregando o seu respectivo estandarte, parando em frente às redações para saudar a imprensa<sup>240</sup>.

Cabe destacar que o aniversário da Abolição foi comemorado em uma aparente ordem, como apontam os telegramas recebidos pelo dr. Salvador Muniz, chefe de policia da província do Rio de Janeiro<sup>241</sup>. Mas, na Corte imperial, no desfile da rua do Ouvidor, o articulista do *Diário de Notícias* destaca ter ouvido um tiro de revolver<sup>242</sup>.

A *Chrônica da Semana* da *Gazeta de Notícias* do dia 19 de maio ressalta a alegria e o entusiasmo da população que saiu às ruas para comemorar, esquecendo tanto a chuva como a lama na calçada. O cronista, que não assina o texto, aponta que, das tragédias de sangue e perturbações de ordem pública, nem notícia, e ainda destaca que seriam assim que todos os anos: pretos e brancos deveriam lembrar o 13 de Maio.

---

<sup>237</sup>*Gazeta de Notícias* 12/05/1889.

<sup>238</sup>*Diário de Notícias* 12/05/1889.

<sup>239</sup>*Diário de Notícias* 14/05/1889.

<sup>240</sup>*Gazeta de Notícias* 14/05/1889.

<sup>241</sup>*Gazeta de Notícias* 16/05/1889.

<sup>242</sup>*Diário de Notícias* 14/05/1889.

Em 1890, a imprensa convoca a sociedade para a data gloriosa um dia antes do dia 13 de Maio, ressaltando que será comemorada a festa mais brilhante da história do país. A convocação é feita pela Confederação Abolicionista, que, naquele ano, fazia sete anos de existência; a associação apontava que todos estavam convidados para os festejos sem distinção de classe e cor para uma grande festa popular. Até o dia doze de maio foram vários os clubes, associações e personalidades que já haviam confirmado presença nos festejos da confederação<sup>243</sup>.

A festa de 1890 tem uma mudança significativa, pois, se os protagonistas das festas anteriores havia sido a Família Real, agora os protagonistas eram outros. Levando em consideração que em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República no país o mais ilustre a participar da festa era o marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório.

Como aponta o *Diário de Notícias*, esplêndida e suntuosa estiveram as festas da Confederação Abolicionista, a cidade inteira participou da grande comemoração e as notícias apontam que jamais havia se presenciado nas ruas e praças da Corte um movimento popular igual ao que foi observado no dia 13 de Maio de 1890<sup>244</sup>.

Apesar de celebrações ocorrerem no Pavilhão da Confederação Abolicionista, com a presença de Deodoro da Fonseca, e no palácio do governo, o palco principal dos festejos foram mais uma vez as ruas, e em especial, a rua do Ouvidor. Às onze e meia da manhã esta rua já estava tomada de homens e mulheres de todos os bairros e de todos os subúrbios, como aponta o *Diário de notícias*, o povo era só alegria e diversão. Desfilaram pela rua do Ouvidor aos olhares da multidão o Exército, a imprensa em vários carros, associações nacionais e estrangeiras, clubes e grêmios diversos, as escolas civis e militares, várias personalidades, entre elas o governador do Estado do Rio de Janeiro Sr. dr. Portella ,acompanhado pela oficialidade daquele estado, e desfilaram também importantes famílias da capital do país<sup>245</sup>.

A energia que foi gasta durante os festejos do dia não comprometeu a alegria nos festejos da noite. Na rua do Ouvidor, a iluminação das redações, confeitarias e cafés permitiu que o povo continuasse a celebrar a gloriosa data<sup>246</sup>. Destacamos também que, como o Palácio do Governador estava iluminado, foi grande o número de pessoas que foram cumprimentar o generalíssimo<sup>247</sup>.

---

<sup>243</sup>Gazeta de Notícias 12/05/1890.

<sup>244</sup>Diário de notícias 14/05/1890.

<sup>245</sup>Diário de notícias 14/05/1890.

<sup>246</sup>Diário de notícias 14/05/1890.

<sup>247</sup>Gazeta de Notícias 14/05/1890.

A crônica *A Semana Passada*, publicada após os festejos, lembra que o entusiasmo que contagiou os populares foi tanto que parecia que o país comemorava um fato recente: “parece que foi ontem”. O cronista destaca também que o tom essencialmente popular lembrava o Carnaval<sup>248</sup>.

O que podemos destacar destas festas da Abolição analisadas é o grande caráter popular. Todos estavam convidados a participar dos festejos independentemente da classe social ou da cor do cidadão. Notamos ainda a rua do Ouvidor como palco principal para as celebrações, palco que não se altera mesmo depois da mudança de regime.

Nesse sentido, podemos afirmar que foi intensa a participação dos libertos nas comemorações da lei que garantiu sua liberdade, tendo em vista o caráter popular dos festejos. Até porque tinham acabado de conquistar sua liberdade, que pode não ser algo importante para alguns, mas para o ex-escravo significava muito.

Quanto ao significado da liberdade conquistada pelos ex-escravos, podemos entender, analisando a imprensa da Cidade do Rio de Janeiro, significados distintos. A liberdade dos escravos era associada pela imprensa a algo fundamental para o país trilhar pelos caminhos do progresso e civilidade, sendo ligada também à ideia de igualdade.

Por ser uma Lei que mudaria as bases sociais do Brasil, a expectativa envolta dela era grande; por conta disso foram muitas as dúvidas e incertezas a respeito do que fazer com os libertos após a Abolição. Três dias após a emancipação, um jornalista aponta essas questões no artigo *As interrogações da Lei de 13 de Maio de 1888*; nesse texto, sem assinatura, o autor aponta as incertezas e dúvidas que aquele importante momento traria para a sociedade brasileira<sup>249</sup>.

O autor do artigo aponta de início que, apesar de toda a dificuldade enfrentada pelo movimento abolicionista, o que restava a fazer a partir da Abolição era bem mais difícil, isto porque problemas irão surgir inevitavelmente nas cogitações do espírito público. Continua assinalando que o escravo, ser embrutecido, passava do berço à sepultura estranho completamente à vida social, sem família, sem destino e sem pátria, começando desde a Lei de 13 de Maio, a ter direitos e deveres, os quais ele não conhecia, e devendo adquirir a capacidade para possuí-los<sup>250</sup>. A partir deste trecho, percebemos que o discurso do autor é construído sobre uma base racista, em que o liberto é colocado em uma posição de

---

<sup>248</sup>*Diário de notícias* 19/05/1890.

<sup>249</sup>*Diário de notícias* 16/05/1888.

<sup>250</sup>*Diário de notícias* 16/05/1888.



inferioridade, não sendo capaz de adquirir competências sobre sua nova condição social sozinho, precisando de tutela.

A responsabilidade pela tutela, segundo o articulista, caberia ao Estado, o qual iria promover a educação e a moralização necessárias que habilitariam a classe emancipada a ocupar o lugar de cidadão nesta nova sociedade brasileira que estava em processo de transformação. Considerando que muito havia de se fazer na esfera moral, era dever do Estado causar o desenvolvimento intelectual dos libertos<sup>251</sup>.

Caberia ao Estado também responder a uma série de questões que surgiram com a abolição dos escravos. De que modo viverão os libertos? Em que ramo de trabalho deverão atuar? Os que migrarem para os centros urbanos são elementos de perturbação? A cargo de quem ficarão os velhos e os que necessitam de amparo? Os libertos deverão ser cadastrados? Este cadastro será uma violação da Constituição? É um atentado à liberdade individual? Será justo trazê-los para a civilização e privá-los do direito de voto e da representação do governo?<sup>252</sup>

Essas questões feitas pelo jornalista apontam para uma tensão e temor causados pela Lei de 13 de Maio, um temor que demonstra como era grande a preocupação da sociedade com as possíveis alterações da ordem social que a abolição iria trazer. Revela também traços de uma sociedade hierarquizada, que percebia os ex-escravos em um status social inferior que precisaria de tutela para se tornar um cidadão.

Outra percepção dos jornalistas, que se colocavam como porta vozes da sociedade e protetores dos fracos, era fazer uma relação da liberdade com a igualdade. No dia seguinte à abolição, Baptista Travassos aponta que “a liberdade, porém, é de utilidade geral, porque traz o engrandecimento da nação e com ella a igualdade para todos”<sup>253</sup>. A liberdade na nota de Travassos não somente é relacionada à igualdade, como também é vista como condição necessária para o engrandecimento da nação.

José do Patrocínio, um dos mais atuantes abolicionistas, também compartilhava desta mesma ideia, anotando na *Gazeta de Notícias* que “O dia 13 de Maio de 1888 não é só o maior de nossa história; é maior que toda a nossa história [...] não há mais escravos; todos são

---

<sup>251</sup>*Diário de notícias* 16/05/1888.

<sup>252</sup>*Diário de notícias* 16/05/1888.

<sup>253</sup>*Diário de notícias* 14/05/1888.

livres, todos são iguais, todos têm aberta diante de si uma carreira por onde podem avançar até onde seus talentos o permitirem”<sup>254</sup>.

Coelho Netto, também partilhava de uma visão semelhante, em sua crônica *Da Sombra*, que era publicada na *Cidade Do Rio* e assinada com o pseudônimo de Caliban, personagem de Shakespeare. O literato afirma que “E’ um gosto a vida assim como a levamos agora – entramos no paraizo desejado: *somos todos iguais*”<sup>255</sup>. L. de Oliveira foi mais além, anotando que com a lei da Abolição “somos todos irmãos”<sup>256</sup>.

João Clapp<sup>257</sup>, por sua vez, defendeu que a Abolição dos escravos significava a redenção da nação. Assinalava também, que a data marcava “o inicio da paz da civilização e do progresso desta patria, que só começou a ser livre quando nesse grande dia, os poderes publicos constituídos vieram sagrar na lei, a vontade da nação”<sup>258</sup>.

Outro aspecto que cabe destacar analisando a imprensa é a expectativa do Estado no que diz respeito ao que esperar dos libertos a respeito da Abolição. O Ministério dos Negocios, da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, em circular publicada na imprensa, que pretendia informar a extinção da escravidão no Brasil, revela quais são suas expectativas a respeito da liberdade conquistada. Nesta circular, o Ministério aponta que

espera o governo imperial que os recém-libertos se mostrem dignos da condição de cidadãos a que acabam de ser chamados. Dirá V. Ex. que a liberdade, a troco dos direitos que confere, impõe deveres necessários á boa ordem social, e que a melhor de todas as applicações que o homem agora livre póde fazer da condição nova é o emprego da sua actividade, legitimamente retribuída, -ou diretamente pelo trabalho sobre si mesmo, ou por meios de accordos livremente celebrados. Convertida á dignidade de patria, a terra já não representa para elle o trabalho forçado e gratuito, mas o beneficio comum<sup>259</sup>.

Percebemos então que o Estado esperava que os libertos não utilizassem sua liberdade recém-adquirida para prover desordem e a melhor forma de demonstrar dignidade pela mesma é o trabalho.

---

<sup>254</sup>*Gazeta de Notícias* 14/05/1888.

<sup>255</sup>*Cidade do Rio* 23/05/1888.

<sup>256</sup>*Diário de notícias* 13/05/1889.

<sup>257</sup>Seu segundo nome, não esta claro na fonte.

<sup>258</sup>*Cidade do Rio* 13/05/1889.

<sup>259</sup>*Diário de Notícias* 13/05/1888.

Tornar-se digno não era uma preocupação somente do Estado; a sociedade também partilhava desta concepção. Percebemos isto porque os cronistas que buscavam sempre manter um diálogo com o leitor também escreviam sobre o assunto. Na crônica *A Semana Passada*, publicada no *Diário de Notícias* no primeiro aniversário da Abolição o autor ressalta, primeiramente, a importância da Lei de 13 de Maio, indicando que a data era tão importante quanto o 14 de Julho na França; este havia demolido a Bastilha do feudalismo e aquele a Bastilha da escravidão. Em seguida; o autor assinala

E d'ahi para cá navegamos em mar de rosas, porque a escravidão, que pendia o barco, desapareceu e tudo caminhou para o progresso.

O acaso protegeu-nos, e depois do 13 de Maio tudo nos corre : o cambio subiu sem sabermos como ou porque, o café augmenta a renda de nossas alfandegas, o ouro invade o nosso paiz, o commercio cresce e a pequena lavoura progride.

A lavoura dos arredores da cortê deu no mezpassado um augmento de mais de um conte de réis, pois, emquanto no mez de abril de 1888 entraram generos no valor de cento e cinquenta e tantos contos, neste anno entraram no valor de seiscentos e setenta e tantos contos.

Os casamentos augmentaram muito e a vontade de trabalhar entre os novos cidadãos não é tão pequena que se note ou seja digna de lastima.

Uma lei geral é necessaria, porém mais necessarias são escolas de que elles tanto carecem.

A instrucção os levará a bom caminho e elles torna-se-hão dignos da pátria.

Depois da libertação a instrucção e depois d'esta a liberdade de pensamento.

Não façamos libertos- mas concidadãos- confraternizemo-nos todos e trabalhemos pelo engrandecimento do Brazil.

Viva a libertação dos escravizados.

Salve, o 13 de Maio<sup>260</sup>.

Notamos que este cronista, apesar de apontar que a abolição não acabou com a vontade de trabalhar dos libertos, também coloca estes como indignos da liberdade, assinalando que os ex-escravos estavam despreparados para usufruir da mesma, devendo primeiramente desenvolver a instrução e, a partir dela, se tornarem dignos da pátria.

Analisando ainda a imprensa da cidade do Rio de Janeiro podemos perceber que a Abolição não havia trazido melhorias nas condições de vida dos libertos. Silva Jardim, em um artigo também no aniversário da emancipação, destaca que

O antigo escravo ficou tão miseravel, tão infeliz e tão desprotegido como d'antes. Ninguém pensou em dar-lhe o que se oferece ao estrangeiro; ninguém tratou de constituir-lhe a base indispensável da existencia material, dando-lhe terras devolutas e instrumentos de trabalho, facultando-lhe os meios de fundar uma habitação,

---

<sup>260</sup>*Diário de Notícias* 13/05/1889.

diretamente com si ou com o auxilio dedicado ao antigo patrão; ninguém lhe facilitou a organização, e ninguém promoveu em favor d'elle o estabelecimento de um systema de simples e fácil instrução elementar.

Não tem nome o que tudo isso traduz de perfídias, de inépcias, de cynismo e miserias. O abolicionismo dynastico, hypocrita e refalsado, em verdade, comprometeu o futuro da raça preta, que se acha ligado ao de nossa pátria, cuja base material ella estabeleceu e cujos thesouros morais opulentou ainda. Tempo virá em que os descendentes da raça negra, bem inspirados e esclarecidos, lhe tomem d'isto severas contas. A Republica, benevolente e severa, aguarda esse dia de fraternidade e justiça<sup>261</sup>.

Apesar de o artigo colocar o leitor a par de como ficou as condições de vida do liberto após a emancipação, devemos notar que Silva Jardim, republicano convicto, utiliza-se do artigo para também fazer críticas ao Império. O autor do artigo tem como finalidade também diminuir o apoio dos ex-escravos à família imperial, abrir seus olhos e assinalar que, depois do 13 de Maio, nada mais foi feito pela “raça negra”.

Nos dias que antecederam o segundo aniversário da Abolição, um cronista também chama a atenção para as condições de vida dos libertos após a lei de 13 de Maio. Publicada na *Gazeta de Notícias*, o autor de *Chronica Ligeira* anota que

Livres os escravos, ficaram os filhos presos ás gemonias de outra escravidão não menos atroz:— a da miseria, sem o pão que fortifica o corpo, sem o ensino que fortifica a alma.

Ahi esta mais um grandioso trabalho para a Confederação Abolicionista. E' a ella, a redemptora dos escravos, que compele redimir também os miseros filhos d'esses escravos.

Vamos, Srs. da Confederação Abolicionista, a postos!<sup>262</sup>

Observamos com esta crônica que os libertos não passaram por uma melhora em suas condições de vida, caindo na escravidão da miséria.

Podemos perceber que, este trabalho sobre o Pós-Abolição e imprensa carioca, vai ao encontro da historiografia recente sobre o Pós-Abolição, uma vez que, aponta como foram os festejos na cidade e assinala qual a percepção que os publicistas e cronistas tinham da liberdade.

Como visto acima, Wlamyra Albuquerque, em *Jogo da dissimulação*, demonstra que os festejos, em torno da emancipação, contaram com grande participação popular. Na Bahia, como nota Wlamyra Albuquerque, os elementos das tradições negras foram incluídos nas

<sup>261</sup>*Gazeta de Notícias* 13/05/1889.

<sup>262</sup>*Gazeta de Notícias* 11/05/1890.

celebrações. No rio de Janeiro, como visto nas fontes analisadas, os festejos da mesma forma tiveram um caráter popular, com a participação de todas as classes sociais.

Os festejos, no Rio de Janeiro, incluíam, como foi visto, saraus, missas e homenagens a autoridades públicas. Mas, as celebrações de maior apego, sem dúvida, foram as que aconteceram na rua, sobretudo, as procissões e passeatas que ocorreram na rua do Ouvidor.

Concluimos, então, analisando a imprensa da Cidade do Rio de Janeiro, que as festas pela abolição nos três anos abordados foram tão populares quanto em Salvador e em São Paulo. Nota-se que o palco principal para as celebrações era a rua do Ouvidor, considerada pelos contemporâneos como o coração do Brasil. Pelo caráter popular das festas, sem dúvida os libertos também se fizeram presentes, uma vez que a abolição trouxe muita expectativa em torno de melhores condições de vida. Porém, no decorrer dos anos após a Abolição as expectativas, em torno da liberdade esperada há muito, transformaram-se em frustrações.

No que diz respeito ao discurso da imprensa, o que percebemos é que muitas incertezas rondavam não só a sociedade, como também páginas dos jornais. Na historiografia analisada, no início do capítulo, podemos perceber as percepções em torno da liberdade variavam de acordo com cada região, devido às particularidades.

A visão de liberdade dos libertos, no sul dos Estados Unidos, analisado por Eric Foner, era diferente da visão dos libertos de Cuba, pesquisados por Rebecca Scott. No Brasil, a percepção também é diferente, em Campo dos Goitacazes, como mostrou Hebe Mattos, os libertos possuíam estratégias e percepções diferentes dos libertos do Recôncavo da Bahia, estes que foram analisados por Walter Fraga Filho.

Compreendemos também, que a visão de liberdade variava de acordo com o agente histórico focado na análise. Assim sendo, por um lado, o ex-senhor entendia que liberdade manteria os laços consolidados durante a escravidão, por outro, o liberto entendia que ela garantia uma maior autonomia.

Nesse sentido, podemos perceber, analisando as fontes da imprensa carioca, que a liberdade dos libertos trouxe preocupações serias para os publicistas. Os periódicos, em uma visão conservadora, defendiam a ideia de que os libertos não tinham, por estarem saindo da escravidão, as capacidades necessárias para usufruir da liberdade.

Nas publicações analisadas, o liberto aparece sendo incapaz de exercer sua liberdade sozinho, apontando que caberia ao Estado desempenhar um papel de tutela. Ressaltamos

ainda que, apesar da imprensa relacionar a Abolição com a igualdade, os libertos eram considerados indignos e despreparados para desfrutá-la.

O Estado, por sua vez, apontava que o sujeito somente demonstraria sua dignidade com a liberdade através do trabalho, alertando que ela não deveria ser utilizada para provocar desordem. O Estado, portanto, assim como em outras regiões das Américas, temia que a liberdade pudesse tirar os libertos dos postos de trabalho.

Para gozar da liberdade, portanto, o liberto primeiro deveria passar por um processo de aprendizagem, assim como na Jamaica, demonstrado por Thomas Holt, que envolvia o desenvolvimento intelectual e moral, e depois utilizá-la para o trabalho. Nesse sentido, percebemos que a liberdade era um valor que não deveria ser utilizada por qualquer indivíduo. Logo, a liberdade era um princípio que era restrito a determinados segmentos da sociedade.

# Conclusão

---

## Conclusão

Em termos de concluir o trabalho, podemos apontar que a Cidade do Rio de Janeiro, no final do século XIX, estava passando por momentos decisivos, o período era de constante transformação.

Quanto à sua composição social notamos uma grande heterogeneidade, uma vez que, conforme mostram os censos de 1872 e 1890, era muito forte a presença de imigrantes na cidade. A cidade do Rio, apresentou, entre os dois censos, um crescimento de 90% em sua população, o que agravou, ainda mais, os problemas relativos à falta de moradia.

Observamos junto a isto que, naquele momento, a cidade estava passando por um processo de ampliação do seu espaço urbano. A população que antes estava concentrada nas freguesias centrais da cidade, passou a dispersar-se entre as freguesias mais ao sul da cidade e no subúrbio.

O deslocamento populacional somente foi possível, por conta dos investimentos em mobilidade urbana. No final do século XIX, as linhas de trens e bondes implementadas na cidade do Rio de Janeiro, foram fundamentais para o povoamento das áreas mais afastadas do centro.

Percebemos, da mesma forma, que, ao final do oitocentos, a cidade passou por mudanças político-administrativa. Como apontado por Surama Conde Sá pinto, mesmo a cidade sofrendo intervenções do governo federal, conseguiu, de forma significativa, elaborar projetos e leis que estavam de acordo com as demandas locais.

A cidade do Rio de Janeiro, sendo a principal cidade do Império e posteriormente da República, era a principal praça para as discussões políticas e intelectuais. Por conta disto, as ideias estavam sempre em movimento nesta cidade.

A Geração de 1870, com seus questionamentos ao Segundo Reinado, buscava sempre em suas publicações criticar a ordem vigente e propor reformas. Conforme, Angela Alonso, os principais grupos desta geração, estavam preocupados em interpretar a sociedade vigente, assinalar seus principais problemas e propor soluções. Cabe destacar, que esta geração, apesar de ter sofrido influência de escritores estrangeiros, estavam profundamente comprometidos com as questões nacionais.



Por sua vez, em meio à onda de ideias debatidas no final do século XIX, o movimento romântico buscou refletir sobre o “ser brasileiro”. Na busca de uma estética única para o país, o movimento estava preocupado em criar uma identidade para a nação, longe das imitações estrangeiras.

Notamos, do mesmo modo, que foram agitadas as discussões em torno da cidadania. A expectativa criada em torno da mudança de regime fez com que a sociedade buscasse uma melhor participação nas decisões políticas. Porém, como aponta José Murilo de Carvalho, as expectativas em torno da República transformaram-se em frustrações, uma vez que, o novo regime não trouxe alargamento dos direitos políticos.

Podemos observar também que a cidade do Rio de Janeiro passou por uma ampliação do seu espaço público, como havia passado no período regencial; foi um momento que as discussões políticas deixaram de ser feitas apenas nos espaços formais, saindo dos palácios do Estado e indo para a rua com força cada vez maior.

No alargamento do espaço público da cidade, notamos a importância da imprensa, que desempenhou um papel fundamental nessa reconfiguração da sociabilidade. Os periódicos traziam para as ruas os principais debates políticos do país.

O primeiro capítulo, deste trabalho, é fundamental para o entendimento do objeto, uma vez que, ele nos coloca a par das principais questões que envolviam a cidade, no final do século XIX. A partir daquele capítulo, podemos verificar como estava configurado o ambiente espacial da cidade, as principais preocupações dos intelectuais do período, e da mesma forma, entender o desenvolvimento do espaço público da cidade.

A imprensa, naquele momento, estava em um momento de mudança; o caráter empresarial estava tomando conta das redações. O barateamento, das etapas de produção, fez com que os periódicos aumentassem suas tiragens. As principais folhas em circulação estavam diretamente vinculadas a grupos políticos e ao Estado. Mas, cabe advertir que não foi somente a dita “grande imprensa” que estava ampliando o seu espaço na cidade; destacamos também as revistas ilustradas, os pasquins e a imprensa negra.

Percebemos que o tema Pós-Abolição na historiografia brasileira sofre uma grande influência da historiografia norte-americana, sobretudo dos autores que analisaram o fim da

escravidão no Caribe. Observamos ainda que o tema no Brasil ainda é um assunto pouco debatido; por conta disto, são grandes as lacunas sobre o que aconteceu com a população negra após a Lei de 1888.

Conseguimos notar que a Lei da Abolição provocou no país um enorme clima de comemoração, as festas superando as expectativas deixaram as autoridades policiais preocupadas com a instituição da ordem. Na cidade do Rio de Janeiro, como ressaltamos, o principal palco de comemoração foi a rua do Ouvidor, que recebeu em meio aos festejos a participação massiva de todos os setores da sociedade.

Como a Lei não definiu o que poderia ser entendido por liberdade, o exercício da mesma deveria ser construído nas redes sociais. Mas, o que notamos é que a imprensa no Rio de Janeiro buscou limitar o entendimento de liberdade. Segundo o discurso da imprensa, o escravo agora livre deveria ser tutelado pelo Estado para usufruir da liberdade.

Concluimos, então, que a imprensa promovia um debate colocando o liberto com uma incapacidade moral e intelectual de exercer a liberdade adquirida com a Abolição. Colocava o mesmo em uma posição inferior na sociedade, sendo encarado como um ser despreparado de exercer sua cidadania.

## Fontes e Bibliografia

### A. Fontes Primárias

#### I. Biblioteca Nacional

- Divisão de Periódicos

- *Cidade do Rio*. Rio de Janeiro, 1888.
- *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. 1888-1890.
- *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1888-1890.

#### II. Outros

- Recenseamento do Brazil em 1872.
- Recenseamento da República dos Estados Unidos do Brazil em 1890.

### B. Bibliografia

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. IPP. 2013.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O Jogo da Dissimulação*. São Paulo. Cia das letras. 2009.
- ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.15, n.44, out. 2000.
- ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. *Pasquins: submundo da imprensa na Core Imperial (1880-1883)*. Editora Multifoco. Rio de Janeiro. 2012.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro. Mauad X. 2010.
- BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *O Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 2004.
- CARDOSO, Rafael. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. *In.: Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado*. Paulo Knauss ... (et al.), organizadores. Rio de Janeiro. Mauad X. FAPERJ. 2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Companhia das Letras. 1987.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996
- \_\_\_\_\_. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. Companhia das Letras. São Paulo. 1990.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em Causas Miúdas*. Campinas, SP. Editora Unicamp. 2005.

- COUTINHO, Afrânio. O movimento romântico. In: COUTINHO, Afrânio. (org), *A literatura no Brasil: era romântica*. Vol. 3. 7. Ed. rev. e atual. São Paulo. Global. 2004.
- COSTA, João Cruz. O Pensamento brasileiro sob o Império. In.: *O Brasil monárquico, tomo II: reações e transações/por Francisco Iglésias...[et al.]* Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1997.
- DOMINGUES, Petrônio José. A redenção de nossa raça: as comemorações da abolição da escravidão no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo. V.31. n 62. 2011.
- EWALD, Ariane. *Crônicas folhetinescas: o renascimento da vida moderna no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Museu da República. 2005.
- FERNANDEZ, Celso Almuíña. La prensa escrita, como documento histórico. In.: *Haciendo historia: Homenaje ao professor Carlos Seco*. Madri: Ed. Univ. Comp. de Madrid. 1989.
- FONER, Eric. *Nada além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
- FRAGA FILHO. Walter. *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. Ed. São Paulo: Editora Unicamp. 2006.
- \_\_\_\_\_. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. *História Social*. n.19. 2000.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro Jorge Zahar. Ed. 2005.
- GONÇALVES, Marcia de Almeida. Histórias de gênios e heróis: indivíduo e nação no romantismo brasileiro. In: GRIMBERG, Keila. SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial. Volume II: 1831-1870*. 2 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2011.
- HOLT, T. A essência do contrato. In: SCOTT, Rebecca. COOPER, Frederick. HOLT, Thomas. (Org.) *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. RJ. Ed.: Civilização Brasileira, 2005.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In. : PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 3ed. São Paulo. Contexto. 2011
- MACHADO, Humberto. F. A atuação da Imprensa do Rio de Janeiro no Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 448, p. 31-62, 2010.
- MATTOS. Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista-Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. “História Social”. In. : *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs.). Rio de Janeiro. Campus. 1997
- MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, V. 5, n. 8, Jan.-Jun. 2004.
- MELLO, M. T. C. *A República Consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. Rio de Janeiro. Editora FGV. Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduar), 2007.
- MONSMA, Karl. Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº3, 2010.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” In: GOMES, Flávio Santos (ORGS.) e CUNHA, Olívia M. G. *Quase-Cidadão: história e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: imprensa republicana e abolição – Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2006.
- PINTO, Surama Conde Sá. *Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal*. Rio de Janeiro. Mauad X: FAPERJ, 2011.

- RIOS, Ana Maria Lugão. Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto. *Cadernos IHU idéias*, Unisinos, São Leopoldo, n 76. 2007.
- RIOS, A. & MATTOS, H. *Memórias do Cativo*. RJ: Cia da Letras, 2005.
- RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. O Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 274. 1967.
- \_\_\_\_\_. RIOS FILHO, Adolfo Morales de Los. O Rio de Janeiro da Primeira República. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. V. 272. 1967.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: D Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.
- SCOTT, Rebecca. *Emancipação escravidão Cuba: a Transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Ed. Da Unicamp, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo. Brasiliense. 1999.
- SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro. Paz e terra.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. Ed. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.
- VAINFAS, Ronaldo. "História das Mentalidades e História Cultural". In. : *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*.Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (Orgs.). Rio de Janeiro. Campus. 1997
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília. *Tradições Negra na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930*. *Afro - Ásia*.n.24. 2000.